

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE**

SOLANGE DA SILVA MOREIRA

**RIO DE JANEIRO
2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE**

SOLANGE DA SILVA MOREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como um dos requisitos para a obtenção do grau de mestre.

**RIO DE JANEIRO
2006**

FICHA CATALOGRÁFICA

Moreira, Solange da Silva.

O projeto ético-político e a prática profissional dos assistentes sociais na saúde

X, 111 f., 31 cm.

Dissertação de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Escola de Serviço Social, 2006.

Orientador: José Paulo Netto.

1. Serviço Social. 2. Projeto ético-político. 3. saúde. — Dissertação. I. José Paulo Netto. II Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. III. O projeto ético-político e a prática profissional dos assistentes sociais na saúde. Solange da Silva Moreira.

BANCA EXAMINADORA

Dissertação submetida ao corpo docente da Escola de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro — como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2006

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria sido concluída sem o apoio, a compreensão e o afeto das pessoas que aqui cito e muitas outras que não cito; portanto, gostaria de agradecer nestas poucas linhas aos companheiros, amigos e professores que contribuíram decisivamente para a elaboração deste trabalho.

Agradeço primeiramente a minha família, em especial à minha mãe, que ao longo de destes anos tem colaborado com minha formação profissional;

Aos professores do Programa de Pós-graduação Escola de Serviço Social da UFRJ, em especial aos professores Carlos Nelson Coutinho, Nobuco Kameyama, Yolanda Guerra e José Paulo Netto;

As minhas amigas e companheiras de trabalho, Sara Tavares, Vilma da Cruz Belfort e Viviane Fonseca de Carvalho pela compreensão;

Aos meus amigos Ray, Lia, Josi, Kátia, Ramiro, Marcelo Bráz, Javier, Mariela, Juan, Joana, Flávio, Nailsa, Valter e Rodrigo companheiros de todos os dias e de todas as lutas;

Ao meu querido orientador, professor José Paulo Netto pelo carinho e amizade que contribui para amenizar este percurso, muitas vezes doloroso e solitário. Ao mestre, minha admiração e afeto.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado — **O projeto ético-político e a prática profissional dos assistentes sociais na saúde** — tem como objeto de análise o projeto ético-político profissional construído pela categoria nos últimos trinta anos. Objetivamos com este trabalho problematizar as mediações necessárias para sua efetivação na prática dos assistentes sociais. Ou seja: este trabalho visa apurar se os princípios e valores do projeto ético-político profissional têm encontrado respaldo na prática dos assistentes sociais. Para realizar este estudo, tomamos como base a prática dos assistentes sociais inseridos na Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro, valendo-nos da pesquisa realizada pela professora Ana Maria de Vasconcelos, intitulada **A prática do Serviço Social na Saúde: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. (Vasconcelos: 2002).

ABSTRACT

The dissertation presents “The Social Work’s Practice in the Health and the Ethic-Politic Professional Project” and has been objective to analyze the ethic-politic project done by the professionals in the last thirty years. We have objective with this textual to think which mediations are necessary to realize the project in the practice. This purpose verifies if the principles and values in the ethic-politic professional project has bees found support in the practice of the social workers. To realize this study, we have used the research by teacher Ana Maria Vasconcelos who had done of the practice social workers of the Rio de Janeiro’s Municipal Health Secretary entitled “The Social Work’s practice in the Health: daily, formation and alternatives in the health’s area” (Vasconcelos: 2002).

SUMÁRIO

Apresentação.....	09
Capítulo I – A prática profissional dos assistentes sociais na saúde.....	14
1.1 - A configuração da prática profissional dos assistentes sociais na saúde	14
1.2 - Marxismo e Serviço Social.....	40
Capítulo II - O projeto ético-político profissional	59
2.1 - Da intenção de ruptura ao projeto ético-político profissional.....	59
2.2 O processo de consolidação do projeto ético-político profissional: avanços ou retrocessos?	70
Capítulo III- A prática dos assistentes sociais e o projeto ético-político profissional: desafios e possibilidades	87
Bibliografia.....	111

Apresentação

A presente dissertação de mestrado — **O projeto ético-político e a prática profissional dos assistentes sociais na saúde** — tem como objeto de análise o projeto ético-político profissional construído pela categoria nos últimos trinta anos. Objetivamos com este trabalho problematizar se os princípios e valores preconizados pelo projeto ético-político têm encontrado respaldo na prática dos assistentes sociais. Para realizar este estudo, tomamos como base a prática dos assistentes sociais inseridos na Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro, valendo-nos da pesquisa realizada pela professora Ana Maria de Vasconcelos, intitulada **A prática do Serviço Social na Saúde: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. (Vasconcelos: 2002).

O Serviço Social brasileiro, a partir dos anos 60, foi palco de um profundo processo de amadurecimento teórico, político e cultural, que se intensificou nos anos 80 e 90 — culminando com a construção do chamado projeto ético-político profissional, consubstanciado no Código de Ética profissional, na Lei de regulamentação da profissão e no Projeto de formação profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), cujos princípios e valores estão pautados na defesa de uma sociedade sem exploração de classe, na qual a universalização dos direitos e a socialização da riqueza conduzam à emancipação humana. A efetivação destes princípios e valores na prática dos assistentes sociais requer um profissional capaz de compreender e decifrar os desafios e as possibilidades postos à sua prática profissional.

Na contramão deste processo de renovação teórico-político, constatamos, pelo estudo realizado por Vasconcelos (2002), que a prática profissional dos assistentes sociais inseridos na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro permanece atrelada aos ideais conservadores e tradicionais que sempre permearam o universo profissional. Esta prática

conservadora e tradicional se mantém e se reproduz mesmo sob a vigência de um projeto profissional calcado numa perspectiva crítica da vida social. A prática profissional dos assistentes sociais reproduz ações reiterativas e burocratizadas que, muitas vezes, impedem a expansão e a consolidação dos direitos sociais conquistados historicamente pelos usuários dos serviços sociais. Portanto, apesar da vigência do projeto ético-político profissional, cujos princípios e valores visam desconstruir com uma herança de favor e benemerência que sempre permeou a sociedade brasileira e a profissão, a prática dos assistentes sociais da saúde do Município do Rio de Janeiro permanece atrelada a princípios humanistas-cristãos e positivistas.

Esta situação se agrava ainda mais quando analisamos o cenário sócio-histórico em que este projeto profissional se processa. O amadurecimento do projeto ético-político profissional acontece em meio a uma das mais graves crises da sociedade capitalista, crise esta iniciada nos anos 70 e que, no Brasil, revela-se nos anos 90, numa fase do sistema capitalista caracterizada por um processo significativo de mudança do seu modo de produção. Este processo de mudança adquire, em cada esfera da vida social, uma conformação determinada. No campo da produção, apresenta-se como reestruturação produtiva, que modifica o processo de feitura das mercadorias; no âmbito da política, assistimos ao esvaziamento das organizações partidárias de natureza classista e a refuncionalização do aparelho estatal, com a privatização dos serviços públicos; e, no âmbito da cultural, assistimos à retórica pós-moderna difundir a perspectiva de que o programa da Modernidade exauriu-se, tratando-se agora de apreendermos o mundo sob a ótica da imediaticidade.

Esta crise complexificou as relações sociais de produção e reprodução social, elevando exponencialmente a exploração do trabalho, fragmentando as lutas e a organização social dos trabalhadores e exarcebando o individualismo. Nesta conjuntura, o florescimento e o alargamento de princípios e valores democráticos e emancipatórios são quase impossíveis.

No Brasil, este processo de transformações adquire conformações específicas: integrante do Terceiro Mundo, o país não experimentou esta crise em toda sua intensidade como é o caso dos países centrais e de alguns países da América Latina.

Mesmo rebatendo menos profundamente no Brasil, esta crise tem afetado significativamente o Serviço Social brasileiro no seu mercado de trabalho, na sua formação profissional e na sua organização política. Tal crise tem ocasionado graves dificuldades para a profissão, dentre as quais a perda de algumas funções privativas, o deslocamento das fronteiras entre as profissões e a perda de postos de trabalhos, dentre outras implicações.

Diante desta conjuntura tão adversa, este trabalho, a partir da análise crítica da realidade social, põe-se como tarefa pensar as determinações e as mediações necessárias para a efetivação do projeto ético-político profissional na prática dos assistentes sociais.

Para nós, a efetivação/objetivação deste projeto na prática dos assistentes sociais é a condição *sine qua non* para a sua manutenção e consolidação como referência idéio-teórica e metodológica para o exercício e a formação profissional dos assistentes sociais brasileiros.

A partir de nossos estudos, percebemos que as determinações que podem contribuir para efetivação do projeto ético-político profissional passam necessariamente, mas não exclusivamente, pelo âmbito da formação profissional, que para nós esta formação profissional necessitaria ser adensada de uma certa qualificação política e cultural dos profissionais. Faz-se necessário ainda para a consolidação deste projeto a rearticulação das forças progressistas de nossa sociedade, principalmente do movimento operário e dos movimentos sociais de cunho classista; tal rearticulação é a única que pode contribuir significativamente para derrotar os projetos conservadores, que consolidam sua hegemonia tanto na sociedade quanto no meio profissional.

Sendo assim, pensamos que cabe aos sujeitos políticos identificados com este projeto profissional implementar ações no sentido de construir estratégias que possibilitem a

articulação e consolidação dos princípios e valores do projeto ético-político à prática profissional dos assistentes sociais.

Neste cenário sócio-político, as entidades organizativas da categoria, Associação Brasileiro de Ensino em Serviço Social, o conjunto CFESS/CRESS e a representação dos estudantes (ENESSO), adquirem um papel fundamental no processo de articulação das diversas ações necessárias para a consolidação do projeto ético-político profissional na prática profissional dos assistentes sociais brasileiros.

Sabemos, entretanto, que a conquista da hegemonia no meio profissional é uma tarefa de monta, que requer análise crítica da realidade social e organização política, entretanto, vale ressaltar que a conquista desta hegemonia depende, fundamentalmente, do avanço da luta política em nossa sociedade e para além dela.

Essa dissertação conta com três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “**A prática profissional dos assistentes sociais na saúde**”, buscamos resgatar a lógica e a direção da prática profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade, através do estudo realizado por Vasconcelos (2002). Analisamos, posteriormente, o processo de gênese e constituição do Serviço Social brasileiro, buscando apreender como se processou a interlocução da profissão com o marxismo, para compreendermos os impasses da sua incorporação na atualidade.

No segundo capítulo, “**O projeto ético-político profissional**”, examinamos o processo de constituição do referido projeto, partindo dos anos 60 aos dias atuais, buscando sumariar seus princípios e valores e suas implicações para o exercício profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade.

No terceiro capítulo, intitulado “**A prática dos assistentes sociais e o projeto ético-político profissional: desafios e possibilidades**” procuramos apreender as determinações que podem contribuir significativamente para a efetivação do projeto ético-político profissional na

prática dos assistentes sociais; com base nos estudos que realizamos, concluímos que tais determinações passam, necessariamente, mas não exclusivamente, pela formação profissional.

Gostaríamos de salientar que este trabalho é parte integrante de um esforço coletivo de compreensão desta profissão nos últimos anos, corporificando nossas inquietações teóricas e políticas em relação ao exercício profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade e o futuro do projeto ético-político. Este trabalho é expressão da nossa inserção nos espaços de militância das entidades de representação da categoria profissional: no movimento estudantil, na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e, mais atualmente, no conjunto CFESS/CRESS (composto pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais). Buscamos com ele contribuir para a reflexão acerca das possibilidades e dos desafios postos à implementação e consolidação do projeto ético-político no meio profissional.

Por último, gostaríamos de salientar que a temática que desenvolvemos neste trabalho, o projeto ético-político profissional, não conta, ainda, com uma produção teórica que a problematize; sendo assim, avaliamos que é mais do que necessário que nos debruçemos sobre a realidade da profissão para podermos intervir com mais qualidade no debate profissional.

Capítulo I – A prática profissional dos assistentes sociais na saúde

1.1 – A configuração da prática profissional dos assistentes sociais na saúde

Neste capítulo apresentaremos a configuração da prática profissional dos assistentes sociais inseridos no setor de saúde do Município do Rio de Janeiro¹, procurando apreender seu sentido e a sua direção na contemporaneidade; pretendemos ainda, constatar se a prática profissional se coaduna com a direção teórico-metodológica construída pela categoria nos últimos 30 anos².

A concepção de prática profissional com a qual trabalharemos é aquela cunhada pela tradição marxista, ou seja, a de que a prática profissional é uma especialização da práxis social. A práxis segundo Vázquez (1968), pode ser de vários tipos: produtiva, criativa e social ou revolucionária. Dito de outro modo:

A matéria-prima da atividade prática pode mudar, dando lugar a diversas formas de práxis. O objeto sobre o qual o sujeito exerce sua ação pode ser: o fornecido naturalmente, ou entes naturais; produtos de uma práxis anterior que se convertem, por sua vez, em matéria de uma nova práxis, com os materiais já preparados com que trabalha o operário ou com que cria o artista plástico; o humano mesmo quer se trate da sociedade como matéria ou objeto da práxis política ou revolucionária, quer se trate de indivíduos concretos. Em alguns casos, como vemos, a práxis tem por objeto o homem e, em outros, uma

¹O perfil aqui apresentado baseia-se na pesquisa realizada pela Professora Ana Maria de Vasconcelos no período de 1997 a 1998, intitulada “**Tendências da prática profissional dos assistentes sociais na atenção à saúde no município do Rio de Janeiro**”, publicada em 2002 sob o título de “**A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas em saúde**”. A referida pesquisa contou com a participação de 74 dos 244 assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde. Nossa análise não privilegiará os dados referentes ao perfil sócio-econômico dos assistentes sociais; entretanto, eles são imprescindíveis para nossa análise. Sendo assim, destacamos os principais, dentre os assistentes sociais entrevistados: 52,7% dos profissionais são casados, têm (em média) 43,43 anos; a maioria é do sexo feminino; quanto à religião que professam, 86,4% dos assistentes sociais são católicos ou evangélicos e 13,68% afirmam não ter religião.

² O objeto central desta dissertação, o projeto ético-político profissional, mais especificadamente, a expressão deste projeto no trabalho dos assistentes sociais e as mediações necessárias para sua efetivação, está consubstanciado num conjunto de documentos, a saber: o Código de Ética Profissional (Resolução nº 273 de 1993, do Conselho Federal de Serviço Social), a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1993) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aprovado pela categoria em convenção nacional da entidade em 1996.

matéria não propriamente humana: natural nuns casos, artificial nos outros. (Vázquez, 1968:194/5).

A profissão, conforme nos revela Kameyama (1989), está inserida na práxis social, mas não se confunde com ela:

A prática do Serviço Social não se confunde com a prática social. Ela é constitutiva da prática social. A prática social exige sujeito coletivo: os assistentes sociais, os partidos, as organizações etc. A prática do Serviço Social é constitutiva disso também, mas tem sua particularidade. (Kameyama, in ABESS, 1989: 160).

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, cujo objeto de intervenção são as expressões da “questão social”: cabe aos assistentes sociais na divisão social e técnica do trabalho intervir com a perspectiva de amenizar as expressões da luta de classe em nossa sociedade. Ou seja, a profissão emerge:

(...) a partir do *background* acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo das suas protorfomas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica. Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas suas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomados como seqüelas inevitáveis do “progresso” (donde a funcionalidade da perspectiva “pública” da intervenção) — desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais. (Netto, 1996:75).

Antes de procedermos à análise da prática dos assistentes sociais inseridos na Secretaria Municipal de Saúde devemos explicitar — mesmo que superficialmente — o cenário em que se realiza: o sistema municipal de saúde.

A política de saúde, no Brasil, se consolida enquanto política pública no final da década de 80, com a aprovação da Constituição Federal de 1988: a “Constituição Cidadã”; com a sua aprovação, a saúde passa a ser concebida enquanto

(...) direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de saúde e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. São de relevância pública

as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física e jurídica de direito privado. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III – participação da comunidade. Parágrafo único. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.³ (Art. 196, 197 e 198 da Constituição Federativa do Brasil, 1999:67).

Esta concepção de saúde ganha densidade e concretude com a difusão do conceito ampliado de saúde expresso, principalmente, no relatório da 8ª Conferência de Saúde, ocorrida em 1986; nele, o conceito de saúde passa a ser relacionado com as condições sócio-históricas, ou seja, o processo saúde-doença passa a ser concebido enquanto

(...) resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar desigualdades nos níveis de vida. A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em sua luta cotidiana. Direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade (Relatório Final da 8ª Conferência de Saúde, 1986: 4).

A construção do Sistema Único de Saúde (SUS) no país coincidiu e colidiu com a expansão do projeto neoliberal implementado, prioritariamente, pelos governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso⁴. Assim, ao mesmo tempo em que

³ O Sistema Único de Saúde é regulamentado pelas leis 8.080 e 8.142, ambas sancionadas em 1990, constituindo a Lei Orgânica de Saúde/LOS. Para uma análise mais aprofundada do sistema de saúde no Brasil, cf. Laurell (1982), Cohn (1995) e Vasconcelos (2002).

⁴ Eleito presidente em 2002 com 52% dos votos da população, o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, não conseguiu ou não tem se proposto alterar a política econômica do país. O governo tem

buscávamos construir uma política de saúde sólida, eficaz e universal, tivemos que concorrer com uma perspectiva privatizante que adquiriu hegemonia em nosso país. Em outras palavras:

Porque, curiosamente, enquanto o país registrava, nos anos 80, uma mobilização amplamente democratizante, que atingiu importantes segmentos da sociedade brasileira, o mundo parecia girar no sentido contrário. Enquanto estávamos aqui, a duras penas, inscrevendo na Constituição – aliás, pela primeira vez na nossa história –, direitos sociais, garantias, no resto do mundo (e, especialmente, no chamado mundo ocidental), o trajeto que se fazia ia exatamente no sentido oposto. Pensem, por exemplo, em Thatcher na Inglaterra, pensem no desempenho dos partidos social-democratas na Europa, que estavam executando firmemente um processo de corte dos direitos sociais, de corte de garantias sociais. Foi o momento em que veio a público a chamada crise do Estado de bem-estar social, quando parecia, no plano sócio-jurídico formal, que estávamos operando na contramão da história (...). (Netto, 2000:13).

Nos anos 70, a crise do sistema capitalista nos países centrais levou à derrocada o Estado de bem-estar social — construído durante os “trinta anos gloriosos” do capitalismo —, bem como consolidou a expansão das idéias neoliberais⁵. O neoliberalismo constitui-se numa das respostas do grande capital à suas crises estruturais. Nas palavras de Anderson, in Sader e Gentili, orgs. (1995):

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder

gastado parte considerável de seu orçamento com o pagamento da dívida externa, enquanto o país encontra-se imerso numa profunda crise de emprego. Para uma análise mais apurada do governo Lula, cf. Coutinho (2003), Netto (2003) e Bráz (2004).

⁵ O projeto neoliberal constitui-se numa das estratégias de enfrentamento da crise capitalista no final dos anos de 1970; a reestruturação produtiva (toyotismo) e o pós-modernismo no campo cultural conformam os outros pilares destes processos de transformação. A implementação do projeto neoliberal tem início no Chile, na década de 70, logo depois nos Estados Unidos e Inglaterra. Nos países do Terceiro Mundo, como é o caso do Brasil, o neoliberalismo introduz-se via Consenso de Washington. Segundo Netto (2000), o neoliberalismo se caracteriza pelo Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, uma vez que, no campo estritamente econômico, o Estado não reduz sua atuação. As principais características da receita neoliberal, segundo Anderson, apud Sader (1995) são: a disciplina orçamentária com a contenção de gastos para o bem estar social, a restauração da taxa de desemprego e a recriação de um exército industrial de reserva. Para um aprofundamento acerca do neoliberalismo na América Latina e particularmente no Brasil, cf. Laurell (1983), Sader (1995) e Montañó (2002).

excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.(Sader, 1995:10).

A expressão mais significativa do avanço das idéias neoliberais tem sido a progressiva desresponsabilização do Estado em face da “questão social”, ocasionando o que Yasbek (1995) denomina de “**refilantropização da assistência**”. As políticas sociais redistributivas passam a ser executadas, em grande medida, pelas organizações da sociedade civil, conforme nos afirma Montañó (2002):

Ora, se temos hoje uma sensível diminuição da intervenção estatal, via privatização das políticas sociais e serviços sociais (tanto para o âmbito lucrativo do mercado, quanto para o “terceiro setor”), via terceirização dos mesmos, via recorte dos gastos sociais, passando esta ação cada vez mais para a responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades, isto não só significa a retirada parcial do Estado desta função, mas fundamentalmente a passagem de uma *responsabilidade do conjunto da sociedade* em financiar esta ação estatal para uma *auto-responsabilidade dos necessitados* pela solução dos seus próprios carecimentos. Isto significa que passa a haver um autofinanciamento pelos próprios sujeitos carentes, complementado pela participação voluntária. A ação social deixa de ser financiada pelo conjunto da sociedade, pelo capital, pelo trabalho etc., e passa agora a ser cada vez mais financiada pelos setores carentes, mais ligados aos trabalhadores de média e baixa renda. Isto é, o capital deixa de ser obrigado a co-financiar as políticas sociais estatais; passa-se de uma “solidariedade sistêmica” (mediante contribuição compulsória e diferencial) para uma “solidariedade individual e voluntária” (segundo os princípios da “auto-ajuda” e da “ajuda mútua”). (Montañó, 2002:235/6, grifos no original).

No Brasil, o Estado de bem-estar social configurou-se como um “Estado de mal-estar social”, pelas precárias condições de organização e estruturação das políticas sociais públicas. A adoção das políticas neoliberais pelo Estado tem ocasionado um alto grau de empobrecimento da população brasileira; o resultado mais aparente deste processo de empobrecimento é o crescimento exponencial da violência urbana, conforme nos afirma Abreu: “o (...) fracasso do neoliberalismo — vem traduzido no crescente quadro da pobreza em termos mundiais (...)”. (ABREU, 2002:219).

Na saúde, os ditames neoliberais promoveram a sua privatização e mercantilização, tornando-a um produto de alta rentabilidade. Com o processo de desmantelamento da saúde pública promovida pelo Estado, principalmente nos anos 90, a população foi obrigada a migrar para os serviços de saúde privados, com o que se adensou consideravelmente o setor privado no país. O município do Rio de Janeiro é um caso exemplar: apesar da rede pública de saúde ser vasta, o setor privado no município atende uma parcela considerável da população, devido à completa desestruturação em que se encontra o setor público. Em outras palavras:

Eis aqui o fundamento da política neoliberal para a saúde, preconizada pelos órgãos multilaterais, divulgada e defendida – nem sempre de forma clara e transparente - por sanitaristas brasileiros, muitos deles, até a bem pouco tempo, defensores dos ganhos constitucionais. Uma política que preconiza: partindo da desigualdade, não da diversidade, tratar desigualmente os desiguais. Ou seja, aos pobres uma saúde pobre ou uma saúde pobre para os pobres, que nem chega a cumprir um papel compensatório em relação às necessidades de saúde, mas que primordialmente, **regule as relações sociais**. Torna-se claro que na sociedade capitalista, enquanto controlada/regulada, pode-se conviver com a igualdade civil e política, mas jamais com a igualdade econômica e social. Uma igualdade econômica e social vista não como um processo de inclusão mas de ruptura com a sociedade capitalista, que tem seu fundamento na existência das classes sociais, ou seja, na perpetuação da desigualdade/diferença, enquanto esta organização social existir. (Vasconcelos, 2002:85, grifos no original).

Mesmo com a privatização e o sucateamento, o sistema de saúde do município do Rio de Janeiro possui a maior concentração de unidades em todo o país, contando com 16 unidades hospitalares (sendo 3 psiquiátricas); 5 maternidades; 3 unidades integradas de saúde (UIS); 21 centros municipais de saúde (CMS); 29 postos de saúde (PS); 16 unidades auxiliares de cuidados primários de saúde (UACPS); 3 unidades municipais de atendimento médico primário (UMAMP); 1 centro de atendimento psiquiátrico (CAP) e 15 postos de atendimento médico (PAM), num total de 111 unidades de saúde⁶.

⁶ Dados obtidos em Vasconcelos (2002); pelos dados do CRESS-7ª região, as unidades de saúde municipais são 123, cf. Dahmer (2002).

Apesar desta extensa rede assistencial, o Rio de Janeiro é o município em que o Sistema de Único de Saúde (SUS) está mais sucateado. A atual crise, que provocou a intervenção do governo federal em 2005, é a prova cabal da ineficiência e da precariedade do sistema de saúde no município do Rio de Janeiro⁷. Dito de outro modo:

Ainda que se caracterize por possuir **a maior rede pública de saúde** concentrada num mesmo município, a rede de saúde da cidade do Rio de Janeiro — que vem sendo sucateada desde o início da década de 90 — não atende, em termos de quantidade e qualidade à toda demanda que recebe da sua população, sobrecarregada ainda pela demanda de outros municípios do estado do Rio. A região metropolitana do estado é composta por **17 municípios**, com uma população de 10.168.410 habitantes — o que representa mais de 70% da população do estado —, que não contando com os recursos necessários para atenção à saúde, 70% dos atendimentos são realizados a moradores dos municípios vizinhos, principalmente da Baixada Fluminense, que possui uma insignificante e a mais precária rede pública de saúde do estado. A situação não é mais grave porque o repasse de verbas do SUS para os municípios ainda se dá em termos de procedimentos realizados e não por estimativa da população atendida. (...). (Vasconcelos, 2002:134, grifos no original).

É neste cenário problemático e contraditório que se efetiva a prática dos assistentes sociais. Sobre ela, a pesquisa de Vasconcelos (2002) revela que: 54% dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde formaram-se entre os anos de 1966 e 1980; 42% entre 1981 e 1998 e 4% não informaram o ano de formação. Em relação à unidade de formação: 47,3% formou-se em unidades particulares; 47,3% em unidades públicas e 5,4% não informaram⁸.

⁷ Com a crise do setor, em 2005, o atual secretário de saúde, Ronaldo César Coelho devolveu as unidades de saúde federais, municipalizadas a partir de 1988 para a União, conforme Decreto municipal nº 24.998 de 3 de janeiro de 2005).

⁸ Esses dados revelam que parte significativa dos assistentes sociais se formou no período em que uma perspectiva crítica do Serviço Social estava se gestando. Quanto às unidades de formação, os assistentes sociais se dividem em: Universidade Federal do Rio de Janeiro (dezessete); Centro Universitário Augusto Motta (dez); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (nove); Universidade Gama Filho (oito); Universidade Veiga de Almeida (sete); Universidade Federal Fluminense (seis); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (dois); Universidade Estadual de Pernambuco (um); Universidade Federal Fluminense - Campos (um); Universidade Federal de Santa Catarina (um); Rio de Janeiro (um) e não informaram (cinco).

Quanto à forma de admissão na Secretaria de Saúde, os dados revelam que a grande maioria foi admitida através de concurso público, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Forma de Admissão na SMS⁹

Forma de Admissão	Frequência	Percentual
Aproveitamento; ascensão funcional; transferência; contrato/efetivação; remanejamento; transferência; indicação	16	21,6
Concurso bolsista, posterior contrato	1	1,4
Estagiário acadêmico ou profissional	2	2,7
Concurso	41	55,4
Desvio de Função	10	13,5
Prestação de serviço	2	2,7
Não respondeu	2	2,7
Total	74	100,0

Fonte – Vasconcelos: 2002.

Dos assistentes sociais entrevistados, 21,6% têm até 9 anos de trabalho na Secretaria Municipal de Saúde; 77,1% têm entre 10 e 30 anos e 1,3% não informaram o tempo de trabalho¹⁰.

Quanto à faixa salarial 48,7% dos assistentes sociais ganham entre R\$ 400,00 e R\$ 900,00 reais; 43,2% ganham entre R\$ 1000,00 e R\$ 1800,00 reais e 8,1% não informaram¹¹.

⁹ Esta tabela revela que uma parte significativa dos assistentes sociais não tem vínculo precário de trabalho, o que poderia contribuir para a execução de um trabalho mais qualificado; todavia, sabemos que somente estabilidade no trabalho não garante esta qualificação.

¹⁰ Esses dados reforçam a análise realizada anteriormente, qual seja: de que uma parte significativa dos assistentes sociais iniciou sua prática profissional em meio ao surgimento de uma perspectiva profissional crítica.

¹¹ A faixa salarial, conforme demonstra Vasconcelos (2002) varia conforme o cargo ocupado pelos profissionais na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde. Em 2001, foi criado o SIMAS (Sistema

Tabela 2 – Faixas salariais

Faixa salarial	Nº de A. S.	Percentagem
De R\$ 400,00 a 600,00	13	17,6
De R\$ 700,00 a 900,00	23	31,1
De R\$ 1000,00 a 1200,00	22	29,7
De R\$ 1300,00 a 1500,00	8	10,8
De R\$ 1600,00 a 1800,00	2	2,7
Não declarou	6	8,1
Total	74	100,0

Fonte – Vasconcelos: 2002.

Na Secretaria Municipal de Saúde, 78,2% dos assistentes sociais assumem funções de executores terminais das políticas sociais¹²; 14,8% de chefia imediata e 7% dos profissionais assumem gerências de programas, direções de unidades e direções de centro de estudos¹³.

Quanto à prática propriamente dita, os assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde a organizam através de plantões, programas e projetos; entretanto, esta organização se processa

(...) independentemente do tipo de unidade de saúde, das diferenças entre os usuários e das demandas dirigidas ao Serviço Social, os assistentes sociais da SMS seguem uma **lógica de organização do trabalho** – estratégia de ação – que pode ser percebida nas ações mais ou menos padronizadas que realizam, tanto no conjunto das equipes profissionais quanto individuais(...). (Vasconcelos, 2002:160, grifos no original).

Municipal de Assistência Social), regulamentado pela Lei 3343 de 28/12/2001, e pelo Decreto 21048 de 08/02/2002. Este sistema matricial objetivava criar uma política de assistência social integrada. Uma das ações deste referido sistema foi à implementação de uma gratificação para os assistentes sociais em torno de 320% sobre o salário base, esta gratificação fez subir a remuneração dos profissionais. Outra questão suscitada por este decreto, foi à definição pela secretaria de assistência social da prevalência desta política em relação às outras políticas setoriais, em 2005 o atual secretário da assistência decretou que todos os profissionais de Serviço Social estivessem atrelados administrativo e tecnicamente a secretaria de assistência. Sobre o assunto, cf. Dahmer (2002) e Vasconcelos (2002).

¹² Termo cunhado por Netto (1996) para designar profissionais que trabalham somente na execução das políticas sociais.

¹³ As funções de direção e chefia possibilitam uma visão mais ampliada da política de saúde; todavia, somente alguns profissionais assumem estes postos, no geral, assumidos por categorias profissionais com mais prestígio social.

Segundo Vasconcelos (2002:161), “enquanto o Serviço Social, como um todo está organizado em plantão e/ou plantão e programas, os assistentes sociais, individualmente, podem organizar seu trabalho desenvolvendo plantão, programas ou somente projetos ou programas”¹⁴.

O plantão é a forma comum de trabalho dos assistentes sociais na Secretaria Municipal de Saúde, conforme afirma Vasconcelos (2002):

O que chama a atenção (...) é a prioridade dada às atividades no plantão em todas as unidades pesquisadas e o número expressivo de assistentes sociais que afirmam trabalhar a partir de uma inserção majoritária em plantão, independentemente do tipo de unidade de saúde e dos usuários. Esta questão é crucial tendo em vista as características dos serviços prestados no plantão, características estas que, freqüentemente, determinam a respeitabilidade, a subalternidade, à aceitação, a força e/ou a influência que o Serviço Social possa ter na unidade como um todo, na direção das suas ações e na qualidade dos serviços prestados. (Vasconcelos, 2002:165).

Na Secretaria Municipal de Saúde, os plantões do Serviço Social são espaços para resoluções **imediatas** dos problemas e das demandas dos usuários; neles, a demanda se apresenta sob variadas formas: pedidos de orientações diversas; acesso aos serviços da unidade; reclamações; encaminhamentos para consulta médica; orientação previdenciária; inserção na rotina da unidade; encaminhamentos e cadastro nos programas. São demandas postas para o Serviço Social nos plantões:

1) Demandas comuns ao plantão de qualquer unidade de saúde:

Apoio, triagem, ficha social, laudo social, conhecimento da rotina e/ou recursos da unidade, acesso aos serviços da unidade/externos, estudos dos critérios de elegibilidade para atendimento, orientações para lidar com a doença, visita domiciliar, espaço para falar, mediar conflitos, asilamento, relacionamento/conflito familiar, cesta de alimentos, atenção à família

¹⁴ Na pesquisa em questão, a autora diferencia o tipo de trabalho realizado individualmente e coletivamente pelos assistentes sociais nos vários tipos de unidades. Assim, por exemplo, o percentual de profissionais que realiza plantão em uma unidade pode ser maior ou menor, neste trabalho não levaremos em consideração tal diferenciação. Sobre o assunto, cf. Vasconcelos (2002).

do paciente psiquiátrico, participação na comunicação do óbito, agilização de vaga para internação, declaração de atendimento realizado/ comparecimento na unidade, inserção especial na rotina de marcação de consulta e exames, agilização de atendimentos de emergência, reclamações diversas, benefício de prestação continuada, acidente de trabalho, orientação previdenciária, documentação, conhecimento dos recursos da unidade/instituição, dependentes químicos, confecção de requerimentos, orientação aos funcionários prestadores de serviços (faxineiros, motoristas, vigias) e órtese e prótese (algumas unidades).

2) Demandas específicas dos hospitais, maternidades e institutos:

Acompanhamento de internação, autorização de visita e/ou emissão de cartão para acompanhante, visitas às enfermarias, alta hospitalar, transferência/remoção hospitalar, localização da família de pacientes internados, comunicação de quadro clínico para a família, providencias quanto à violência contra criança/ido/mulher e comunicação de óbito.

Os assistentes sociais nos plantões recebem, ouvem e encaminham os usuários; objetivam com isto manter o bom funcionamento das unidades de saúde. Nos plantões, os assistentes sociais priorizam atender as demandas **emergenciais** dos usuários, priorizam atender aquelas demandas mais aparentes; as demandas por educação em saúde e por organização são negligenciadas pela maioria dos profissionais. A prática dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde não prioriza a capacitação e a organização dos usuários dos serviços.

Os assistentes sociais poderiam contribuir através da sua prática profissional com o fortalecimento das representações dos usuários nos conselhos de saúde e de direitos do município do Rio de Janeiro. A representação dos usuários nestes espaços de participação política e de controle social é descontínua, atrelada e subordinada ao aparelho estatal, os profissionais poderiam contribuir para a construção de consciência cidadã.

Entretanto, para exercer esta ação propositiva, o profissional necessita identificar esta demanda como legítima e fundamental para sua prática profissional. Como podemos

constatar, pela pesquisa realizada por Vasconcelos(2002), a estruturação da política de saúde no município do Rio de Janeiro, acaba dificultando e muitas vezes inviabilizando que os profissionais possam se qualificar para seu exercício profissional cotidiano, por exemplo, o município do Rio de Janeiro não um plano de cargos e salários que incentive seus trabalhadores a procurarem qualificação profissional para atuarem nos programas e projetos municipais. A realização de um trabalho de qualidade requer contínua capacitação teórica, política e cultural. Em outras palavras:

Se já é difícil, numa realidade complexa, apreender, sinalizar e priorizar demandas explícitas — as que estão aparentes —, a necessidade de se abstrair da aparência da realidade trabalhada dificulta, ainda mais, a sinalização, apreensão e priorização das demandas implícitas — demandas ocultas, que necessitariam de abstração, de desvendamento da realidade para serem percebidas (...). (Vasconcelos, 2002:179/180).

O trabalho do Serviço Social nos Programas e Projetos segue a mesma lógica do trabalho realizado nos plantões. Os assistentes sociais nos Programas e Projetos da Secretaria Saúde do Município do Rio de Janeiro, “realizam tarefas administrativas, burocráticas e/ou de levantamentos de dados — seleção, inscrição e anamnese —, acompanhadas de orientações e aconselhamentos eventuais, pontuais e descontínuos sobre a doença” (VASCONCELOS, 2002:204).

Estas são as demandas dirigidas ao Serviço Social nos Programas e Projetos de Saúde.

1) Demandas para Programas e Projetos:

Apoio/terapia de apoio, apresentação do Programa, cadastramento/inscrição/registro, definição de elegibilidade, fornecimento de insumos dos programas, orientações para lidar com doenças, acesso aos serviços da unidade/externos, agendamento das consultas médicas, visita domiciliar, encaminhamento para recursos internos e externos à unidade (institucionais e materiais), declaração de atendimento realizado ou comparecimento na unidade, orientação sobre o tratamento, complementação das informações trabalhadas nas Salas de Espera, complementação das questões trabalhadas nos grupos, conhecimento rotina e/ou recursos da

unidade, contatos com escolas, grupos educativos, encontro com famílias, palestras, controle da participação nos programas/projetos, orientações educativas e assessoria para organização das assembléias das associações (idosos, hipertensos, diabéticos).

2) Insumos fornecidos nos Programas/Projetos:

Preservativos/métodos contraceptivos, medicamentos, alimentos (leite, cesta básica), órtese/próteses, passagem, enxoval de gestante e dinheiro em espécie.

3) Programas e Projetos:

Mulher (planejamento familiar, demandas por contraceptivos, obstetrícia), Adolescente (terapia de apoio/DSTs/educação sexual), DST/HIV/Aids, Diabetes, Hipertensão, Idoso (maus-tratos, idoso fragilizado, cuidadores de idosos, lazer), Pediatria (incentivo ao aleitamento, controle de infecções respiratórias, prevenção de acidentes domésticos, desnutridos), Tuberculose e Hanseníase¹⁵.

Segundo Vasconcelos (2002:169), o trabalho realizado nos Plantões e nos Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Saúde apresenta as seguintes características:

- Atendimento individual, realizado através de uma única entrevista, sendo raros os retornos ao mesmo serviço objetivando a continuidade ou acompanhamento da demanda apresentada;
- Atendimento à demanda espontânea/livre, à demanda encaminhada pelos demais profissionais e/ou serviços da unidade de saúde e encaminhada por outras instituições;
- Algumas solicitações de recursos materiais são atendidas pelo assistente social que, através de um processo burocrático de preenchimento de formulários, “distribui/repassa” ou possibilita acesso a alguns recursos (medicamentos,

¹⁵ Nos Programas e Projetos da secretaria municipal de saúde, conseguimos verificar algumas ações menos imediatistas por parte dos profissionais, como organização de assembléias, de organização dos usuários.

preservativos, bolsas de alimento, órteses, próteses etc.), solicitações, em sua maioria, resultantes de Projetos e Programas existentes na unidade de saúde;

- O assistente social no plantão realiza basicamente orientações (previdenciária, acidente de trabalho, programas assistenciais, quadro clínico de paciente internado), encaminhamentos (para recursos internos da unidade: inscrição nos programas, agilização de exames e/ou consultas médicas e para recursos da comunidade/ou institucionais: bolsas de alimento, passagem gratuita, recursos assistenciais, exames de alta complexidade, asilamento, apoio) e, em alguns casos, aconselhamento. Estas ações, burocratizadas, produzem uma atenção que não tem continuidade nem interna nem externa à unidade de saúde;
- O plantão não se constitui numa atividade planejada nem sistematizada a partir, pelo menos, do conhecimento do perfil dos usuários da instituição e do próprio plantão e dos recursos existentes dentro e fora da unidade de saúde. Assim, não conta com quantificação estatística dos atendimentos realizados tendo em vista conhecer a variação da demanda, as solicitações por serviços e recursos materiais e a própria utilização do Serviço Social e dos serviços da unidade; conseqüentemente, não conta com observação/análise/avaliação sistemática do trabalho desenvolvido;
- Constitui-se, assim, de ações burocráticas, imediatas, isoladas e assistemáticas, que promovem encaminhamentos, orientações, aconselhamentos e apoio como um fim em si mesmo, na medida em que estas ações não estão articuladas a programas e projetos que atinjam e/ou absorvam os usuários de forma sistemática e continuada, no sentido de oferecer suporte contínuo às demandas explícitas, mas principalmente as demandas implícitas por atenção integral à saúde;
- O plantão não conta com profissionais qualificados para reconhecer a necessidade de considerar o perfil da população que procura o Serviço Social, reconhecer as

demandas reais e potenciais, implícitas e explícitas, para que se possa fazer levantamento dos recursos necessários para os encaminhamentos, orientações e referências necessárias a partir dessas demandas e para projetar ações no interior da unidade que absorvam as demandas por saúde (educação, prevenção e promoção de saúde, tratamento, principalmente das doenças crônico–degenerativas e contagiosas) e por organização e participação no controle social dos serviços oferecidos pela unidade;

- Assim, sem rotinas de interação com as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais nos Programas/Projetos e com os demais profissionais da unidade, mas respondendo por suas deficiências, o plantão não conta com atividades sistemáticas — desenvolvidas pelo Serviço Social ou por equipes multiprofissionais na/pela unidade - para onde os usuários possam ser referenciados, objetivando romper com o círculo vicioso de encaminhamento interno/encaminhamento externo. Estes encaminhamentos, buscando “resolver o mau funcionamento das rotinas das unidades”, a ausência de serviços e recursos e /ou falta de resolutividade de seus serviços, jogam o usuário para o próximo serviço e/ou para fora da unidade, sem que ali estivessem esgotadas todas as possibilidades de atendimento às suas demandas reais, potenciais, aparentes e ocultas, imediatas e mediatas, implícitas e explícitas.

Segundo Vasconcelos (2002), de todas as demandas dirigidas ao Serviço Social, apenas 22% dos profissionais afirmam atendê-las, enquanto 78% declaram não atender todas as demandas dirigidas ao Serviço Social. Entre as demandas que os assistentes sociais não atendem encontram-se as demandas por educação em saúde, condições de trabalho etc. São exatamente as demandas mais substantivas que não recebem a atenção devida dos profissionais, pois, para desvendá-las, é necessário conhecimento teórico e habilidade política, que os profissionais entrevistados nesta pesquisa demonstram não apresentar, como veremos.

As condições precárias em que o trabalho profissional é realizado contribuem para agravar a qualidade dos serviços prestados a população, conforme nos relata Vasconcelos (2002):

O plantão do Serviço Social seja o que atende a unidade como um todo, seja o plantão realizado na emergência das maternidades, hospitais e nas emergências das unidades ambulatoriais mais complexas, independentemente da unidade de saúde, funciona em salas geralmente pequenas — em tamanho ou para comportar o número de profissionais existentes —, sem ventilação e sem condições de respeito à privacidade e sigilo profissional. Na maioria das vezes, todo atendimento do Serviço Social é realizado num mesmo espaço físico, concomitantemente, por dois ou mais profissional ou até nos corredores — principalmente nas emergências —, onde é colocada uma mesa e formada uma fila, que aguardando atendimento do profissional. (Vasconcelos, 2002:166).

Além disso, conforme nos relata Dahmer (2002), em sua pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde dos assistentes sociais do Rio de Janeiro, a tensão no ambiente de trabalho profissional acarreta inúmeras implicações para a qualidade do exercício profissional dos assistentes sociais inseridos na saúde do município do Rio de Janeiro. Dentre os itens destacados por Dahmer (2002), ressaltam os seguintes: unidades de saúde em área de risco, violência por parte dos usuários dos serviços e a intensificação do trabalho; ou, mais detalhadamente:

Tabela 3 - Situação de tensão no ambiente de trabalho

Situação de tensão	Frequência	Percentual %
Área de risco	15	16,5
Intensificação do trabalho	13	14,2
Violência por parte dos usuários	10	11
Desgaste emocional com quadro social da população	10	11
Falta de recursos institucionais e comunitários	09	9,9
Não identificam	08	8,8

Indefinição quanto á atribuições do Serviço Social	07	7,7
Conflitos interprofissionais	05	5,5
Importância quanto à notificação ao conselho tutelar	04	4,4
Pacientes psiquiátricos	03	3,3
Instabilidade política na SMS/RJ	02	2,2
Horários escassos para transporte	01	1,1
Vínculo empregatício precário (cooperativa)	01	1,1
Rotina estressante	01	1,1
Pressão para que Serviço Social explique a falta de atendimento	01	1,1
Questões relativas ao fato do PSF não ser uma política e sim um programa, com muita instabilidade	01	1,1

Fonte: Dahmer: 2002.

Quanto ao referencial teórico que orienta a prática dos assistentes sociais na Secretaria Municipal de Saúde, a pesquisa realizada por Vasconcelos (2002) revela que: 32,4% dos assistentes sociais afirmam não adotar nenhum tipo de teoria¹⁶, enquanto 60,8% adotam algum tipo de teoria e 6,8% não lêem/não sabem que tipo de teoria adota. As justificativas para a adoção ou não de uma determinada teoria são as seguintes:

Tabela 4 – Autores de referência para prática profissional/ justificativa

Autores	Razão da escolha
1. Mendes/ Ana M. Vasconcelos	1. Sem muita opção para o Serviço Social (1985)*
2. V. P. Faleiros	2. Fala diretamente sobre a prática (1986)

¹⁶ Ao afirmarem não adotar nenhuma teoria, os profissionais estão se posicionando, mesmo que inconscientemente, a favor de uma determinada teoria, o positivismo. Porque não existe nenhuma prática social que prescindia de teoria. Teoria e prática são faces de uma mesma moeda, por isso, ao afirmarem não adotar teoria, os assistentes sociais estão reproduzindo, os ideais da neutralidade científica defendidos pelo positivismo. Para uma análise mais apurada do positivismo, cf. Lowy (1985 e 1998).

3. Helen Northen/Gordon	3. Escolhe o referencial de acordo com a equipe a orientar(1968)
4. Não tem	4. Esteve muito distanciada da prática e não estudou Serviço Social; está mais na administração e também não lê por displicência (1984)
5. Kisnerman/Konopla	5. Indicados pelo supervisor (1979)
6. Faleiros/ Balbina O. Vieira e H. Northen	6. Balbina é simples para tirar dúvidas e Faleiros utilizo para o debate atual(1978)
7. Balbina O. Vieira, P. Freire, E. Mota e Konopka	7. Na busca de ajudar na prática, esses foram os que me deram melhores respostas (1980)
8. Não respondeu	8. Não respondeu (1986)
9. M. Carmo Falcão e Kisnerman	9. Um pouco de cada um. O Kisnerman mais pelo trabalho com grupo e M. C. é fácil de ler. Todos falam de Balbina, mas todos buscam por ser fácil de ler (1979)
10. Não lembra	10. Não respondeu (1981)
11. Não tem	11. Só lê o que interessa, relativo ao que a profissão me coloca (1968)
12. Iamamoto/ Aldaíza Sposati	12. Ampliam e aprofundam o debate sobre a prática profissional (1982)
13. Balbina Otoni Vieira, G. Hamilton	13. Estudei teoricamente os autores (1982)
14. Não tem	14. Não havia aproveitamento dessa leitura (1980)
15. Atualmente nada	15. Há um ano se desligou do Serviço Social, pois acha que já é o bastante (1980)
16. No momento está vago	16. Chega um determinado momento em que não se tem mais referência; acaba-se usando um pouquinho de cada um (1980)
17. Não sabe citar ninguém	17. Não me prendo a autores, mais, mais ao trabalho; atualmente, com as estagiárias, é eu tem maior contato com autores e livros (1974)
18. Não lê	18. Tem muito que não lê nada (não informou)
19. Não tem	19. Além do desinteresse próprio, os autores foram se distanciando da prática (1973)
20. Atualmente nenhum; antes P. Freire, M. I. Bravo, V. P. Faleiros	20. Porque tinha a ver com meus valores, meu cotidiano, com a proposta de transformação, mudanças; hoje não tem mais muita identificação (não informou)
21. Ana M. Vasconcelos, Iamamoto, Francy Cardoso	21. Porque ensinam a ter uma leitura crítica e nos mostram a importância do casamento da teoria e da prática (1970)
22. Maria das Dores Duran (socióloga)	22. Fala sobre prática voltada para o planejamento familiar, programa que participa na unidade (1976)

23. Iamamoto, Faleiros e S. Gomes	23. Têm uma abordagem mais alternativa para o Serviço Social saindo da linha funcionalista (1975)
24. Não tem	24. A gente acaba se acomodando, mas tenho consciência de que isso não é bom para nós profissionais (1977)
25. Não tem	25. Cada autor defende a teoria; e na prática, não existe o encontro entre teoria e prática
26. Não tem	26. Marx durante uma época, hoje fenomenologia; não tem autor específico. Não é possível dar conta da realidade dentro da rigidez de uma teoria
27. Não tem	27 Por falta de entusiasmo para procurar coisas novas (1975)
28. Iamamoto	28. Utilizou na faculdade e escuta falar em debates e palestras (1981)
29. Não respondeu	29. Não respondeu (não informou)
30. I. Bravo e Balbina Otoni Vieira	30. Aproxima-se mais da realidade que nós vivemos. A Balbina expressa uma referência que é a nossa prática (1989)
31. Iamamoto e Sueli G. Costa	31. No momento, Iamamoto é a mais próxima da realidade, apesar de ter discordâncias; e escolho também Suely Gomes apesar da perspectivas das autoras serem diferentes (1996)
32. J. P. Netto e Iamamoto	32. São referências que auxiliam avaliar a prática; o que a gente ouve no estágio é diferente do que ouve na escola; sente um pouco de desânimo (formada em 1996)
33. Faleiros e Iamamoto	33. Abordagem sobre questão social; questão histórica (1982)
34. Balbina Otoni Vieira e G. Halmilton	34. Porque o Brasil ainda é subdesenvolvido e estes autores dão conta da questão concreta; os outros são retórica (1980)
35. Não adota teoria	35. Utiliza experiência da faculdade; estágio criou um sistema de trabalho (1973)
36. Iamamoto, M I. Bravo e R. S. Serra	36. São autores que falam da prática (1981)
37. Piaget	37. Porque o Serviço Social é educativo (1965)
38. Faleiros e J. P. Netto	38. Eles foram minha base na faculdade (1985)
39. Não tem	39. Não respondeu (1978)
40. Faleiros e Ana M. Vasconcelos	40. Cito Ana Maria Vasconcelos pela abordagem mais numa linha ligada à prática (1990)

41. Balbina	41. Para não fugir da prática (1981)
42. Iamamoto	42. Dá uma visão mais geral para comparar com a prática as questões históricas e o fazer profissional (1978)
43. Não tem	43. Não respondeu (1975)
44. Não tem	44. Faz muito tempo que deixei de pensar na teoria; me envolvi muito mais com a prática, sempre pensando na clientela (1980)
45. Não tem	45. Não respondeu (1980)
46. Não tem	46. Não respondeu (1972)
47. Paulo Freire e Gordon Hamilton	47. Mais próximo à realidade (1980)
48. Kisnerman, Paulo Freire e Balbina	48. Fez trabalho no curso que exigia esses autores; identificou-se com Kisnerman pelo trabalho em grupo (1985)
49. Não tem	49. Está procurando trabalhar no enfoque da terapia-familiar (1978)
50. Faleiros e Iamamoto	50. O que ele passa na idéia da posição do Serviço Social tem a ver com que eu faço (1978)
51. M. I. Bravo e M. Iamamoto	51. Por causa da forma como tratam a relação entre teoria e prática (1992)
52. Kisnerman e Balbina	52. Porque minha prática está voltada para intervenção na instituição de saúde pública em plantão, casos e grupos (1988)
53. Não tem	53. Não respondeu (1982)
54. Faleiros, Iamamoto e Sposati	54. São os que eu mais estudei na minha formação (1997)
56. Ana Maria Nunes de Souza	56. Seus livros foram de grande valia para mim no trabalho com adolescentes (1976)
57. Não tem	57. Porque a prática é mais importante que a teoria (1976)
58. Alan Klein	58. De acordo com a nossa prática, o processo reflexivo é o mais indicado, pautado numa visão funcionalista do autor (1982)
59. Alan Klein	59. Não sabe (1975)
60. M. T. Maldonado, Nilson Rosário, Joaquim C. Melo	60. Em Maldonado, a idéia de prática marginal; em Rosário mais que referencia profissional, pessoal, e Melo, como coordenadora de programa, devo ficar informada sobre questões técnicas dos programas, especialmente as questões médicas (1978)
61. Iamamoto, Faleiros, Sposati, Yasbek	61. Valorizam a cidadania do usuário, seus direitos sociais e fazem análise das políticas sociais (1996)

62. Nenhum específico; vários	62. Nunca se preocupa em seguir uma linha; quando se formou, grupo era a temática, depois desvalorizou (1974)
63. J. P. Netto e Iamamoto	63. Estes autores rompem com o tradicionalismo, utilizam teorias de cunho socialista, valorizam a noção de cidadania (1987)
64. Iamamoto	64. Não respondeu (1996)
65. Iamamoto	65. Não respondeu (1977)
66. Faleiros	66. Por realizar uma reflexão crítica do Serviço Social (1978)
67. Faleiros e Iamamoto	67. Porque fazem uma discussão crítica do Serviço Social (1998)
68. Iamamoto	68. Me identifico com a abordagem teórica; identifico isso no meu dia-a-dia(1996)
69. Não tem	69. Porque a prática começou a ir de acordo com a realidade (1975)
70. Não tem	70. Aproveita as melhores técnicas de cada um; é eclética; faz adaptação do melhor para o paciente (1976)
71. Ana M. Vasconcelos	71. Com a autora descobri a importância da definição de objetivos, assim como estudo da realidade social, do perfil dos usuários, para alimentar a reflexão com os usuários (1960)
72. Faleiros	72. Não respondeu (1975)
73. Karl Marx	73. Por opção pessoal (1982)
74. Não tem	74. Não respondeu (1979)

Fonte: Vasconcelos: 2002. * Ano de formação.

A análise deste quadro leva-nos a algumas conclusões, que resumimos a seguir.

O percentual de profissionais que afirmam não adotar teoria (32,4%) demonstra que os assistentes sociais ainda não equacionaram o debate sobre a importância de um referencial teórico para a prática profissional; esta, para os assistentes sociais, permanece autonomizada da dimensão teórica. Isto acontece, segundo Vasconcelos (2002), porque

A teoria não tem lugar, necessidade, valor, mérito ou interesse, ou seja, não há exigência de referencial teórico para se trabalhar como assistente social; a teoria não é uma necessidade, não é indispensável. A miséria teórica no Serviço Social não se constitui numa preocupação crítica e enfrentamento da miséria econômica, social,

política e cultural. O que assusta é a aparente convicção, tranquilidade e/ou segurança em relação à posição que adotam, ainda que encontremos profissionais descrentes, inquietos. Para alguns, a prática é colocada como a “coisa mais importante”, que pode e não exige ser pensada, projetada, na medida em que os autores e que se distanciam da prática e não os assistentes sociais que se distanciaram da teoria, numa desvinculação total entre teoria e realidade, numa ausência total de racionalidade sustentando estas práticas. (Vasconcelos, 2002:349).

A outra conclusão a que chegamos é a que a escolha de um referencial teórico não está atrelada unicamente à formação acadêmica dos profissionais; nela, atuam inúmeras variáveis, tais como a consciência e formação política, vivência cultural e experiências de vida. Por outro lado, podemos concluir também que a apreensão do referencial marxiano parece ser muito débil, abrindo brechas para manutenção e reprodução do sincretismo e do ecletismo que sempre permearam o universo profissional. Dito de outro modo:

Ao contrário da perspectiva pluralista, que capta as diferentes possibilidades de explicação da realidade e não as trata amalgamando-as, historicamente a profissão do Serviço Social foi marcada pelo ecletismo no trato das várias formulações e correntes de pensamento. Quando se fala de ecletismo, na verdade está-se fazendo referência a uma tendência sincrética à tolerância e à conciliação de posições heterogêneas e contraditórias, assumidas como se fossem concordantes. Esse mosaico, que o Serviço Social sempre fez, tende a garantir uma posição permanente, até mesmo de respeito à aceitação do próprio sincretismo. (Quiroga, 1991:90).

Em relação ao conhecimento necessário para o exercício da profissão, os assistentes sociais revelam não conhecer elementos básicos para sua atuação profissional, como a Constituição Federal, o Código de Ética profissional e a Lei de regulamentação da profissão¹⁷.

Quanto ao Código de Ética profissional, aprovado em 1993, somente com o Código em mãos os profissionais entrevistados conseguiram relatar quais são os princípios e valores que norteiam sua ação profissional; todavia, quando justificam suas respostas, parte considerável dos profissionais indicam princípios e valores contidos em Códigos de Ética

¹⁷ Sobre o assunto, cf. Vasconcelos (2002).

anteriores ao de 1986, demonstrando não conhecer o Código de Ética atual e nem o processo que culminou em sua aprovação.

Desse modo, ainda que os dois últimos Códigos (a partir da clara noção de compromisso em contraposição com a noção de neutralidade profissional, do princípio da contradição em contraposição ao de harmonia/estabilidade) exijam um profissional com um novo perfil (...) treze anos depois continuamos a encontrar assistentes sociais que não apenas desconhecem o Código atual, como professam (contraditoriamente com seus objetivos) valores abstratos e conservadores, que colidem com os interesses e necessidades dos segmentos com os quais trabalham — na medida que respaldam uma ação moralizadora, restauradora e integradora. Negam e/ou desconhecem ainda os princípios de sustentação e a fundação teórica de um trabalho que dê sua contribuição, na construção de uma nova ordem social que rompa com a sociedade capitalista. (Vasconcelos, 2002:377).

Em relação à organização e participação política, os assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro demonstram não participar dos conselhos de saúde nem dos órgãos de representação da categoria. Seguem-se justificativas para a não participação:

“Estou no meu mundinho, não sei o que acontece na política”; “Desconheço o conselho, mas acho que devem ser importantes enquanto espaço de reivindicação”; “Não sei, mas acho que é na discussão das prioridades em saúde”; “Essa parte eu desconheço”; “Não sei porque o diretor não repassa as reuniões; todos os profissionais ficam sós na unidade”; “Não sei, mas acho que os médicos devem saber melhor”; “Não tenho conhecimento porque isso não é de interesse do Serviço Social”¹⁸. (Vasconcelos, 2002:197).

Estas citações expressam a falta de importância dada à dimensão política na prática profissional dos assistentes sociais. A política aparece como “função para os políticos” e não como parte constitutiva da vida social, como instância insuprimível da vida humana — como defendia Aristóteles, ao afirmar que o “homem é um animal político”.

¹⁸ Esta falta de organização política é também expressão da desarticulação dos movimentos sociais; nos últimos anos, esta desmobilização tem acarretado consequências desastrosas para sociedade e para profissão. Sobre a crise dos movimentos sociais, cf. Reis (2000).

Ao negarem a política como um elemento central para sua prática profissional, os assistentes sociais demonstram desconhecer o próprio estatuto profissional, que rege a profissão, uma vez que esta surge como estratégia política do grande capital para amenizar as expressões da “questão social”; ou seja, a ação profissional do assistente social é completamente permeada por componente sócio-políticos:

(...) o Serviço Social surge e se expande marcado pela contradição fundamental que organiza a sociedade do capital: o caráter cada vez mais social do trabalho e das forças produtivas contraposto à apropriação privada dos frutos desse mesmo trabalho. Portanto, a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. (...). Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge nas próprias relações de poder presentes na sociedade. Esse caráter não deriva de uma intenção do Assistente Social, não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional ou de seu “compromisso”. Ele se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como Assistentes Sociais; trata-se de organismos de coerção e de hegemonia que sofrem rebatimento dos combates e da força das classes subalternas na sua luta coletiva pelo esforço de sobrevivência e para fazer valer seus interesses e necessidades sociais. (Iamamoto, 2000:122).

Quando são provocados a avaliarem suas ações profissionais, os assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro as caracterizam como boas, isto é, voltadas para fazer o bem, conforme demonstram os relatos a seguir:

“Atendo a tudo que o usuário demanda; se ele está de alta e sem dinheiro, tiro do meu bolso ou faço uma vaquinha com o pessoal que está esperando na fila, arrango roupas”, “Atendo as todas as demandas dos usuários porque eles ficam satisfeitos, pois refletem e recebem encaminhamentos”. (Vasconcelos, 2002:367).

A perspectiva do trabalho profissional está atrelada à noção de caridade, de benemerência; os profissionais, na sua intenção, desejam atender e viabilizar os direitos dos

usuários, mas na prática acabam por inviabilizar a mobilização e a organização dos usuários dos serviços na defesa de seus direitos.

Os dados apresentados nesta dissertação — frutos da pesquisa da professora Ana Vasconcelos — demonstram que, apesar do avanço teórico-político efetuado pelo Serviço Social brasileiro, nos anos 80 e 90, ele não tem encontrado ressonância na prática profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade¹⁹. O trabalho do Serviço Social na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro mantém-se atrelado a uma perspectiva tradicional e conservadora²⁰ do fazer profissional. Dito de outro modo:

(...) passados mais de vinte anos do processo de Reconceituação do Serviço Social, que, pela primeira vez no Brasil, aponta para a possibilidade de “um projeto de intervenção social respaldado em forças sócio-políticas inscritas nos movimentos populares de massa...” e quinze anos da primeira proposta de formação profissional engendrada pela ABESS, calcada nos fundamentos deste projeto, podemos caracterizar o trabalho realizado pelos assistentes sociais da SMS como “**tradicional**”, no sentido indicado por José Paulo Netto: “uma prática empiricista, reiterativa, paliativa e burocratizada, que, na sua vontade/intenção, aspira a uma articulação com as necessidades e interesses da sociedade brasileira, mas, na sua ação, está parametrada por uma “ética liberal burguesa”, sua teleologia consistindo na “correção — numa ótica claramente funcionalista — de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”. (Vasconcelos, 2002:238, grifos no original).

Observamos uma disparidade entre os avanços teórico-metodológicos e ídeo-políticos, conquistados pelo Serviço Social brasileiro nos últimos trinta anos, e sua expressão no fazer profissional. Diante destes dados nos perguntamos: quais são as raízes destas disparidades? quais são os meios para resolvê-las? Analisar criticamente esta situação, verificar suas

¹⁹ Embora a pesquisa realizada por Vasconcelos (2002) seja específica da secretaria municipal de saúde do Rio de Janeiro, parece-nos que ela corporifica um perfil da prática profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade.

²⁰ Vale ressaltar que a autora identifica práticas que não reproduzem o *ethos* conservador da profissão; entretanto, elas envolvem uma parcela insignificante dos profissionais entrevistados.

contradições, pensar alternativas concretas para a materialização dos princípios e valores do projeto ético-político profissional na prática profissional parece-nos mais que urgente.

A materialização/efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político profissional — na prática dos assistentes sociais — parece ser a condição *sine qua non* para sua manutenção no plano teórico-político. Em outras palavras:

(...) a prática, tendo em vista a condição de profissão do Serviço Social, é determinante na mudança de direção e legitimação dessa direção — não só o debate teórico, que hoje contribui, rebate e conta com mais legitimidade e reconhecimento acadêmico e no campo das Ciências Sociais do que no meio profissional. (Vasconcelos, 2002:113).

Portanto, sem este sistema de mediações — a efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político na prática profissional —, o referido projeto apresentar-se-á como “uma ética de esquerda com epistemologia de direita²¹”.

²¹ Nos termos de Lukács, *apud* Bonetti *et alii* (2003).

1.2 – Marxismo e Serviço Social

A análise da pesquisa “**A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área de saúde**” demonstra que parte significativa dos assistentes sociais não conseguem se apropriar ainda, em sua prática, os princípios e valores do projeto ético-político profissional²² — ou seja, não conseguem plasmar um novo fazer profissional condizente com o referido projeto.

Quais seriam as razões para tais discrepâncias? Quais as alternativas possíveis para a efetivação do projeto profissional no cotidiano dos assistentes sociais? Abordaremos, nesta seção, as possíveis razões para tais discrepâncias.

Pensamos que a chave elucidativa para a não efetivação do projeto ético-político no trabalho dos assistentes encontra-se na dificuldade de incorporação da teoria social de Marx pelo Serviço Social brasileiro e no avanço do conservadorismo e do individualismo tanto na sociedade brasileira quanto na profissão. Estes dois elementos tem colaborado para a reprodução/manutenção do conservadorismo e do tradicionalismo profissional, principalmente no âmbito da prática.

Para compreendermos esta dificuldade de apropriação da teoria social crítica pelo Serviço Social brasileiro necessitamos resgatar, mesmo que esquematicamente, a história desta profissão, mais especificamente o momento de articulação da profissão com a teoria social crítica (marxiana).

O Serviço Social, enquanto profissão, surge como estratégia político-ideológica do Estado para dar respostas às expressões da “questão social” — entendida enquanto expressão das lutas de classes entre possuidores dos meios de produção e os produtores de mercadorias, ou seja, entre os capitalistas e trabalhadores; as seqüelas ou expressões da “questão social” se corporificam na falta de moradia, alimentação, educação, dentre outras —, isto é, às

²² A constituição do chamado projeto ético-político profissional será, analisado no segundo capítulo desta dissertação.

expressões da luta de classe. A fase monopólica do capital²³ redimensionou o tratamento dado aos “problemas sociais”²⁴. Dito de outro modo:

No capitalismo concorrencial, a “questão social”, por regra era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento de força de trabalho para o capital — condições *externas* à produção capitalista. No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” como que se *internaliza* na ordem econômico-política: não é apenas o acrescido excedente que chega ao exército industrial de reserva que ter a sua manutenção “socializada”; não somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê à distribuição, pelo conjunto da sociedade, do ônus que asseguram os lucros monopolista — é tudo isso que, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando ao mesmo tempo, em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe. (Netto, 1996:25/6, grifos no original).

Esta mudança de estratégia objetivava responder às demandas da classe trabalhadora, sem, no entanto, romper com o domínio do capital. Disto decorrem a necessidade de refuncionalização do aparelho estatal; tal refuncionalização só foi possível devido à organização e reivindicação do movimento operário, por melhores condições de vida e de trabalho. Em outras palavras:

A necessidade de uma nova intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda de que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade dos monopólios - e, para tanto, como político e econômico, o

²³ A era monopólica tem início nos finais do século XIX e seu período clássico prolonga-se até às vésperas da 2ª guerra mundial. Para aprofundamento, cf. Mandel (1982) e Netto (1996).

²⁴ O surgimento e a institucionalização do Serviço Social, no Brasil, data do final dos anos 30; entendemos “questão social” enquanto, expressão das lutas de classes, entre possuidores dos meios de produção e os produtores de mercadorias, ou seja, entre os capitalistas e trabalhadores. As seqüelas ou expressões da “questão social” se corporificam na falta de moradia, alimentação, educação dentre outras coisas. Sobre o assunto, cf. Cerqueira (1982), Netto (1996) e Iamamoto (2000a).

Estado desempenha uma multiplicidade de funções. (...). A sua realização, em todos os quadrantes, é mediatizada pela correlação das classes e das forças sociais em presença — onde não se defrontou com um movimento democrático, operário e popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão de objetivos determinados (...). (Netto, 1996: 21/4).

O Estado desempenha na nova fase do capitalismo duas funções primordiais: uma direta: assunção do controle de empresas capitalistas com dívidas pelo Estado; outra indireta, colaborando na construção da infra-estrutura da produção capitalista, na preparação da força de trabalho e nos subsídios para sua manutenção.

Ao Estado coube, então, o papel de regulador da dinâmica capitalista, ou seja, de “comitê executivo”²⁵; para cumprir tal função lançou mão de várias estratégias — a construção das políticas sociais públicas foi, dentre elas, uma das mais complexas e densas.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica confirmando, pela adesão que recebe de categoria e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (Idem, ibidem: 26/7).

A intervenção nas seqüelas da “questão social”, por parte do Estado, não teve (tem) como premissa a sua eliminação ou o seu desvendamento; como nos afirma Netto (1996), a tendência operante na sociedade capitalista é

(...) psicologizar a vida social (...). O lastro legitimador que se contém na psicologização, já referida, de responsabilizar o(s) sujeito (s) singular (es), na sua particular configuração individual, pelo seu destino pessoal. É obvio que esta possibilidade tem significância: a individualização dos problemas sociais, sua remissão, à problemática singular (“psicológica”) dos sujeitos por eles afetados, é, como vimos, um elemento constante, embora gravitação variável, no enfrentamento da “questão social”. (...) psicologizar os problemas sociais, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para modificação e/ ou redefinição de características pessoais dos indivíduos (é então que emergem, com rebatimentos prático-sociais de monta, as estratégias, retóricas e terapias de ajustamento). (Netto, 1996: 36/37).

²⁵ Ao definir o Estado como “comitê executivo” da burguesia, não pretendemos limitar seu papel na dinâmica capitalista, mas sim especificar seu papel determinante.

A criação das políticas sociais engendrou a necessidade de conformação de diversas profissões que pudessem operá-las, dentre as quais o Serviço Social; dito de outro modo:

A constituição do mercado de trabalho para o assistente social pela via das políticas sociais – e recorde-se que aqui fazemos referência às políticas sociais do Estado burguês no capitalismo monopolista – é que abre a via para compreender simultaneamente a continuidade e a ruptura, (...) que assinalam a profissionalização do Serviço Social. (Netto, 1996: 71)²⁶.

Aos assistentes sociais coube, na divisão social e técnica do trabalho, a tarefa de intervir no sentido de amenizar as mazelas oriundas da expansão e do desenvolvimento do sistema capitalista; logo, a natureza ou o estatuto profissional caracteriza-se pelo trato das expressões da “questão social”. Como nos afirma Iamamoto (1998), o Serviço Social atua

(...) na reprodução material e social da força de trabalho via serviços sociais (educação, saúde, habitação, família, etc.); trabalho que se situa predominantemente no campo político-ideológico, no exercício de funções de controle social e *difusão de ideologias oficiais junto às classes trabalhadoras*. (Iamamoto, 1998:14, grifos nossos).

Concorre para a criação desta profissão a ação social da Igreja católica e dos grupos da sociedade civil organizada, conforme nos afirma Castro (1993):

No Brasil, como ocorreu no Chile, é ao longo dos anos vinte que a Igreja Católica revigorou a sua ação para responder aos efeitos de uma crescente perda de hegemonia na sociedade civil e no Estado, promovendo um vasto movimento de cariz espiritual que procurava lançar profundas raízes na política de ação para encaminhar este propósito se deu num cenário histórico concreto em que a religião católica, através da hierarquia, seus intelectuais orgânicos e seus fieis, operava no jogo fluido das contradições de classe. (...) Reproduzindo uma constante latino-americana, também no Brasil os germes organizativos da profissão estiveram a cargo de setores femininos das classes dominantes, apoiados, decididamente pela hierarquia da Igreja que, em face da laicização estimulada pelo liberalismo e pelo socialismo, respaldou-os na via da salvação pessoal pela dedicação ao apostolado social(...). (Castro, 1993:95/9).

Apesar de ser um elemento importante para a configuração da profissão, em boa parte dos países europeus e latino-americanos, a atuação da Igreja católica não explica, por si só, a

²⁶ Não nos convém reproduzir aqui o debate sobre a diferença entre o Serviço Social profissional e suas protoformas. Sobre o assunto, cf. Castro (1993), Netto (1998), Iamamoto (2000a) e Martinelli (2003).

criação e institucionalização do Serviço Social; na verdade, a Igreja toma parte em um projeto de classe orquestrado pela burguesia. Portanto, a profissão só ganha concretude quando o Estado passa a requerer seus serviços, e isto só ocorre, segundo Netto (1996), com o advento da fase madura do capital²⁷. Logo,

É somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócios-políticos e teórico-culturais que (...) instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão. Sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transforma-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear. (...). (Netto, 1996: 65).

Desde suas protoformas até as décadas de 40 e 50, a ação profissional esteve voltada para o disciplinamento da família operária, como nos demonstra Iamamoto (2000):

Trata-se de um trabalho “educativo” entre a família operária, especialmente entre os mais carentes que têm acesso aos equipamentos sócio-assistenciais, com o objetivo de reforçar o núcleo familiar e integrar seus membros à sociedade. Buscam-se na história familiar os elementos explicativos de comportamentos individuais “anômalos” ou “desviantes” de um padrão de tipo como “normal”. A família, como grupo social básico, é erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para a apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais. A individualização dos “casos sociais”, em detrimento do reconhecimento da situação social comum vivida pelos segmentos sociais que constituem a “clientela” do Serviço Social, é outra característica marcante dessa atividade profissional. Os indivíduos são encarados como seres únicos e particulares, com potencialidades a serem desenvolvidas, desde que

²⁷ O Serviço Social, no Brasil, surge quando o sistema capitalista está se consolidando no país, a partir da década de 30; entretanto, vale ressaltar que o país não experimentou uma passagem clássica ao capitalismo. No caso brasileiro operou o que Gramsci, *apud* Coutinho (1999), denomina de “revolução passiva” ou, nos termos de Lênin, “via-prussiana”: a passagem de um sistema para outro sem rupturas políticas. No Brasil, os processos de mudança e transformação social dificilmente contaram com a direção das massas populares; praticamente todos os processos de mudanças significativos foram decididos pela elite dominante, a Independência do Brasil e a Constituição da República são expressões desse modo de organização política do país. Em outras palavras: “(...) todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso País, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação no bloco do poder de 30 e 37, passagem para um novo patamar de acumulação em 64), encontraram uma resposta “à prussiana”; uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas — de qualquer modo, forma do âmbito de decisões — as classe e camadas sociais “de baixo”. Portanto, a transição do Brasil para o capitalismo (e de cada fase do capitalismo para a fase subsequente) se deu apenas no quadro da reprodução ampliada da dependência, ou seja, com a passagem da subordinação formal à subordinação real em face do capitalismo mundial (...)”. (Coutinho, 1979:26). Para maior aprofundamento, cf. Fausto (1991).

estimuladas, cuja dignidade de seres humanos e cuja liberdade merecem o respeito do profissional. Porém, tais características tendem a ser apreendidas sem vinculação com suas bases materiais, isto é, subjetivamente e apartadas da situação social de vida dos “clientes”, transformando-se em princípios e postulados universalizantes orientadores da ação profissional. (Iamamoto, 2000:29/30).

O referencial teórico que deu sustentação à prática profissional foi o positivismo²⁸ — corrente do pensamento social criada por Condorcet e Saint-Simon e reelaborada por Comte e Durkheim —, cujo lastro legitimador é o pensamento conservador, que se caracteriza pela:

(...) vocação pelo passado, terreno germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência, são valorizados, em contraposição o primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade. O conservador pensa à base do “nós”; o indivíduo não é uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos. Reage a toda igualdade externa, que desconheça as particularidades individuais. Radicaliza-se a individualidade: os homens são seres essencialmente desiguais, porquanto particulares. A liberdade é subjetivada: consiste na habilidade de cada indivíduo em desenvolver-se de acordo com as possibilidades e limitações de sua personalidade, com o núcleo de seu ser. (...). O conservador reage aos princípios universalizantes e abstrativos do pensamento dedutivo: seu pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados quantitativos, os casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes. (Iamamoto, 2000:24)²⁹.

O pensamento positivista caracteriza-se por conceber a sociedade e as relações sociais como tendo a mesma legalidade da natureza. Em outras palavras:

A tradição intelectual a que nos estamos referindo é aquela que configura a curva do pensamento conservador. Diferenciada, marcada por tensões e rupturas internas, esta tradição intelectual possui um travejamento que a tornará apta a desempenhar o papel que lhe

²⁸ Sobre o positivismo, cf. Lowy (1985).

²⁹ Sobre o pensamento conservador e sua relação com o Serviço Social brasileiro, cf. Netto (1996) e Iamamoto (2000).

atribuímos — qual seja, o de subsidiar a unidade estratégica entre as perspectivas "públicas" e "privadas" no confronto do Estado burguês no capitalismo monopolista com as refrações da "questão social". Precisamente esse travejamento é que converterá aquela tradição em um dos suportes ideais para a complementaridade do enfrentamento simultaneamente "público" e "privado" dos problemas sociais. E de que travejamento se trata? De um estilo de pensar o social que tem por limite o marco da socialidade burguesa, o positivismo, que, antes de ser uma "escola" sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês; estilo de pensar que Marcuse apreendeu sinoticamente: "Todos os conceitos científicos deveriam ser subordinados aos fatos. Os primeiros deviam simplesmente manifestar a conexão do real entre os últimos. Os fatos e suas conexões representavam uma ordem inexorável que compreendia os fenômenos sociais e naturais. As leis [reveladas por este estilo de pensar] eram positivas também no sentido de afirmarem a ordem estabelecida como base para a negação da necessidade de construção de uma ordem. [Tais leis não excluem] a necessidade de forma e de mudança [... que] são partes do mecanismo da ordem estabelecida, de modo que esta progride suavemente para um estado mais alto, sem ter de começar por ser destruída". (Netto, 1996:39/40).

O Serviço Social assume, em sua trajetória histórica, o estilo de pensar conservador, principalmente o de cariz positivista e estrutural funcionalista; esta identificação da profissão com estas correntes do pensamento social acarretou (e acarreta) implicações de grande monta para o trabalho e a formação profissional dos assistentes sociais. Em outras palavras:

Sabe-se que o Serviço Social surge e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador, como um estilo de pensar e agir na sociedade capitalista. A profissão nasce inclusive no bojo do movimento social de cunho reformista conservador. Nossa herança intelectual foi marcada pela doutrina social da Igreja e pelo moderno conservadorismo europeu nas suas origens, incorporando mais tarde a sociologia funcionalista norte-americana, de cariz fortemente empiricista. Esse arranjo teórico-doutrinário foi o fio que percorreu o tradicionalismo profissional, com coesão tanto das interpretações da sociedade como do campo dos valores norteadores da ação. (Bonetti, 2003:97).

Nos anos 60, o Serviço Social latino-americano e brasileiro passou por um processo de redefinição do seu aparato teórico e técnico-operativo; tal processo ficou conhecido, entre nós, como Movimento de Reconceituação³⁰:

³⁰Este processo de renovação ocorreu também em outros países, como Estados Unidos e nos países europeus. Sobre o assunto cf. Castro (1993) e Netto (1998).

A expressão deste processo erosivo (...) que se explicitou na América Latina a partir de 1965 e que teve sua curva ascendente por quase uma década — o chamado movimento de reconceptualização (ou reconceituação) do Serviço Social (...) é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional” e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve [...] “a ruptura do Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora”. (Netto, 1998:145/6).

O Movimento de Reconceituação aglutinou em seu interior tendências bastante heterogêneas do pensamento social. Algumas destas tendências tinham como propostas teórico-metodológicas a reformulação e a reatualização do conservadorismo profissional. Netto (1998), ao analisar este movimento no livro **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**, classifica-o de acordo com suas tendências teórico-metodológicas; são elas: a tendência da modernização conservadora, da reatualização do conservadorismo e da intenção de ruptura. Dentre estas, as duas primeiras não tinham como propostas teórico-metodológicas o rompimento com conservadorismo profissional³¹.

Estas perspectivas teórico-metodológicas buscavam reformular o fazer profissional sem, no entanto, romper com a perspectiva que as embasava: o pensamento conservador. Dentro deste bloco, a perspectiva da modernização conservadora hegemonizou o debate profissional nos anos 60 e 70, privilegiando discussão sobre a cientificidade e sobre a especificidade profissional. Os profissionais ligados a esta corrente debitavam o estatuto profissional ao pretenso cariz científico da profissão. Em outras palavras:

³¹A perspectiva da **Modernização Conservadora** expressa nos documentos do seminário de Araxá e Teresópolis, tinha com principal elaborador José Lucena Dantas; esta tendência se caracterizava por adequar a profissão ao projeto da autocracia burguesa e, por defender a perspectiva desenvolvimentista que predominou no Brasil até início dos anos 80; já a perspectiva **da Reatualização do Conservadorismo** adotou como perspectiva teórico-metodológica, a fenomenologia priorizando o trabalho individual com o recurso às teorias da subjetividade; sua principal representante é a professora Ana Augusta de Almeida. Sobre o assunto, cf. Aguiar (1982), CBCISS (1988) e Netto (1998).

Temantizando as relações entre o estatuto teórico do Serviço Social e a sua condição sócio-profissional, os assistentes sociais construíram uma linha de reflexão nitidamente identificável ao longo da sua elaboração intelectual. Nesta linha, ressalta a conexão peculiar que se estabeleceu entre o atribuído (ou suposto) fundamento “científico” do Serviço Social e o seu *estatuto profissional* — todas as indicações recolhidas na massa documental pertinente produzida pela categoria levam a registrar que, para esta, o estatuto profissional é posto basicamente como dependente do seu fundamento “científico”. Naquela massa, são residuais (deixando de lado seu valor heurístico intrínseco) as argumentações que procuram a explicação do estatuto profissional do Serviço Social travejando-a no contexto da divisão social (e técnica) do trabalho imperante na sociedade burguesa consolidada e madura e vinculando-se a demandas típicas das suas modalidades de reprodução social. (...). (Netto, 1996: 82/3, grifos no original).

A busca pela pretensa cientificidade do Serviço Social revela a dificuldade dos profissionais em definir seu estatuto profissional; tal dificuldade demonstra a falta de compreensão acerca da natureza do seu fazer, tal dificuldade ocasionou a inversão no foco de análise da profissão. Dito de outro modo:

Colada a esta inversão generalizada na construção da auto-imagem do Serviço Social, que supõe que a raiz da especificidade (ou de parte substantiva dela) profissional advém de um estoque "científico", e levantando outro desafio para a análise mais percucientes e minimamente sólidas, parece estar a relação entre a institucionalização profissional do Serviço Social e o fenômeno, universalizado e indiscutível, de ele apresentar-se como uma "profissão feminina". (...) Não é infundado supor que, nestas condições, a inversão operada – isto é, a definição do estatuto profissional do Serviço Social fazendo apelo às suas pretensas bases "científicas" – parecia desobstruir o conduto para deslocar essa subalternidade. (Netto, 1996:84).

Esta inversão na auto-imagem da profissão sinaliza o que Netto (1996) denomina de natureza sincrética do Serviço Social:

O sincretismo (...) parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social. (Netto, 1996:88).

Isto considerado, a base objetiva do sincretismo profissional assenta-se em três pilares, a saber: o objeto da intervenção profissional; o horizonte de intervenção e a modalidade específica da intervenção profissional³².

A “questão social” — mais precisamente, suas expressões — configura o objeto profissional: tal objeto, segundo Netto (1996), constitui-se como polimórfico e polifacético, ou seja, a “questão social” apresenta-se de forma difusa e heterogênea; esta heterogeneidade obstrui sua apreensão numa perspectiva de totalidade. Em outras palavras:

Mesmo precocemente — vale dizer, antes o transito do capitalismo concorrencial a idade do monopólio — a “questão social” se refratava para muito além do campo imediato de antagonismos que a materializava, isto é, o território fabril. O ingresso no estágio imperialista fez crescer exponencialmente estas refrações, de modo tal que progressivamente não restou um só aspecto da convivência societária que escapasse a elas. Daí, diga-se de passagem, a possibilidade abstrata de “recortar” qualquer segmento da vida social como legítimo setor para a intervenção profissional de agentes como os assistentes sociais — há possibilidade abstrata de implementar ações direcionadas pelo Serviço Social em qualquer que seja a esfera da sociedade. (Netto, 1996: 89).

A dificuldade de compreensão do objeto profissional se expressa no fazer profissional dos assistentes sociais de diversas formas. A mais comum é a queixa generalizada dos profissionais acerca da indefinição das atribuições profissionais. Nas pesquisas realizadas por Vasconcelos e Dahmer, ambas em 2002, a questão da indefinição quanto às atribuições profissionais aparece como um dos componentes que criam estresse no ambiente de trabalho. A indefinição profissional aparece da seguinte forma:

(...) cansaço da rotina institucional e de atender demandas que não são próprias da profissão; falta de unidade, por parte dos próprios assistentes sociais, nos procedimentos da profissão (por exemplo, com relação à comunicação do óbito de pacientes a familiares, o que legalmente é atribuição do médico assistente); tensão com a direção da unidade, relacionada a pressões por parte da direção para que o Serviço Social realize ações concernentes às suas atribuições profissionais (como a presença de um assistente social em ambulância

³² Sobre a problemática, cf. Netto (1996).

em situação de remoção de pacientes, o que também é atribuição, no plano legal, médica). (Dahmer, 2002:33).

Por causa desta suposta indefinição acerca do objeto profissional, os profissionais acabam assumindo tarefas altamente burocráticas e rotineiras, que na maioria das vezes não demandariam profissionais especializados para serem realizadas, ou melhor, poderiam ser executadas por qualquer profissional, mas em geral todas são dirigidas aos assistentes sociais.

Outro elemento que reforça a estrutura sincrética do Serviço Social é o horizonte do exercício profissional: o cotidiano. As atividades exercidas pelos profissionais se dão no cotidiano, isto é, na vida cotidiana dos sujeitos sociais. Aos assistentes sociais é demandada a manipulação da vida cotidiana da população usuária de seus serviços. Ou seja,

A funcionalidade histórico-social do Serviço Social aparece definida precisamente enquanto tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano — o disciplinamento da família operária, a ordenação de orçamentos domésticos, a recondução de normas vigentes de comportamentos transgressores ou potencialmente transgressores, a ocupação de tempos livres, processos compactos de ressocialização dirigida etc. —, conotando-se tecnologia de organização do cotidiano como *manipulação planejada*. (Netto, 1996: 92, grifos no original).

A vida cotidiana, instância insuprimível da vida humana, caracteriza-se pela heterogeneidade, pela intercessão entre atividades de natureza diferenciadas, como por exemplo: o trabalho, a linguagem, a vida privada etc. Na vida cotidiana, os homens dão resposta aos problemas sem efetuar nenhuma mediação, ou seja, há uma relação direta entre pensamento e ação, o que resulta no espontaneísmo. Na vida cotidiana, os homens não conseguem apreender as relações sociais em sua totalidade — a vida cotidiana é heterogênea; entretanto, esta heterogeneidade não elimina a sua hierarquia, ou seja, dentro desta heterogeneidade há atividades de complexidades diferenciadas³³. Para apreender os fenômenos sociais em sua totalidade, é preciso suspender-se da vida cotidiana mediante uma

³³ Cf. Netto (2000a).

reflexão sistemática, capaz de considerar os complexos de mediações, tal como ocorre na arte, na ciência e no trabalho criativo.

A suspensão mencionada opera a supressão da heterogeneidade que caracteriza a vida cotidiana³⁴. Com efeito,

(...) há três formas privilegiadas de objetivações nas quais os procedimentos homogeneizadores superam a cotidianidade: o trabalho criador, a arte a ciência. Estas três objetivações mais altas constituem esferas que se destacaram das objetivações cotidianas graças a um longo processo histórico de complexa diferenciação, adquirindo autonomia e legalidade próprias – processo que, em si mesmo, é a constituição do ser social.

As suspensões que engendram estas objetivações, contudo, não cortam com a cotidianidade (insuprimível e ineliminável) – são, justamente, “suspensões da cotidianidade”. Elas – que permitem aos indivíduos, via homogeneização, assumirem-se como seres humano-genéricos – não podem ser contínuas: estabelecem um circuito de retorno à cotidianidade; ao efetuar esse retorno, o indivíduo enquanto tal comporta-se cotidianamente com mais eficácia e, ao mesmo tempo, percebe a cotidianidade diferentemente: pode concebê-la como espaço compulsório de humanização (de enriquecimento e ampliação do ser social). (Netto, 2000:69/70).

A modalidade específica da intervenção profissional contribui significativamente para a conformação da estrutura sincrética do Serviço Social, uma vez que a ação profissional se concretiza através da manipulação de variáveis empíricas. Nas palavras de Netto (1996):

No centro desta modalidade de intervenção situa-se, com invulgar ponderação a manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado. (...) Ela recupera para a profissão funções típicas das suas protoformas, nomeadamente o cariz emergencial de que se revestiu a assistência nos momentos cruciais do fim da primeira fase da Revolução Industrial (com seus movimentos de urbanização, migração e pauperização). Resgata certas características de pronto-socorro social, que inclusive escamoteiam o que Verdès-Leroux "anotou como ausência quase completa de uma demanda social solvável". (Netto, 1996: 93).

Até os anos 80, a natureza sincrética do Serviço Social não pôde ser alvo de questionamento, uma vez que os aportes ideológicos que a sustentavam obscureciam e

³⁴ Como podemos verificar na pesquisa realizada por Vasconcelos (2002) parece-nos que os mecanismos sincréticos do Serviço Social continuam operando na prática dos profissionais da secretaria municipal de saúde.

reforçavam ainda mais tais mecanismos. Estes questionamentos só puderam ser elaborados quando da entrada, nos anos 80, da teoria social crítica (marxista) no meio profissional.

Por isso, Netto (1996) afirma que somente a adoção de um referencial teórico-crítico (marxista) poderia contribuir para a erosão dos mecanismos sincréticos da profissão, o que implicaria na redefinição do estatuto profissional, possibilitando a construção de um fazer profissional pautado numa perspectiva de totalidade. Nas palavras do autor:

Uma teoria que extraia do movimento do ser social na sociedade burguesa as suas determinações concretas (isto é, que re-produza e re-construa a sua ontologia) e que, portanto, não tenha um valor puramente *instrumental*, é, nestas condições, função de dois vetores — precisamente os que propiciam a ultrapassagem da positividade e apreensão da racionalidade do processo social efetivo, a sua legalidade. Em primeiro lugar, uma *perspectiva de classe* para qual a dissolução da positividade se constitua como uma exigência imanente; em segundo lugar, um *projeto teórico metodológico* fundado num arsenal heurístico capaz de dar conta da processualidade específica do ser social próprio à sociedade burguesa. Somente a conjunção desses vetores permite a resolução da positividade na análise concreta da sua processualidade. E, nos marcos da sociedade burguesa, a conjunção é garantida *apenas pelo ponto de vista de classe do proletariado* e pelo projeto teórico-metodológico *crítico dialético*. (Netto, 1996:138, grifos no original).

Vale ressaltar que a única tendência do Movimento de Reconceituação que buscou, e logrou de alguma forma, romper com o tradicionalismo e o conservadorismo profissional foi a perspectiva de “Intenção de Ruptura”, que se caracteriza pela sua postura altamente crítica ao Serviço Social tradicional, procurando construir uma ação profissional condizente com o referencial teórico-metodológico crítico³⁵. Em outras palavras:

³⁵ A teoria social crítica construída por Marx assenta-se em três pilares, a saber: a teoria do valor do trabalho, o método dialético e a perspectiva de revolução. O traço peculiar desta teoria social é seu cariz histórico-ontológico. Esta teoria procura “(...) expor o processo real de produção, material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectado a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas de consciência — religião, filosofia, moral etc. (...). Não se trata da concepção idealista da história, de procurar uma categoria em período, mas sim de permanecer sempre sobre o solo da história real; não de explicar a práxis a partir da idéia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da práxis material; chegando-se, por conseguinte, ao resultado de que todas as formas e produtos da consciência não podem ser dissolvidos por força da crítica espiritual, pela

Á diferença do que estava em jogo no caso das perspectivas modernizadoras e de reatualização do conservadorismo, que encontravam (é verdade que de modo diverso) suportes para o seu desenvolvimento no curso anterior acúmulo profissional, a perspectiva da intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais. (...) a perspectiva da intenção de ruptura não é um puro resultado da vontade subjetiva dos seus protagonistas; ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira (...). (...) as bases sociopolíticas da perspectiva de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas em abril.(...). (Netto, 1998:249/255/6/7).

A articulação da teoria social crítica com a profissão é parte integrante do processo de mobilização e organização política que arregimentou parcelas significativas da sociedade e da profissão, no final dos anos 60 e 70, quando da luta contra ditadura militar no Brasil. Este processo de mobilização e organização foi o elemento propulsor da articulação da profissão com a teoria social crítica (marxiana). Em outras palavras:

(...) o debate da teoria social de Marx, a tradição marxista e suas vertentes no interior do Serviço Social, é resultante de uma série de determinantes históricos, sociais e políticos. Esses determinantes têm a ver com o próprio desenvolvimento da sociedade, que vai definindo demandas concretas, obrigando a profissão a se rever e, portanto, a reformular a formação de seus profissionais, no sentido de dar suporte a novas exigências. (...) Esse momento histórico é expressão de forças sociais em movimento, que geram a si próprias e são geradas por um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais e políticas correspondentes, numa sociedade concreta, a brasileira. (...) A pressão do movimento estudantil, que, dentro de uma perspectiva de esquerda, cobra o debate do Marxismo; o papel significativo da volta à Universidade e, concretamente, ao Curso de Serviço Social de professores cuja contribuição acadêmica havia sido

dissolução na "autoconsciência" ou pela transformação em "fantasmas", "espectros", visões etc. (...). Toda concepção história, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. Isto faz com que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério situado fora dela. A produção da vida real aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrrestre". (Marx, 1979: 55-7). O desenvolvimento das idéias marxistas, no interior do Serviço Social brasileiro, culminou com a elaboração do projeto ético-político profissional, nos anos 90. O projeto ético-político é a expressão mais apurada da relação do marxismo com o Serviço Social brasileiro. Sobre a teoria social marxiana, cf. Vásquez (1968), Mandel (1982), Netto(1989), Pontes (1997) e Iamamoto (2000a).

interrompida por atos institucionais do período militar — um retorno à docência de Serviço Social de figuras que, durante certo tempo, estiveram marginalizadas, excluídas, até exiladas da vida acadêmica, política, exiladas do País; a expressiva contribuição de professores que participavam ou tinham participado, durante algum tempo, dos movimentos sociais e políticos da sociedade e da categoria. (Quiroga, 1991: 83/4/5).

A introdução do marxismo no Serviço Social brasileiro é resultado da militância política de diversos setores da profissão, que passaram a questionar a herança conservadora da profissão e, ao fazê-lo, contribuíram para a construção de uma nova referência teórico-política no meio profissional, conforme nos atesta Barroco (2003).

A construção de uma nova moralidade profissional, nos anos 60 e 70, está atrelada a participação política, donde sua configuração nesse período, como um *ethos* militante, em oposição ao tradicional, em suas formas antigas e reatualizadas, o que aponta para a peculiar origem da nova ética profissional: sua subordinação imediata à opção política. (Barroco, 2003:143, grifo no original).

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ou o “Congresso da Virada” — realizado em São Paulo, em 1979 — é expressão deste *ethos* militante que predominou na profissão entre o final dos anos 70 e inícios dos anos 80. Os profissionais progressistas presentes no congresso mudaram a conformação da mesa de abertura, pondo no lugar dos tradicionais representantes, integrantes do movimentos dos trabalhadores.³⁶

A partir do Congresso da Virada, a profissão começa a conformar um outro direcionamento teórico-político para sua prática e a sua formação profissional, a partir desta interlocução a categoria reformulou o currículo (1982) e seu código de ética (1986).

As primeiras interlocuções da profissão com a teoria social crítica (marxiana) deu-se pela via militância política dos profissionais, esta forma de apropriação limitou consideravelmente a apropriação teórico-metodológica desta teoria social, contribuindo para a absorção de um “marxismo sem Marx”, isto é, de um marxismo que se apoiava na idéia do determinismo econômico e do conhecimento desvinculado da ação transformadora do

³⁶ Sobre o Congresso da Virada, cf. Abramides (1995).

homem. Segundo Netto (1989), desde os anos 80 do século XIX as idéias de Marx passavam por deformações oriundas, principalmente, das leituras realizadas pelos intelectuais da Internacional Socialista, como Eduardo Bernstein e Karl Kautsky. Nas palavras do autor:

(...) já em princípios dos anos 80 do século XIX, por força de condicionalismos que não cabe analisar aqui, ela³⁷ começa a ser convertida em um sistema que, especialmente em razão das características da Segunda Internacional, acaba por se consolidar como *Weltanschauung*. Nascia o marxismo, que a Terceira Internacional, malgrado a ruptura política com a sua antecessora, entronizaria e codificaria, sob a autocracia stalinista, no catecismo do marxismo-leninismo. Em pouco mais de meio século, o espólio do maior dos críticos, que inclusive recusara-se a ver-se como “marxista”, estava transformado em doutrina. (Netto, 1989:94/5).

As vulgarizações das idéias de Marx consistiam no seguinte:

(...) o marxismo reduzido à explicação de leis do desenvolvimento da sociedade com base na supervalorização do econômico, e sua visão como mera teoria do conhecimento, desvinculando-se a relação ciência/transformação da sociedade —, aparecem de modo claro e com freqüência na “cultura marxista” repassada após a morte de Marx (...). (Quiroga, 1991:27/8).

O marxismo que influenciou o Serviço Social brasileiro, nos anos 70 e início dos anos 80, foi o marxismo estruturalista de Louis Althusser³⁸. Nele, o neopositivismo (Coutinho, 1974) operava em detrimento dos componentes políticos e sócio-histórico da teoria social marxiana. Em outras palavras:

(...) por uma série de circunstâncias, parte da intelectualidade de esquerda, neste momento, prioriza pensadores como Althusser; por sua perspectiva estruturalista e sua tendência positivista, despojada do humanismo e da ideologia, o marxismo althusseriano restringe, nesse momento, a incorporação de referenciais inscritos no processo de renovação do marxismo que, como Gramsci e Lukács, efetuam a crítica do anti-humanismo marxista. O marxismo althusseriano responde as possibilidades de sobrevivência intelectual nos marcos da ditadura; seus desdobramentos, no entanto, vão restringir o alcance do pensamento de Marx e, também, contribuir para a viabilidade de aspectos da política educacional e cultural da autocracia burguesa. (Barroco, 2003: 153/4).

³⁷ O autor se refere à teoria social marxiana.

³⁸ Louis Althusser, filósofo francês, influenciou o movimento operário e estudantil na década de 60. Sobre o autor, cf. Vázquez (1968) e Barroco (2003).

Por outro lado, a incorporação de um marxismo vulgarizado ocasionou (e ocasiona) vários dilemas à profissão; Quiroga (1991), em sua pesquisa sobre o currículo de 1982, denuncia a invasão positivista efetuada pelos divulgadores de Marx e sua expressão no currículo mínimo do curso de Serviço Social³⁹. Segundo a autora,

A compreensão manifestada (...) dos conceitos e do modo de repassar a proposição de Marx revela, por outro lado, a diversidade de marxismos que transitam na formação do profissional de Serviço Social. O desenvolvimento das idéias de Marx, pós-Marx, foi extremamente diversificado, o que leva a que não se possa falar de Marxismo e sim de marxismos, implicando diferentes compreensões e incompreensões de sua obra, com seus matizes variados. (...) Os desdobramentos da contribuição de Marx significaram uma possibilidade não só de enriquecimento, mas também de distorções e empobrecimento, quando se tornaram produto de influências reducionistas, que minaram algumas leituras que se fizeram de sua obra. Entre essas, relembre-se, encontra-se o Positivismo. (...) A ressonância no Serviço Social tendeu a ficar mais no nível do discurso, que, propriamente, a modificar a análise e a interpretação da sociedade e a sua conseqüente ação sobre esta mesma sociedade. (Quiroga, 1991:92/128).

Dentre as distorções que a autora denuncia, destacam-se: a incorporação eclética do marxismo; a utilização de um marxismo de segunda mão; a unilateralidade das análises e o cientificismo⁴⁰. Dito de outro modo:

As formas de incorporação do marxismo pelo Serviço Social só adquirem condições de ser reavaliadas na segunda metade dos anos 70, no âmbito da crítica superadora do movimento de reconceituação. Ai são apontados seu ecletismo teórico-metodológico, sua ideologização em detrimento da compreensão teórico-metodológica, sua remissão a manuais simplificadores do marxismo, sua reprodução do economicismo e do determinismo histórico. Em termos políticos,

³⁹ No currículo de 1982 temos as primeiras apropriações das idéias de marxistas na profissão, o Código de Ética de 1986 também é expressão deste momento histórico. Sobre ambos, cf. Quiroga (1991) e Barroco (2003).

⁴⁰ Nos termos de Netto (1982:97): “A riqueza e a complexidade do pensamento de Marx raramente tocaram as cordas do Serviço Social, substituída que foi a documentação primária por intérpretes os mais desiguais. A própria diferenciação da tradição marxista foi cancelada pelo recurso a uma só de suas correntes, dogmaticamente situada como as “autêntica”, ou diluída em “sínteses” cujo suporte é o ecletismo mais desabusado. No limite, o que resultou foi menos a incorporação de componentes teórico-metodológicos e crítico-analíticos do que um acervo de núcleo temáticos que, desvinculados da sua contextualidade, tenderam para o clichê e a palavra-de-ordem”.

questiona-se o basismo, o voluntarismo, o messianismo, o militatismo, o revolucionarismo. (Barroco, 2003: :166).

Esta incorporação enviesada se expressa também no código de ética profissional de 1986, cujos princípios e valores estavam assentados na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. Ao priorizar a defesa dos interesses da classe trabalhadora, os assistentes sociais voltaram sua prática para o trabalho comunitário e educativo, que objetivava libertar os trabalhadores da opressão capitalista⁴¹. De fato,

(...) a ética emerge como elemento motivador da opção política pelas lutas populares, o que, num primeiro momento, vincula-se a educação popular influenciada por Paulo Freire. De suas configuração inicial, como “agente de mudança” referidas ao subdesenvolvimento, ao posterior “compromisso com a classe trabalhadora” o ethos profissional de ruptura busca sua nova identidade no engajamento político e na ação educativa voltada a libertação dos oprimidos”. (Barroco, op. cit,144).

A ênfase no trabalho comunitário — levado a cabo por agentes mais radicais do Movimento de Reconceituação — conduziu à recusa do trabalho institucional por muitos assistentes sociais; a prática institucional era vista como conservadora, como instrumento de dominação das classes subalternas, como "aparelho ideológico do Estado". A recusa da prática institucional abriu caminho para desprofissionalização, conforme nos demonstra Barroco (2003):

A concepção de militância — como dever profissional — é exemplificada por Kisnerman, “o assistente social não trabalha com o Serviço Social, mas milita no Serviço Social” (...) é um exemplo desses problemas. Abre caminho para “desprofissionalização”, típica do movimento de reconceituação, em suas vertentes críticas; na medida em que a atividade profissional se transforma em militância, ela adquire um sentido voluntário, abnegado, de sacrifício, entre outros. (Barroco, 2003:151).

Independentemente das distorções efetuadas na aproximação do Serviço Social com o marxismo, sua influência na profissão, a partir deste momento, é incontestável. Todavia, o

⁴¹ Esta prática educativa encontrou respaldo teórico em Paulo Freire e Antonio Gramsci. Ao priorizar a prática educativa, os profissionais afastaram-se da prática nas instituições, pois estas eram vistas como instâncias de reprodução da exploração capitalista. Sobre o assunto, cf. Quiroga (1991) e Barroco (2003).

que se pode questionar é se esta vertente tem dado respostas aos dilemas profissionais na contemporaneidade, principalmente aqueles ligados ao exercício profissional. Como base nos dados levantados em Vasconcelos (2002), podemos afirmar que há muito por ser feito pois, apesar dos avanços conquistados pela categoria nos anos 80 e 90, a prática dos assistentes sociais permanece atrelada a ideais conservadores.

Vale ressaltar que a ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo no meio profissional, como sinaliza Vasconcelos (2002), é uma possibilidade

(...) inscrita na **capacidade e qualidade de apropriação, pelos segmentos da categoria profissional** que objetivam esta direção, **da massa crítica disponível**, tendo em vista construir condições para empreender uma prática que **consolide um processo de ruptura** com o conservadorismo no Serviço Social, o que aponta para uma necessária formação profissional contínua. Faz-se necessária aqui a “apropriação rigorosa dos fundamentos teóricos, metodológicos e históricos, capazes de apreender a dinâmica do processo de reprodução social, particularmente da sociedade brasileira” (o ensino das grandes matrizes das ciências sociais e dos conteúdos da tradição marxista). (Vasconcelos, 2002:100, grifos no original).

Esta ruptura dependerá das respostas oferecidas ao âmbito da prática profissional pela vertente que direciona a profissão na atualidade; como afirma Netto (1996a):

Manter-se-á a continuidade da vertente que iniciou com a intenção de ruptura, com influência marxista e no marco da direção social estratégica explicitada na abertura dos anos noventa; muito do futuro desta vertente está hipotecado ao trato que vier a dar às demandas do mercado de trabalho. (Netto, 1996a: 126).

Ou seja, a manutenção e ampliação da referência da teoria social crítica (marxiana) na prática profissional dos assistentes sociais dependerão das respostas que esta tendência teórico-metodológica der aos dilemas profissionais.

Capítulo II – O Projeto ético-político profissional

2.1 - Da intenção de ruptura ao projeto ético-político profissional

Neste capítulo procuramos delinear o processo de construção do projeto ético-político profissional, na tentativa de desvendar seus dilemas, suas contradições e suas possibilidades na contemporaneidade.

Como vimos afirmando, a partir da década de 60, com o advento do Movimento de Reconceitualização, a direção teórica e política do Serviço Social começou a mudar. Nos 80 e 90, este processo de amadurecimento teórico, político e cultural experimentado pela profissão intensificou-se, tornando possível a consolidação de uma perspectiva crítica no meio profissional; tal amadurecimento teórico-político só foi possível porque parcelas significativas da categoria profissional aproximaram-se do “marxismo de Marx” isto é, do próprio legado de Marx e de marxistas fiéis a ele, como George Lukács. Nos termos de Pontes:

(...) no debate acadêmico do Serviço Social processou-se a partir do momento em que a vanguarda profissional do Serviço Social encontrava-se em pleno trabalho de ultrapassagem da incorporação problemática do marxismo. Esta coincidência não foi fortuita, porque um dos subprodutos gerados pelas representações esquemáticas sobre a profissão, advindo da interlocução deficiente do Serviço Social com a tradição marxista, foi exatamente o abalo das estruturas da auto-representação profissional demonstrada pelo enviesamento da discussão do objeto de intervenção da profissão que, por um período, perdeu a dimensão da especificidade da profissão(...). A partir de então, as vanguardas intelectuais da profissão mudaram a direção da análise acadêmica, fazendo com que o discurso, tipicamente militante e antiinstitucional, abrisse espaço para a iluminação de temas extremamente necessários para o avanço da concepção inspirada na tradição marxista. Este giro de abordagem deu-se basicamente em três direções (...). (...) **a primeira** rediscutiu a questão teórico-metodológica da profissão com base em autores marxistas tais como Gramsci, Goldman, Lukács, e em última análise no próprio Marx (...). (...) **a segunda** buscou regatar a historicidade e a inserção estrutural da profissão na sociedade capitalista, reencontrando os determinantes que condicionaram a emergência da profissão na trama das relações sociais no Brasil(...). (...) **a terceira** direção operou-se no plano da discussão da inserção do Serviço Social na esfera das políticas sociais capitalistas e das próprias questões provenientes da especificidade desta inserção, tais como: a questão da cotidianidade (...); a questão do

indivíduo e sua problemática de atendimento na intervenção profissional (...). (Pontes, 1997: 89, grifos nossos).

Ao resgatar as idéias originais de Marx, a análise e a concepção da profissão ganha densidade teórica e histórica, como podemos verificar na obra de Marilda Vilela Yamamoto e Raul de Carvalho, **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma interpretação histórico-crítica** — livro representativo da perspectiva de “intenção de ruptura”; sua primeira edição data do ano de 1982 —; nele, os autores analisam o Serviço Social sob a ótica das relações sociais capitalistas. A profissão passa a ser concebida enquanto especialização do trabalho coletivo, isto é:

(...) como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes - a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial — e das modificações verificadas na composição dos grupos e espaços de classe que compartilham o poder do Estado em conjunturas histórias específicas. (Yamamoto, 2000a: 77, grifos no original).

A profissão passa a ser concebida enquanto práxis, que, nos termos de Vázquez, é

(...) a atividade prática do homem que oferece diversas modalidades. Dentro dela caem os diversos atos orientados no sentido da transformação como ser social, e, por isso, destinados a mudar as relações econômicas, políticas e sociais. Na medida em que sua atividade toma por objeto não um indivíduo isolado, mas sim grupos ou classes sociais, e inclusive uma sociedade inteira, ela pode ser denominada de práxis social, ainda que num sentido amplo toda prática (inclusive aquela que tem por objeto direto a natureza) se revista de um caráter social, já que o homem só pode levá-la a cabo contraindo determinadas relações sociais... Num sentido mais restrito, a práxis social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política⁴². (Vázquez, 1968: 200).

⁴² Com a discussão e a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o Serviço Social, ou seja, passa a ter uma outra concepção, passa ser analisado como trabalho, pois se entende que o assistente social faz parte do trabalho coletivo e combinado; neste sentido o assistente social estaria envolvido em processos de trabalho (que requer um instrumento ou meios de trabalho, objeto sob o qual incide a ação e o próprio trabalho). A partir da aprovação das Diretrizes instaurou-se no meio acadêmico o debate se Serviço Social é trabalho ou não. Nesta dissertação não trataremos especificamente desta polêmica, pois ele não é objeto do nosso estudo, todavia, sinalizá-lo é de fundamental importância. Sobre o assunto, cf. ABESS (1996) e Yamamoto (1998).

Explicita-se a dimensão política da atividade profissional, sua função na divisão social e técnica do trabalho, bem como a possibilidade de rompimento com práticas reiterativas e burocratizadas que sempre permearam o universo profissional. Nas palavras de Yamamoto:

(...) Parece-me que há algo que mobiliza a todos nós, ou pelo menos a maioria da categoria: a busca de se atribuir à prática profissional uma *nova qualidade*, apontando novos rumos tanto no âmbito da análise teórica da sociedade e da profissão, em consonância com o movimento histórico concreto da sociedade nacional, quanto no exercício da prática cotidiana no âmbito do mercado de trabalho. (...) É essa reavaliação da dimensão política da prática profissional e de seu vínculo com a cidadania de classe e com o aprofundamento da democratização ampla da vida social que pode nos conduzir a novas luzes na efetivação de um exercício profissional de nova qualidade, que contribuía para o processo de construção de um novo bloco histórico na sociedade, com a hegemonia daqueles que criam a riqueza e dela não se apropriam. (Yamamoto, 200: 123/130, grifos no original).

Assistimos nos anos 80 e 90 à consolidação da perspectiva de “Intenção de Ruptura” no interior do Serviço Social brasileiro, principalmente no plano teórico/acadêmico. Ou seja, a partir dos anos 80:

(...) verificou-se um salto de qualidade na consolidação acadêmico-profissional dos assistentes sociais, em suas várias esferas: na organização da categoria, nas atividades de pesquisa e produção acadêmica, na formação e na prática profissional. (...) Assim, os anos 80 marcam a travessia para a maioridade intelectual e profissional dos assistentes sociais, para sua cidadania acadêmico-política. Essa maturação foi decisivamente condicionada pela inserção da categoria profissional nas lutas mais amplas pela conquista e aprofundamento da democratização da vida social: do Estado e da sociedade no país, no horizonte da socialização da política e da economia. Foi esse processo que gerou o alicerce sóciopolítico que tornou possível e necessária àquela maturação cívico-profissional na área do Serviço Social expressa no seu processo de renovação. (Bonetti et alii, 2003:90/1).

Este processo de amadurecimento intelectual, político e cultural culminou nos anos 90, com a construção do chamado projeto ético-político profissional⁴³; tal amadurecimento tem proporcionado uma ruptura com conservadorismo profissional. Entretanto, vale ressaltar que

⁴³ Termo utilizado para designar a direção teórico-metodológica assumida pela profissão, a partir dos anos 80. Esta expressão foi empregada pela primeira vez no Congresso Brasileiro de Serviço Social, cidade de Goiânia em 1998.

esta ruptura não foi e nem é substantiva. Neste período, as **vanguardas** progressistas puderam lograr maior êxito no debate profissional, mas o ranço conservador da profissão mantém-se, principalmente no âmbito da prática profissional⁴⁴, conforme nos afirma Netto:

(...) Decorridos quinze anos dessa análise⁴⁵, os termos da questão foram alterados — mas o problema permanece em aberto. Se amadureceu, no campo profissional, um vetor de ruptura com o conservadorismo, ele ainda não consolidou uma “nova legitimidade” para o Serviço Social junto às classes subalternas (...). (Netto, 1996a: 108).

O projeto ético-político profissional está consubstanciado em três pilares, a saber: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e o Projeto de formação profissional⁴⁶. Em outras palavras:

(...) o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro contemporâneo configurou-se em sua estrutura básica — e, qualificando-a como básica, queremos assinalar sua abertura: mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem descaracteriza-se, incorporar novas questões, assimilar novas problemáticas diversas, enfrentar desafios emergentes. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuos desdobramentos. (...). (Netto, 1996a: 104).

⁴⁴ Sobre o assunto, cf. capítulo I desta dissertação.

⁴⁵ O autor refere-se à análise realizada na obra de Yamamoto (2000a).

⁴⁶ O projeto de formação profissional (aprovado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ ABEPSS em 1996), ao assumir a teoria social crítica com direção social do curso, adota uma nova lógica de organização do currículo, assentada em núcleos de fundamentação articulados entre si, a saber: Núcleo Teórico- Metodológico da Vida Social: cujo objetivo é apresentar ao aluno a constituição do ser social e a constituição da vida em sociedade, mais especificadamente o modo de produção capitalista; Núcleo da Formação Sócio-Histórica da Sociedade: tem por finalidade analisar o processo de constituição e formação da particularidade sociedade brasileira e Núcleo do Trabalho Profissional: este núcleo tem como objetivo apreender como se configura a profissão na inter-relação entre sociedade e profissão. São princípios ordenadores das Diretrizes Curriculares: flexibilidade de organização do currículo, diferente da proposta do MEC; rigoroso trato: teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; superação da fragmentação dos conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplina e outros componentes curriculares; estabelecimento da dimensão investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos; caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo, porém, com direção social; ética como princípio formativo permeando a formação curricular; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. Para aprofundar sobre o assunto ver ABEPSS (1996). Sobre a Lei de Regulamentação da Profissão, cf. CRESS - 7ª Região (2000).

A reformulação do Código de Ética em 1993 constitui-se no elemento central de renovação do Serviço Social brasileiro — nele encontra-se condensado os valores e princípios do referido projeto profissional. O processo de reformulação do Código de Ética de 1993 contou com a participação ativa da categoria nos vários espaços de discussão e deliberação: no I Encontro Nacional de Ética (1991), no VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1992) e nos diversos encontros estaduais, culminando com sua aprovação no XXI CFESS/CRESS (1993). A construção do Código de Ética mobilizou parcelas significativas da categoria na sua elaboração:

O processo de debates éticos que teve início em 1992, culminando com a aprovação do Código, um ano depois, foi marcado por um encaminhamento inédito na trajetória da reflexão ética profissional. Historicamente, é em função do Código de Ética que a categoria se mobiliza para tal discussão, o que já aponta pra uma concepção restrita acerca da ética profissional; restrita à codificação formal, a ética deixa de ser tratada como tema cotidiano e apreendida como relação entre as esferas e atividades sociais. em 1992, o processo foi inverso; iniciando-se como reflexão sobre a ética, em geral, levou à questão da ética profissional e ao Código, como uma de suas dimensões. Como fruto deste processo, em 1992, pela primeira vez na história dos Congressos Brasileiros, a questão ética passa a compor o conjunto de painéis temáticos do VII CBAS, em que verifica-se a ampliação do debate diversificado entre teses de fundamentação teórica, problematizações sobre a prática profissional, denúncias éticas em face das condições de trabalho profissional e propostas de enfrentamento da questão da ética no interior da formação profissional. (Barroco, 2003:199).

O Código de Ética Profissional, além da parte normativa — obrigatória em qualquer código profissional —, apresenta um projeto de profissão e de sociedade, isto é, além das normas, elege valores e princípios a serem defendidos pelos profissionais na sua prática cotidiana. Ao definir-se como um projeto — que implica em meios e instrumentos para sua realização —, o Código de Ética atual ultrapassa em muito as funções tradicionais de um Código de Ética profissional, pois estabelece valores e princípios que ultrapassam as normas geralmente impostas para o exercício profissional propriamente dito.

O Código de Ética Profissional assenta-se nos seguintes princípios e valores fundamentais, a saber:

1. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
2. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
3. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
4. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza social produzida;
5. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
6. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
7. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
8. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;

9. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores;
10. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
11. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Este Código de Ética representa a superação das debilidades teóricas e políticas do Código de Ética de 1986⁴⁷, ao explicitar o compromisso profissional a favor da emancipação humana e da construção de uma sociedade pautada na liberdade e na justiça social, diferentemente do código de 1986, que explicitava e atrelava o exercício profissional à defesa dos interesses de uma classe específica, a classe trabalhadora. Expressa também o grau de apropriação da teoria social marxiana pela profissão, ou seja, a sua maioria intelectual. Em outras palavras:

Ao indicar a centralidade do trabalho na (re) produção da vida social, o Código revela a base objetiva de constituição das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico. Em função dessas capacidades objetivas explicitam-se os valores éticos, fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-se a democracia, à cidadania. A defesa da liberdade, da justiça social, da democracia e da cidadania pode levar a falsas interpretações: a idéia de que o Código remete a valores liberais burgueses. De fato tais valores, na sociedade moderna, são afirmados pela burguesia revolucionária, com base nas teorias e filosofias que, no período que antecede à Revolução Francesa, fornecem as bases teóricas para a defesa da sociedade burguesa, como formação social capaz de levar à emancipação do indivíduo. (...). A democracia é tratada como padrão de organização política capaz de favorecer a “ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e das garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social” (...). Com essa fundamentação, o Código se opõe não apenas ao liberalismo, mas, também, ao

⁴⁷ Sobre o código de ética de 1986 e suas debilidades, cf. Barroco (2003).

humanismo cristão tradicional e ao marxismo anti-humanista. Ao humanismo cristão porque não concebe a ética essencialista, dada por uma essência transcendental e predeterminada à história; ao liberalismo porque não naturaliza os valores universais nem os concebe como possibilidade objetiva universal, na ordem burguesa. Supera o marxismo anti-humanista porque repõe a ética no interior da práxis. (Barroco, 2003: 201/3).

Os princípios e valores postos neste Código de Ética não deixam dúvidas quanto à direção social assumida pela categoria profissional nestes últimos anos, ou seja, uma direção social radicalmente anticapitalista e anticonservadora. O Código de Ética profissional preconiza uma visão

(...) histórico-ontológica do homem como ser prático-social, dotado de liberdade, que tem no trabalho sua atividade fundante. Ultrapassando a visão tradicional de essência humana abstrata e atemporal, pauta-se por uma visão do homem que, por meio de sua atividade criadora — cuja expressão privilegiada é o trabalho —, produz-se a si próprio na relação com outros homens, como um ser histórico-social, distinto da natureza, submetendo-a a suas finalidades e necessidades. (...). Nesse processo os homens constroem não apenas as bases materiais da vida em sociedade, mas se constroem enquanto subjetividade atuante no processo social. É nesse veio que se coloca a liberdade “no coração da ética”. A liberdade, parceira da equidade e da justiça social, daí decorrendo a defesa da autonomia e da plena expansão dos indivíduos sociais, o que conduz à defesa dos direitos humanos e à recusa dos arbítrios e de todos os tipos de autoritarismos. Iamamoto, *apud* Bonetti (1996:102/3).

Além dos princípios fundamentais, o Código de Ética preconiza, do ponto de vista da prática profissional, a necessidade de zelar pela qualidade dos serviços prestados pelo assistente social; advoga seu contínuo aprimoramento intelectual, bem como a desburocratização dos serviços sociais, visando à democratização, à socialização das informações e ao pleno acesso aos serviços sociais⁴⁸. Neste sentido, a profissão se compromete com a defesa intransigente dos direitos sociais e das políticas públicas, isto é, com a

(...) viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; garantir a plena informação e discussão sobre

⁴⁸ Para uma análise mais aprofundada do Código de Ética profissional, cf. Barroco (2003).

as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais; democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como mecanismos indispensáveis à participação dos usuários. (...).Art. 5º do Código de Ética. (CRESS, 2000: 19).

Ou seja, o Código de Ética Profissional aponta que o compromisso assumido pelo profissional não deve se limitar à “vontade política e da adesão a valores, mas na capacidade de torná-los concretos, donde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação dos serviços”. (BARROCO, 2003:205).

A objetivação/efetivação dos princípios e valores postos no Código de Ética na prática profissional dos assistentes sociais implica numa nova postura profissional; tal postura requer dos profissionais a capacidade de compreender e decifrar a realidade social em sua complexidade e totalidade, para assim poder propor alternativas viáveis e criativas ao seu trabalho profissional, ou seja, requer um profissional que detenha

(...) o conhecimento das totalidades mais ou menos complexas nos seus múltiplos aspectos e determinações: sua estrutura e determinantes históricos e primordialmente seu movimento: o movimento conjuntural, na imbricação das relações entre realidade nacional e regional e local possibilitando, assim, estabelecer as mediações necessárias para o desvendamento das particularidades e singularidades da realidade dos sujeitos que demandam ou são atingidos pelas ações profissionais e, principalmente, do cotidiano que os envolve. (Vasconcelos, 2002:124).

Por isso, Pontes afirma que a mediação é a categoria central para a realização do trabalho profissional, pois ela o instrumentaliza no desvendamento da realidade social. Nas palavras do autor:

A mediação como categoria intelectual permite, mediante um impulso do real, à razão construir categorias para auxiliar a compreensão e ação profissional. Para a superação da dicotomia teoria-prática — tão ao gosto das formulações positivistas e neopositivistas que ainda encontram amplo suporte na prática profissional do assistente social, bastando verificar a alta credibilidade do dito “a teoria na prática é outra...” — necessário se faz retornar, no plano metodológico da dialética, como se processam as mediações entre teoria e prática e vice-versa. (Pontes, 1997:165).

A mediação, categoria ontológica⁴⁹, possibilita a compreensão dos fenômenos sociais numa perspectiva de totalidade, ou seja,

(...) as leis tendenciais, que são capturadas pela razão na esfera da universalidade, tais como leis do mercado, relações políticas de dominação etc., como que tornassem vida, se objetivassem e se tornassem presentes na realidade da vida singular das relações sociais cotidianas, desingularizando-as e tornando aquilo que era universal em particular, sem perder o caráter de universalidade nem tampouco sua dimensão de singularidade.(...) Essa particularização de um campo de mediações, rico em determinações e pleno de significado histórico possui enorme potencial heurístico para a prática profissional do assistente social, em face de sua dupla dimensionalidade: conhecimento-intervenção. Coerentemente com esta afirmação, considera-se que o assistente social possui uma ampla diversidade de formas de inserção socioinstitucional que vai desde a ponta da rede de serviços sociais — na chamada execução — até o gerenciamento de políticas sociais, organizações sociais (governamentais, não-governamentais e empresariais). (Pontes, *apud* CFESS, 2000: 47).

A adoção desta direção teórico-metodológica, impõe a necessidade renovação da prática profissional dos assistentes sociais, requer a aquisição de novas competências que possibilitem a construção de uma prática profissional voltada para a defesa dos direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Entretanto, a pesquisa realizada por Vasconcelos (2002) indica a manutenção de práticas reiterativas, burocratizadas, imediatistas e conservadoras, entre os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde; isto acontece em grande parte porque os profissionais não conseguem decifrar a realidade social e, ao não decifrá-la, não conseguem pensar os desafios, as possibilidades e os limites de sua prática profissional. Em outras palavras:

Parte da paralisia, perplexidade e inconformismo dos assistentes sociais, diante do **momento atual** e das **condições e reivindicações dos usuários**, pode ser compreendida como resultado da ausência de condições que possibilitem uma análise da realidade, que permita pensar/projetar e realizar o trabalho profissional: não se socializam informações nem se empreendem lutas sobre/ contra o que não se tem e/ou não se conhece e/ou não se apropriou. Investindo todo seu potencial num trabalho paramédico — cuidando principalmente da

⁴⁹ Sobre ontologia, cf. Pontes (1997).

doença —, não conhecendo e não participando como meros reprodutores de opiniões e/ou análises, os assistentes sociais não têm contribuído — ou mesmo obstruem, consciente ou inconscientemente — para abertura de canais de participação dos usuários no controle social dos serviços prestados e nas decisões institucionais, tanto no nível micro quanto (menos ainda) em nível macro⁵⁰. (Vasconcelos, 2002: 104, grifos no original).

Os assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde não conhecem o novo Código de Ética, a Lei de Regulamentação da profissão, a Constituição Federal — dentre outros diplomas legais. Parte significativa dos profissionais não se qualifica para o exercício da profissão: encontram-se totalmente desatualizados e desarticulados politicamente⁵¹.

Diante deste quadro, começamos a nos indagar se poderemos imprimir ao exercício profissional os avanços conquistados pela categoria nos últimos anos? Se, hoje, está posta a possibilidade concreta — pelo menos do ponto de vista teórico — dos assistentes sociais renovarem sua prática profissional, de acordo como os princípios e valores do Código de Ética profissional, então porque não conseguimos, ainda, no âmbito da prática estabelecer um fazer profissional condizente com tais princípios?

Conforme nos afirma Bravo (2004:34),

(...) o Serviço Social na área de saúde chega à década de 1990 ainda com uma incipiente alteração na sua prática institucional; continua, como categoria, desarticulado do Movimento de Reforma Sanitária, e com isso, sem nenhuma explícita e organizada ocupação na máquina do Estado pelos setores progressistas da profissão (...); (há) e insuficientes produção sobre “as demandas postas à prática em saúde. (...) Para analisar o Serviço Social e a Saúde na década de 90, faz-se necessário ter em mente ser este o período de implantação e êxito ideológico do projeto neoliberal no país (...) O projeto político-econômico consolidado do Brasil, nos anos 90, projeto neoliberal, confronta-se com o projeto profissional hegemônico no Serviço Social, tecido desde a década de 80, e com o projeto da Reforma Sanitária. A partir desta contradição surgem algumas questões: Como, numa realidade político-conjuntural adversa, construir e concretizar uma prática que garanta um Estado participativo, formulador de políticas sociais equânimes, universais, não discriminatória? (...).

⁵⁰ Sobre o assunto, cf. capítulo I desta dissertação.

⁵¹ A qualidade do trabalho profissional, não está condicionado unicamente a competência dos assistentes sociais, as condições de trabalho influí significativamente para a falta de qualidade dos serviços.

A efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político — cuja inspiração teórico-metodológica é a teoria social marxiana — no cotidiano dos profissionais ainda é um desafio. Sua realização depende da luta política, do embate entre os vários projetos profissionais e da vontade dos atores envolvidos neste processo (docentes, profissionais e estudantes). Dito de outro modo:

Esta articulação – imprescindível para a hegemonia de um projeto profissional – é complexa e não se faz em curto espaço de tempo. Ela exige recursos políticos-organizativos (...), processos de debate e elaboração, investigações teórico-práticas (a análise da relação entre conhecimento e formas interventivas) etc. (Netto, 1999:98).

Sendo assim, necessitamos mais do que nunca criar estratégias e ações para que este projeto ganhe efetividade na prática profissional dos assistentes sociais. Sabemos que esta articulação, fundamental para a manutenção desta direção social, não é simples, mas necessitamos urgentemente intervir no sentido de dar consistência à renovação desta profissão no plano teórico, cultural, político e, principalmente, no plano técnico-operativo. Esta mobilização requer análise crítica da realidade, bem como organização política para enfrentar os desafios que estão postos à implementação do projeto ético-político na contemporaneidade.

2.2 O processo de consolidação do projeto ético-político profissional: avanços ou retrocessos?

A partir de sua conformação no início dos anos 90, o chamado projeto ético-político encontra-se em fase de amadurecimento e expansão no meio profissional. Este processo de consolidação ocorre, todavia, num período sócio-histórico bastante desfavorável ao florescimento de ideais emancipatórios, fundamentais para efetivação do referido projeto.

É no cenário dos anos 1990 — radicalmente distinto das amplas mobilizações políticas e sindicais que tiveram lugar na década de 1980 e que retardaram a implantação generalizada da “terapêutica neoliberal” no país —, que tem sentido pensar ações que possam reverter no fortalecimento de um projeto político-profissional que, desde a década de 1980, vem sendo coletivamente construído pela categoria dos assistentes sociais. Projeto profissional comprometido

com a defesa dos direitos sociais, da cidadania e da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade. (...). (Iamamoto, 1998:113).

A crise capitalista — iniciada nos anos 70 do século XX nos países centrais — promoveu um processo de transformação que alterou significativamente o padrão de acumulação capitalista. Dito de outro modo:

É no curso da década de setenta que emergem, visivelmente, as transformações societárias que — embora já sinalizadas no decênio anterior — vão marcar os anos oitenta e noventa, revelando inflexões significativas no evoluir da sociedade capitalista, inflexões de tal relevância que levaram muitos autores a equívocos na tentativa de caracterizar mais adequadamente seu estágio presente.(Netto, 1996a: 90).

As principais transformações ocorridas neste período são: a reestruturação produtiva, no âmbito da produção; o advento da ideologia pós-moderna, na esfera cultural e o neoliberalismo⁵². Em outras palavras:

(...) a crise dos anos setenta assinalou a exaustão do padrão capitalista monopolista fundado num regime de acumulação (e seu conexo modo de regulação sócio-política) “rígido”, (...) para preservar-se e reproduzir-se, o capitalismo monopolista contemporâneo (...) regime de acumulação “flexível”, que implica, necessariamente, um correspondente modo de regulação (...). A dinâmica cultural do capitalismo tardio que se vem “flexibilizando” está parametrada por dois vetores: a translação da lógica do capital para todos os processo do espaço cultural (produção divulgação, consumo) e desenvolvimento de formas culturais, socializáveis pelos meios eletrônicos (...). A imediatividade da vida social planetariamente mercantilizada ganha estatuto da realidade — e, não por acaso, a distinção clássica de aparência e essência é desqualificada(...). Também o Estado burguês, mantendo seu caráter de classe, experimenta um redimensionamento considerável. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras” (...). (Netto, 1996a: 97).⁵³

No Brasil, esta crise manifesta-se nos anos 90; devido a sua entrada tardia na “terapia neoliberal”, o país não experimentou em sua plenitude as conseqüências desta crise, conforme nos afirma Netto:

⁵² Sobre o assunto, cf. Sader (1995).

⁵³ Para uma análise mais detalhada deste processo, cf. Mandel (1982) e Netto (1996a).

(...) é indiscutível a distância entre a nossa configuração societária e aquela da ordem tardo-burguesa do capitalismo cêntrico. Entretanto, e sem dualismos — antes numa verdadeira simbiose —, traços específicos e determinantes da ordem tardo-burguesa estão se incorporando rapidamente a nossa vida social e de forma tal que passam a ser crescentemente relevante (...), contudo, impõe à face do projeto feições singulares. Não há, aqui, um *Welfare State* a destruir; a efetividade dos direitos sociais é residual; não há “gorduras” nos gastos sociais de um país como os indicadores sociais que temos — indicadores absurdamente assimétricos à capacidade industrial instalada, à produtividade do trabalho, aos níveis de desenvolvimento dos sistemas de comunicação e às efetivas demandas e possibilidades (naturais e humanas) do Brasil. (Netto, 1996a: 104/5, grifos no original).

As transformações societárias em curso têm incidido fortemente no Serviço Social brasileiro, tanto no mercado de trabalho, quanto no plano teórico-político. Em outras palavras:

Esse processo desafia profundamente todos os cidadãos e, em especial, os assistentes sociais, repercutindo no mercado de trabalho especializado. A retração do Estado em suas responsabilidades e ações no campo social manifesta-se na compressão das verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação de serviços social públicos. Vem implicando uma transferência, para a sociedade civil, de parcelas significativas para o atendimento das seqüelas da questão social, o que gera significativas alterações no mercado profissional de trabalho. (Iamamoto, 1998:59).

No âmbito do mercado de trabalho, os rebatimentos são os seguintes: redimensionamento das atividades privativas dos assistentes sociais (com a perda algumas de suas funções tradicionais), precarização das relações de trabalho, bem como sua intensificação⁵⁴. Dito de outro modo:

(...) intensificação do trabalho: com baixos salários, poucos profissionais e muito trabalho (...) falta de rede de serviços de assistência/recursos institucionais e comunitários para encaminhar os usuários, (...) gera sensação de impotência/estresse no profissional, com o aumento da demanda e impossibilidade imediata, por parte do profissional individualmente, de respondê-la⁵⁵. (Dahmer, 2002: 32).

⁵⁴ Sobre estes rebatimentos no campo da saúde, cf. Serra (1998), Dahmer (2002) e Vasconcelos (2002).

⁵⁵ Cf. tabela 3 do capítulo I.

No âmbito da formação profissional assistimos a proliferação de cursos privados no país, fruto da reforma educacional implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), nos últimos anos, cujo objetivo assenta-se em adequar o sistema educacional brasileiro aos ditames dos organismos multilaterais.

A palavra de ordem para a refuncionalização da educação brasileira é a flexibilidade. Isto porque se trata de adequá-la aos processos de flexibilização no âmbito do mercado de trabalho, à reconstrução de habilidades configuradas pela reestruturação produtiva, à constituição do terceiro setor, e a refuncionalização do Estado, processos constitutivos, guardadas as particularidades de cada país, da economia política deste fin du siècle. (ABEPSS: 2000:100).

Essa perspectiva de refuncionalização do ensino superior tem como finalidade formar distintos modelos acadêmicos de formação profissional, um calcado nos grandes centros de excelência e outro nos “escolões” de terceiro grau, ou seja, o primeiro tem como objetivo formar os grandes pesquisadores e professores que conformarão a elite intelectual deste país e o segundo formar força de trabalho adequada à lógica atual do mercado de trabalho, conforme nos afirma Lessa:

Então, quando você propõe que a universidade se torne um escolão de 3^a grau, está renunciando a idéia da qualidade. Está se tornando um fabricante de recursos humanos, olhando o estudante do mesmo modo que um pecuarista faz com o gado que cria em sua fazenda. Para ele, que só está pensando em obter o maior lucro possível com as suas terras, faz sentido pensar na relação touro-vaca-idade fértil, no tamanho do rebanho (...) Acontece que a sociedade não é gado e a universidade não é uma fábrica de recursos humanos, mas um local onde se plasma os futuro. (Lessa, 2000:3).

Um dos reflexos deste processo é a proliferação de cursos privados de Serviço Social, no período de 1995 a 2005 foram criadas 116 escolas de Serviço Social no Brasil, segundo dados do Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão do Ministério da Educação, para os anos de 2006 a 2008 estão previstas mais 41 novas escolas. A grande maioria das escolas criadas entre os anos de 1995 a 2005, são de entidades

privadas; que tem expandido seus negócios, prioritariamente pelo interior do país, conforme podemos verificar na tabela a seguir:

Escolas	Ano de abertura
Nordeste	
Fac. Nobre de Feira de Santana (Ceara)	2002
Instituto Camilo Filho (Teresina)	2003
Fac. Ademar Rosado (Teresina)	2000
Unilsima (Maranhão)	2005
Universidade Potiguar (Natal)	2005
Fac. De ciências e cultura da Bahia (Bahia)	2005
Fac. Dr. Leão Sampaio (Juazeiro do Norte)	2005
Fac. Extensão do Rio Grande do Norte	2001
Norte	
Universidade Federal do Amazonas (Amazônia)	2004
Fama (Amazônia)	2005
Fametro (Amazônia)	2005
Fama (Macapá)	2005
Fac. do Acre (Acre)	2005
Instituto Macapense (Macapá)	2002
Fac. Dom Bosco (Manaus)	2003
Fac. Luterana de Ji-Paraná (Ji-Paraná)	2003
Instituto Superior do Acre (Acre)	2003
Centro universitário Nilton Lins (Manaus)	2003
Uninorte (Manaus)	1998
Centro Luterano de Palmas (Palmas)	1996
Centro-oeste	
Fac. integradas de Três Lagoas (Três Lagoas)	2005
Fac. Unisaber AD1 (Brasília)	2005
Universidade Católica de Brasília	2005
Centro Universitário da Grande Dourados (Dourados)	2003
Fac. Cenecista Rondonópolis (Rondonópolis)	2005
Sul	
FAFIPA (Paranavaí)	2002
CEUMAR (Maringá)	2003
UNILAGOS (Mangueirinha)	2003
UNIGUAÇU (União da Vitória)	2004
FANP (Nova Esperança)	2004
UCP (Pitanga)	2004
FAPI (Pinhais)	2005
UNIBRASIL (Curitiba)	2005
UNICENTRO (Guarapuava)	2001
FACEMED (Medianeira)	2001
FECEA (Apucarana)	2002
IES (Foz do Iguaçu)	2002
URI (São Luis Gonzaga)	2004
FIMA (Santa Rosa)	2005

ULBRA (Gravataí)	2004
UPF (Passo Fundo)	2004
IPA (Porto Alegre)	2005
UNIFRA (Santa Maria)	2000
UNISC (Santa Cruz do Sul)	2000
ULBRA (Cachoeira do Sul)	1999
UNICRUZ (Cruz Alta)	1997
ULBRA (Carazinho)	2000
URI (Frederico Westphalen)	1996
UNIJUI (Ijuí)	2003
UNIJUI (Santa Rosa)	2002
UNIOESC (São Miguel do Oeste)	2001
UNC (Curitiba)	2003
UNIPLAC (Lages)	2003
UNISUL (Santa Catarina)	2003
FAAG (São Jorge)	2005
UNISUL (Florianópolis)	1997
UNISUL (Araranguá)	1997
Sudeste	
Fac. Estácio - Millor Fernandes (Rio de Janeiro)	2004
Fac. Estácio - Vila Valqueire (Rio de Janeiro)	2004
Fac. Estácio - Guadalupe (Rio de Janeiro)	2004
Fac. Estácio - Rebouças (Rio de Janeiro)	2005
Unifoa (Volta Redonda)	2001
Fac. Redentor (Itaperuna)	2002
Universidade Plínio Leite (Niterói)	2004
Fac. Santa Luzia (Caxias)	1997
Unigrario (Caxias)	2003
Uniabeu (Belford Roxo)	2005
Fac. Estácio - Cabo Frio	2005
Universidade Salgado de Oliveira (São Gonçalo)	2004
Univila (Espírito Santo)	2002
Emescam - Vitória	2003
Fac. Novo Milênio (Vila Velha)	2003
Fac. Salesiana de Vitória (Vitória)	2000
Unijales (Jales)	2005
Fac. Integradas de Fernandópolis (Fernandópolis)	2005
Centro Universitário de Assunção (São Paulo)	2005
UNIVAP (Jacareí)	2005
IMAPES (Sorocaba)	2005
Universidade Cruzeiro do Sul	1996
FUNEC (Santa Fé do Sul)	2000
Fac. Reunidas (Ilha Solteira)	2001
Fac. de Ciências Humanas de Aguaí (Aguaí)	2001
Fac. de Mauá (Mauá)	2002
Fac. de Tijuçu (São Caetano do Sul)	2003
Faculdade de Barretos (Barretos)	2003
Centro Univ. Barão de Mauá (Ribeirão Preto)	1999

UNIFEV (Votuporanga)	1999
IMESB (Bebedouro)	2003
Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo)	2004
Universidade de Ribeirão Preto (Guarujá)	2005
Pontifícia Católica de Minas (Contagem)	1996
UNIPAC (Teófilo Otoni)	2005
UNIPAC (Uberlândia)	2005
Fac. Católica de Uberlândia	2005
UNIPAC (UBA)	2004
UNIPAC (Bom Despacho)	2004
IESFATO (Teófilo Otoni)	2004
UNIPAC (Ipatinga)	2000
Fac. de Montes Claros (Montes Claros)	2002
Fac. Doctum (Teófilo Otoni)	2003
FASEP (Passos)	2000
Centro Universitário do Sul de Minas (Varginha)	2002
FACESA (Conselheiro Lafaiete)	2002
UNIMONTES (Montes Claros)	2003
FAGAV (Nova Porteirinha)	2003
FAMINAS (Muriae)	2004
UNIFEG (Guaxupe)	2004
UNIUBE (Uberaba)	1999
FAMA (Mantena)	2005
INDES (Montes Claros)	2004
FACED (Divinópolis)	2005
INESP (Divinópolis)	2005
UNIPAC (São Francisco)	2005
UNIPAC (Vazante)	2005
UNIVERSO (Belo Horizonte)	2004
UNIVERSO (Juiz de Fora)	2004
Total de Escolas	116

Fonte: INEP

Neste cenário sócio-político, as tendências conservadoras e neoconservadoras (de inspiração pós-moderna⁵⁶), que anteriormente estavam adormecidas no cenário profissional começam a ganhar espaço. Netto (1996a) em seu texto **Transformações Societárias e Serviço Social**, quando afirma que:

(...) a prospecção (...) a curto prazo (dar-se-á) no terreno do Serviço Social terá conteúdo nitidamente ídeo-político, mas embutido na polêmica teórico-epistemológica e operativa — entretanto, sem qualquer similitude com o “debate sobre teoria e metodologia” travado nos anos oitenta: nestes próximos anos, ele será dirigido

⁵⁶ Para uma análise mais aprofundada sobre o pensamento neoconservador e sua influência no Serviço Social brasileiro, cf. Santos Soares (2000).

notadamente para as demandas profissionais imediatas(...). (Netto, 1996a: 119).

E ainda quando sumaria as seguintes prospecções para a profissão:

(...) as linhas de clivagem quanto às concepções profissionais se tornarão mais nítidas, ampliando-se as diferenciações no interior da cultura profissional; imediatamente, as possibilidades objetivas de manutenção da demanda social da profissão não se mostram ameaças, mas impõem ao Serviço Social a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sóciopolítico) para as questões que caem no seu âmbito de intervenção institucional; as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional, com a incorporação de novas questões no âmbito de intervenção institucional, só serão convertidas em ganhos profissionais (ou seja: convertidas em realidade) se o Serviço Social puder antecipá-las, com a análise teórica de tendências sociais que extrapolam as requisições imediatamente dadas ao mercado; as possibilidades mencionadas no item anterior configurarão tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias sócio-profissionais; a segmentação (especialização) no mercado de trabalho tenderá a se adensar progressivamente, com duas implicações: a) na categoria profissional, produzirá uma sensível estratificação entre os assistentes sociais (novas escalas de conhecimentos, de prestígio, de remuneração etc.); b) no campo da formação, reclamará um profundo redimensionamento das relações entre as escolas e os demais segmentos da categoria profissional. (Netto, 1996a: 124).

As prospecções efetuadas pelo referido autor naquele momento, tornaram-se realidade, nos últimos anos, assistimos a exacerbação das críticas à direção social da profissão, tais críticas assentam-se prioritariamente à sua suposta ortodoxia e às lacunas em relação a prática profissional; dito de outro modo:

Do ponto de vista dos parâmetros teóricos, o que é saliente, no Serviço Social no Brasil, na entrada dos anos noventa, é o fato de se registrar a emergência da crítica formal às correntes marxistas no campo profissional. Dada a relevância destas nos desenvolvimentos da década passada, a crítica, todavia, não se apresenta antimarxista; antes, ela se realiza sob duas formas principais, aliás complementares: 1) uma crítica à ortodoxia (que, para os críticos, é sinônimo de dogmatismo) dos marxistas brasileiros no Serviço Social; 2) uma crítica às lacunas (e não aos equívocos) existentes nos seus trabalhos. No primeiro caso, a crítica se dirige no sentido de “ampliar”, “abrir”, “flexibilizar” a perspectiva teórica, incorporando os autores que sejam do gosto do crítico (Harbermas para uns, Foucault para a maioria) e as tendências mais prestigiadas e mais up to date nos círculos

acadêmicos e na indústria cultural (os pós-modernos). No segundo, constatando-se que a elaboração dos anos oitenta não lavrou sobre um amplo rol de objetos (questões de gênero, de cultura, de minorias etc.), insinua-se que isso se deve a uma espécie de inépcia imanente às correntes marxistas para enfrentá-los. (Idem, ibidem: 114, grifos no original).

Para demonstrar a ofensiva contra a direção social da profissão, optamos por apresentar a produção de dois autores: Vicente de Paula Faleiros (2000 e 2001) e Yara Friezza Santos (2001), entendendo que estes autores explicitam com bastante clareza a crítica à atual direção social. A escolha destes dois autores não foi aleatória: o primeiro é um importante interlocutor no debate profissional: desde os anos 60, tornou-se um importante crítico do Serviço Social tradicional; a segunda expressa o sentimento de uma parcela significativa da categoria, de que há um desconhecimento da função social da profissão e do seu objeto de atuação. Vale ressaltar que não concordamos com o argumento da autora, mas este tipo de argumentação tem ganhado espaço e estatuto de “verdade” no interior da categoria profissional, principalmente para aqueles profissionais mais ligados à prática.

Vicente de Paula Faleiros, em seu livro **Estratégias em Serviço Social** — resultado da aglutinação de vários textos escritos entre os anos de 1985 e 1997 —, e no seu artigo **Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares**, demonstra sua total insatisfação com a atual direção social da profissão, criticando-a como generalista. Em **Estratégias em Serviço Social**, Faleiros, inspirado pela teoria da complexidade de Edgar Morin e em Foucault, propõe a criação de um modelo para ação profissional, calcado no paradigma da correlação de forças. Segundo o autor, o Serviço Social trabalha na viabilização das condições de vida e de trabalho dos sujeitos sociais, isto é, no **reproduzir-se** e no **representar-se**.

Para o autor, a vida social é regida por correlações de forças; logo, o trabalho profissional também o é — os profissionais em seu trabalho lidam com confrontações de interesses, de energias inscritas nos processos de hegemonia e contra-hegemonia que os grupos sociais desenvolvem, a partir de seus projetos societários básicos; por isso, o autor

afirma que o Serviço Social trabalha com o fortalecimento e empoderamento (*empowerment*) dos sujeitos; para o autor, o trabalho profissional constitui-se no poder imanente de empoderamento dos sujeitos — assim, cabe aos profissionais viabilizar estratégias para objetivar estes propósitos.

Ao analisar as propostas profissionais no contexto da crise capitalista, Abreu (2002) afirma que a proposta produzida por Faleiros (2000) acaba por:

(...) esgotar-se nos limites históricos da chamada cidadania burguesa como uma prática que busca restaurar direitos, a partir do que considera a necessidade do usuário reinventar-se com sujeito, reinventando relações no contexto de forças em presença, cuja centralidade parece colocar-se em termos da articulação de propostas, recursos e sujeitos no enfrentamento da desresponsabilização do Estado como os atendimentos sociais, sem evidenciar os vínculos desse processo com a luta pela alteração das relações de poder mais amplas a partir da perspectiva de luta de classes. Não resta dúvida que esse processo pode ser canalizado para uma perspectiva emancipatória, na medida em que representa um possível conduto de politização dos usuários em relação a sua realidade de vida e serviços institucionais e busca alterar a qualidade dos mesmos, e mais do que isso, como alternativa de fortalecimento de segmentos das classes subalternas na perspectiva da alteração da correlação de forças a seu favor e de resistência política. Entretanto, a tendência predominante apontada no discurso profissional parece colocar o processo de autonomia e independência do sujeito, circunscrito nos parâmetros materiais e político-ideológicos das saídas privatistas e corporativistas impostas pelas políticas sociais do Estado neoliberal. É o que fica subjacente quando as indicações profissionais de reforço à propostas do *empowerment* do sujeito direciona-se para o estabelecimento de um novo contrato social, consubstanciado em redes de serviços privados e parcerias com o Estado, que tanto podem qualificar as iniciativas populares, quanto, ao mesmo tempo, acabam reforçando a responsabilização do sujeito com sua própria reprodução. (Abreu, 2002:211/3).

No artigo **Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares** — publicado na Revista *Temporalis*, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, o autor questiona o arcabouço teórico das Diretrizes Curriculares: a “questão social”, para ele, a “questão social” não pode ser objeto de uma profissão porque ela não constitui a especificidade da profissional. Em suas palavras:

Não sendo um ato isolado, o currículo é, fundamentalmente, relacional, refletindo a correlação de forças sociais que se enfrentam na sociedade e no âmbito universitário. As Diretrizes Curriculares (...) refletem as contradições da sociedade, ou seja, as exigências de mudanças impostas pelo novo contexto social, econômico e político, e as resistências das organizações sociais que têm poder na definição de propostas no seio da universidade e das organizações profissionais. É resultado da correlação de forças que exprime as contradições do momento. (...) A centralização da formação na “questão social e no seu enfrentamento” pode vir, de novo, a reduzir a formação profissional à compreensão da teoria da reprodução das condições de produção (...), fechando as possibilidades da crítica no interior do próprio marxismo. (...) a expressão “questão social” tem um sentido muito genérico, historicamente variável e impreciso, configurando uma questão de toda a sociedade capitalista e não específica de uma profissão. As DC definiram um objeto abstrato, mas não enfrentaram o problema da especificidade profissional, e, portanto, não o resolveram.(...).(Faleiros, 2000:167/8).

O autor propõe, então, uma outra estrutura curricular que privilegie a especificidade profissional e esteja assentada no paradigma da correlação de forças e na articulação da teoria com a prática, pois, para ele:

A formação competente visa à construção do *saber pensar*, do *saber fazer* e do *saber dizer* de forma rigorosa, fundamentada, embasada nos resultados. Implica também a implementação da autonomia, o desenvolvimento da capacidade de invenção, a criação de decisão próprias, voltadas para o *saber ser* e saber fazer profissionais. (Faleiros, 2000:174).

No entanto, apesar das críticas que tem tecido à atual direção social da profissão, o professor Vicente de Paula Faleiros foi um dos principais interlocutores do processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

Yara Friezza Santos (2001), em seu texto **Serviço Social: afinal do que se trata?** — parte da pesquisa realizada em sua tese de doutoramento com profissionais formados entre os anos 60 e 70, período de plena expansão do Movimento de Reconceituação —, questiona a atual direção da profissão, apontando para sua falta de resposta às inquietações quanto ao “não-saber-dizer”, isto é, ao “mal-estar da e do assistente social” acerca de seu objeto profissional. Em suas palavras:

Outros autores, ao tratar das inquietações e angustias que afetam os profissionais, adotam uma postura irônica, de advertência ou de menosprezo: para Ander-Egg, **nossa identidade é nossa não-identidade**; Netto faz um alerta para a prevalência de temas voltados para o que ele denomina **internalidade do serviço social** e Montañó, zombeteiro, **fala de uma peregrinação profissional em busca obsessiva de uma legendária especificidade**.(...) (Santos, 2001: 169, grifos no original).

Segundo a autora, independentemente do que a direção “oficial” da profissão pensa ser o Serviço Social, os profissionais apresentam uma concepção que colide com o discurso “oficial”. Em suas palavras:

É neste espaço conflitual que as instâncias de produção de sentidos propõem-nos modelos profissionais referenciados simultaneamente na assistência, e na cidadania; na ação generalista e, na especialização técnica, na atenção individualizada, e na ação social coletiva; na visão de uma sociedade liberal, e na utopia de construção de uma sociedade igualitária, cuja metodologia se define, no nosso espaço acadêmico, como **direção social estratégica**. Discursos, sentidos e práticas contraditórias atravessam nosso dia-a-dia: entre a compaixão, e o direito; a integração, e a transformação social; a ação social movida pela urgência, de curto alcance, e a de longo prazo; o humanitarismo apropriado pelo espetáculo e pelas **mídias**, e a cultura de uma relativa invisibilidade, pautada pelo respeito à privacidade da dor e da ajuda; entre demandas de qualidade e eficiência, e o caráter eminentemente simbólico de nossa prática. Difícil pensar em eficácia e medir os resultados de um trabalho que não se enquadra na racionalidade do tipo instrumental, regida pela adequação entre meios e fins.(...) A precariedade de nossa arquitetura ocupacional, mesmo sendo operacional, não nos fornece suportes suficientemente robustos para uma inclusão nítida e inquestionável no rol das profissões o que nos leva a nos perguntar, implícita ou explicitamente, se efetivamente usufruirmos dos benefícios de pertencer ao grupo das ocupações que alçaram o patamar profissional. (Santos, 2001: 172, grifos no original).

Para a maioria dos profissionais entrevistados em sua pesquisa, a profissão apresenta-se como:

(...) **mais do que uma profissão, o serviço social é um serviço**. (...) o mais importante foi o embasamento para entender as coisas e sobretudo a auto-estima. Minha vida profissional não se baseou no serviço social técnico. Tomou outros rumos. (...) o serviço social é

diferente das outras profissões. O que move a gente é o ser humano. (...). (Santos, 2001:184/5, grifos no original).⁵⁷

A profissão, para a autora, é permeada por valores vinculados à piedade e a caridade cristã, os quais “continuam a habitar o ambiente simbólico e prático, externo e interno à profissão; reproduzem-se na percepção espontânea do senso comum e no saber das diversas gerações de assistentes sociais que se sucedem” (Santos, 2001:170). Neste sentido, a pesquisa realizada pela autora coaduna com os dados levantados por Vasconcelos (2002), isto é: de que a prática profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade permanece atrelada a ideais conservadores. A autora defende em seu trabalho que a prática profissional dos assistentes sociais está vinculada a valores e princípios contrários ao postos no projeto de formação profissional, que ela denomina de “oficial”.

Conforme podemos verificar na pesquisa realizada por Vasconcelos (2002), as tendências conservadoras nunca se desarticularam no interior da profissão: com a conquista (pelo menos no plano teórico-político) da hegemonia marxista, as tendências conservadoras foram compelidas a uma cautela defensiva, conforme nos afirma Netto (1996a); entretanto, com as mudanças contra-revolucionárias em curso, elas se rearticularam e tentam ganhar espaços no debate profissional. Esta rearticulação política das tendências conservadoras e, agora, neoconservadoras no meio profissional ganha força com o reaparecimento de uma orientação clínica para o exercício profissional dos assistentes sociais, isto é, com o surgimento do Serviço Social clínico.

O Serviço Social clínico aparece como opção teórico-prática para alguns profissionais que acusam a atual direção social de não trabalhar as demandas individuais dos usuários dos serviços. Para estes profissionais, a teoria social crítica (marxiana) não dá conta do estudo dos

⁵⁷ Estes depoimentos são de assistentes sociais entrevistadas pela a autora em sua tese de doutorado. A concepção do Serviço Social como serviços que a autora apresenta está posta em Karsch (1985).

“problemas individuais”, pois ignora os indivíduos e as questões do cotidiano profissional, ou seja, ignora a prática propriamente dita. Por isso, estes profissionais voltam sua prática para:

(...) o atendimento de indivíduos, grupos e famílias que, por diversas razões, não tiveram suas necessidades atendidas, sofrem psicologicamente e vivem situações concretas de exclusão e abandono. Os *assistentes sociais clínicos* são constantemente requisitados para intervirem nos conflitos familiares, nos conflitos comunitários e interpessoais, em situações que envolvam crianças e adolescentes desprotegidos ou desfavorecidos. Também atuam nas questões de dependência química, de abuso sexual, de violência doméstica, nos campos da saúde, da educação, da reabilitação, no campo sociojurídico, empresa e tantos outros. É uma abordagem que privilegia a escuta da demanda imediata, que se faz direta, face a face, no contexto que pressupõe um compromisso estreito entre as partes e implica em envolvimento e participação do assistente social numa proposta reflexiva, mobilizando recursos e plasmando condições para que as pessoas se tornem capazes de exercer a crítica e reivindicar seus direitos sociais. Neste sentido ao meu ver, não há qualquer identificação com o trabalho ligado a adaptação ou ajustamento. (Teixeira, *apud* CRESS, 2003:24).

Segundo Iamamoto (*apud* CFESS: 2002), o Serviço Social clínico ressurgiu como uma nova face do Serviço Social tradicional; em suas palavras, o Serviço Social clínico é a

(...) nova maquiagem do velho Serviço Social dos anos 1970, derrotado e superado nas décadas de 1980 e 1990, pelo movimento de renovação crítica do Serviço Social latino-americano, o qual se encontra na base do projeto ético-político atual da profissão. É necessário deixar claro o que se pretende: defender esse projeto ou realizar uma viagem de retorno ao passado perdido, ressuscitando-o como referência para a leitura do presente, o que supõe minar o projeto profissional nas suas bases teóricas, éticas e políticas, por parte de um movimento contra-hegemônico que hoje marca presença na categoria profissional. (Iamamoto *apud*, CFESS, 2002: 44).

A crítica que os profissionais ligados à perspectiva clínica fazem à atual direção da profissão é de que ela não conseguiu construir uma prática condizente com seus princípios e valores; na verdade, esta crítica expressa a dificuldade de alguns profissionais de se apropriarem do referencial marxiano e expressá-lo em uma prática concreta. Ao criticarem a atual direção social da profissão, o que estes profissionais querem, na verdade, é um modelo de prática profissional à qual possam aderir sem o compromisso de pensá-la e de

elaborá-la condizentemente com as orientações dos valores e princípios do projeto ético-político profissional — e sabe-se que a busca por um modelo de prática elaborada e que exima o profissional de construí-la permeia o universo profissional desde sua protoforma⁵⁸.

Aliam-se às críticas e discordâncias à direção social da profissão na atualidade o desconhecimento por parte do conjunto dos profissionais (docentes, alunos e profissionais do campo) da matriz teórico-política da profissão⁵⁹. Nas oficinas e encontros da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS (tanto nacionais quanto regionais, entre os anos de 1996 a 2004), o debate sobre o desconhecimento da matriz teórico-metodológica da profissão tornou-se recorrente. Os professores, principais atores na formação profissional, não conhecem ou não conseguem apreender em sua totalidade as categorias da teoria social crítica (marxiana), conforme nos revela o relatório de uma oficina:

A primeira grande questão que se coloca nesse bloco⁶⁰ é o não conhecimento das Diretrizes Curriculares, por parte do conjunto dos docentes e supervisores presentes. E nem todos o que conhecem, conseguem apreender a lógica por ela colocada (por exemplo, áreas temáticas confundidas com os núcleos de fundamentação expresso nas Diretrizes Curriculares, ou apropriação dos núcleos de fundamentação como grupo de pesquisas nas Unidades de Ensino). Tal constatação, por si só, inviabiliza a discussão das implicações das Diretrizes Curriculares no processo ensino-aprendizagem. (Relatório da oficina regional – Leste, 2002:6).

⁵⁸ Segundo Netto (1989), (...) A riqueza e a complexidade do pensamento de Marx raramente tocaram as cordas do Serviço Social, substituída que foi a documentação primária por intérpretes os mais desiguais. A própria diferenciação da tradição marxista foi cancelada pelo recurso a uma só de suas correntes, dogmaticamente situada como a “autêntica”, ou diluída em “sínteses” cujo suporte é o ecletismo mais desabusado. No limite, o que resultou foi menos a incorporação de componentes teórico-metodológicos e crítico-analíticos do que um acervo de núcleos temáticos que, desvinculados da sua contextualidade, tenderam para o clichê e a palavra-de-ordem. (Netto, 1989:97/8).

⁵⁹ Sobre a falta de conhecimento da teoria social crítica (marxiana) entre os sujeitos profissionais, cf. Vasconcelos (2002).

⁶⁰ Tal bloco refere-se ao debate no interior da oficina sobre as implicações das Diretrizes Curriculares no processo de ensino-aprendizagem e sobre a dimensão ético-política da profissão.

Ao não compreenderem a matriz teórico-metodológica em sua totalidade, os currículos têm reproduzido as dicotomias do currículo anterior, a saber: a separação entre disciplinas teóricas e práticas e a releitura dos enfoques de caso, grupo e comunidade dentre outros⁶¹.

A não apropriação da matriz teórico-metodológica que deve embasar a formação e o exercício profissional dificulta a construção de um fazer profissional condizente com os princípios e valores do Código de Ética. Esta situação colabora para a reprodução e a manutenção dos mecanismos sincréticos do Serviço Social, ou seja, de práticas burocratizadas, imediatistas, empiricistas e tradicionais no meio profissional.

Como podemos perceber, a manutenção de práticas conservadoras e tradicionais no meio profissional, apesar da vigência de um projeto profissional (principalmente no plano teórico) crítico deve-se: à falta de compreensão e absorção da teoria social de crítica (de inspiração marxiana) pelos agentes profissionais e à rearticulação de tendências conservadoras e neoconservadoras no interior da profissão, bem como as dificuldades do momento sócio-histórico em que estamos vivendo.

Apenas as **vanguardas** da profissão têm se apropriado dos avanços teórico-políticos ocorridos na profissão nos últimos anos⁶². Assim, parece-nos que a ruptura com o conservadorismo profissional, bem como a adesão ao projeto ético-político da profissão, foi hiperdimensionada pelos agentes profissionais, principalmente, por aqueles ligados à esta vanguarda profissional. Como nos afirma Netto:

A dinâmica das vanguardas profissionais, altamente politizadas, ofuscou a efetividade da persistência conservadora: quem quiser apreender o perfil ídeo-político da categoria examinando as moções e resoluções dos congressos na década de oitenta certamente terá o retrato de um exército militante de combatentes anticapitalistas... Nada mais distanciado da realidade: o conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual. (...). (Netto, 1996a: 112).

⁶¹ Sobre o assunto, cf. Relatórios das oficinas da ABEPSS, 2002.

⁶² Sobre o assunto, cf. Vasconcelos, 2002.

O projeto ético-político profissional, como podemos observar, desenvolve-se na contramão da história; sua manutenção e ampliação dependem da “(...) vontade majoritária da categorial profissional — mas não só dela: depende também do revigoramento do movimento democrático e popular, tão pressionado e acuado (...) (Netto, 1999:107).

Analisando o quadro atual, nos questionamos sobre quais são as bases da hegemonia do projeto ético-político profissional, isto é, quais são as bases de legitimidade desta corrente teórico-metodológica no interior da profissão. O projeto ético-político profissional é realmente hegemônico no meio profissional?

Vale ressaltar que não estamos defendendo a unicidade de pensamento, pois o campo profissional não é um campo identitário, homogêneo. Entretanto, mesmo sendo permeadas por diversos projetos societários e profissionais, as profissões têm projetos profissionais hegemônicos, isto é, projetos que direcionam o debate e a prática dos profissionais. Dito de outro modo:

Mais exatamente, toda categoria profissional é um campo de tensão e de lutas. A afirmação, no seu interior, de um projeto profissional não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se pelo debate, pela discussão, pela persuasão — enfim, pelo confronto de idéias e não por mecanismos excludentes. Mas sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo. (Netto, 1999:96).

Estamos, portanto, diante de um dilema: conseguiremos aprofundar a relação da profissão com a teoria social crítica ou permaneceremos atrelados a uma perspectiva conservadora? Com base nas argumentações apresentadas aqui, podemos afirmar que o projeto ético-político carece de aprofundamento tanto no âmbito da formação quanto no da prática profissional.

Capítulo III - A prática dos assistentes sociais e o projeto ético-político profissional: desafios e possibilidades

Neste capítulo objetivamos efetuar uma análise acerca das determinações/mediações necessárias para a objetivação/efetivação do projeto ético-político profissional na prática dos assistentes sociais, com vistas ao seu aprofundamento na contemporaneidade. A profissão, estimulada e impulsionada pela renovação teórico-cultural promovida pelo Movimento de Reconceituação⁶³, nos anos 60, iniciou um processo de interlocução profícuo com a teoria social marxiana, interlocução que culminou nos anos 90 com a construção do chamado projeto ético-político profissional. Em outras palavras:

Confrontados com os impasses que se cronificavam na sua intervenção profissional, e para os quais não obtinham clarificação nas referências tradicionais de que dispunham, os assistentes sociais mais inquietos voltaram-se para aquelas correntes mais “críticas”. No entanto, não creio que este tenha sido o principal detonador do diálogo que, a partir dos anos 60, se instaura entre os setores do serviço social e a tradição marxista — ainda que as citadas correntes “críticas” possam ter facilitado uma remissão inicial à tradição marxista para muitos assistentes sociais. Entendo que o diálogo entre os setores do serviço social a partir da década de 60, e envolvendo diferencialmente segmentos profissionais (notadamente docentes) em algumas áreas capitalistas desenvolvidas (América do Norte, Europa Ocidental) e muitas áreas capitalistas periféricas (com especial destaque para a América Latina), na intercorrência de três fenômenos: crise do serviço social tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil. A inépcia dos padrões profissionais consagrados pela tradição, bem como suas referências ideais, em face de processos de precipitação e efervescência sociais emergentes deflagrou um movimento de politização (...). (...) (Netto, 1989:96/7).

Assistimos, a partir dos anos 90 o profundo amadurecimento do Serviço Social brasileiro; amadurecimento este que lhe conferiu lugar de destaque no interior das chamadas ciências sociais. Este amadurecimento se deve prioritariamente à consolidação da produção teórica, tanto qualitativamente quanto quantitativamente do Serviço Social brasileiro; todavia, estes avanços parecem não ter encontrado respaldo na prática dos assistentes sociais,

⁶³Vale ressaltar que o Movimento de Reconceituação não foi um movimento homogêneo. Sobre o assunto, cf. Netto (1998).

conforme nos afirmam Netto (1999) e Vasconcelos (2002) em sua pesquisa acerca do trabalho dos assistentes sociais no setor de saúde do município do Rio de Janeiro. Em outras palavras:

Ainda nos anos 70, quando, por decorrência da Reforma Universitária imposta pela ditadura, o Serviço Social encontrou seu espaço de legitimação na academia, surgem os cursos de pós-graduação profissionais (primeiros os mestrados, seguidos, já na década de 80 pelo doutoramento: as especializações serão implementadas posteriormente). É no âmbito da pós-graduação, cujos primeiros frutos se colhem na passagem da década de 70 à de 80, que vai iniciar-se e, nos anos seguintes, consolidar-se a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, num processo em que, pela primeira vez, a categoria principiou a sua acumulação teórica. (...). Um balanço da produção mostra que, apesar de muito desigual, ela engendrou uma massa crítica considerável, que permitiu à profissão estabelecer uma interlocução fecunda com as ciências sociais e, sobretudo, criar e revelar quadros intelectuais respeitados no conjunto da categoria e, inclusive, em outras áreas de saber. (...). (Netto, 1999:101/2).

Todavia, a pesquisa realizada por Vasconcelos (2002), nos demonstra que a compreensão e o entendimento da direção social da profissão pelos profissionais ainda são substancialmente reduzidos, muitos são os elementos que contribuem para esta dificuldade, a saber: a forma enviesada como o marxismo foi absorvido pela profissão, a reprodução do conservadorismo profissional, a complexidade desta teoria social, dentre outras coisas. O marxismo, tendência teórico-metodológica que orienta o Serviço Social brasileiro, nestes últimos 30 anos tem como fundamento a:

(...) análise radicalmente crítica da emergência e desenvolvimento, da consolidação e dos vetores de crise da sociedade burguesa e do ordenamento capitalista. Nesta teoria social, o traço peculiar, mas pertinente e decisivo refere-se ao seu cariz *histórico-ontológico*. De um lado, a história aparece como o próprio constitutivo da reflexão teórica e a tensão entre razão e história se resolve no seu plano mesmo: a razão se historiciza e a história se torna racional. De outra, esta reflexão teórica não se propõe como matriz ideal, modelo intelectual ou paradigma de explicação do real; ela se instaura como re-produção ideal do movimento real do próprio ser social — instaura-se como re-construção, no nível da razão, do modo de ser do ser social. Antes de mais, esta teoria articula-se sobre a *perspectiva de totalidade*: a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que, eles mesmos, possuem uma estrutura de totalidade — de maior ou menor complexidade. A categoria de totalidade, nesta angulação, é

simultaneamente a categoria central da realidade histórico-social e a categoria nuclear da sua re-produção teórica. (Netto, 1982:92/3, grifos no original).

O rigoroso trato teórico e histórico constitui o cerne da teoria social marxiana, esta teoria social requer de seus interlocutores uma postura rigorosamente investigativa e crítica, que possibilite a compreensão da realidade social em sua totalidade e complexidade, ou seja, a materialização desta perspectiva teórica e política demanda de seus interlocutores uma sólida formação acadêmica, cultural e política, isto é: demanda,

(...) a identificação dos determinantes sociais do processo (...) evidenciando a complexidade das questões que os envolvem — econômicas, sociais, culturais, habitacionais, psicológicas e políticas, ambientais — o que depende de uma formação especial, conhecimentos e práticas de alta complexidade; exige ainda planejamento e ações que demandam a incorporação de conhecimento e práticas de distintos campos — como da economia, política, sociologia, comunicação social, educação, antropologia, psicologia. (...) requer uma formação na sua área específica, exige, também, romper com barreiras entre as disciplinas. (Vasconcelos, 2002:440).

Além do rigoroso trato teórico e histórico, esta matriz teórico-metodológica prima pela unidade entre teoria e a prática; segundo Vázquez, a atividade teórica em si não é práxis, ela só adquire plenitude na prática concreta dos homens; logo, teoria e prática são faces de uma mesma moeda, são unidade na diversidade; todavia, teoria e prática têm peculiaridades próprias: a primeira tem como finalidade o conhecimento e o desvendamento do mundo; a segunda, sua transformação, por isso, uma não existe sem a outra. Em outras palavras,

(...) a atividade teórica por si só não é práxis, afirma-se, também, que enquanto a teoria permanece em seu estado puramente teórico não se passa dela à práxis e, por conseguinte, esta de certa forma é negada. Temos, portanto, uma contraposição entre teoria e prática que tem sua raiz no fato de que a primeira, em si, não é prática, isto é, não se realiza, não se plasma, não produz nenhuma mudança real. Para produzir tal mudança não basta desenvolver uma atividade teórica; é preciso atuar praticamente. Ou seja, não se trata de pensar um fato, e sim de revolucioná-lo; os produtos da consciência têm que se materializar para que a transformação ideal penetre no próprio fato (...). (Vázquez, 1968:209).

Para uma teoria ser considerada verdadeira, ela necessita passar pelo crivo da prática, ou seja, é a prática que determina se uma teoria consegue ou não explicar a realidade social. A prática, para a teoria social marxiana, é o "critério da verdade". Dito de outro modo,

(...) a verdade de um pensamento não pode fundamentar-se se não sair da própria esfera do pensamento. Para mostrar sua verdade, tem que sair de si mesmo, plasmar-se, adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática. Só então, situando-o em relação a práxis enquanto esta se encontra impregnada por ele, e o pensamento, a seu turno, é, na práxis um pensamento plasmado, realizado, podemos falar de sua verdade ou falsidade. É na prática que se prova e se demonstra a verdade, o "caráter terreno" do pensamento. Fora dela, não é verdadeiro nem falso, pois a verdade não existe em si, no puro reino do pensamento, mais sim na prática. (Vázquez, 1968:155/6).

Conforme vimos afirmamos no capítulo anterior, o Código de Ética Profissional de 1993, além da parte normativa, presente em qualquer código de ética, apresenta um projeto de profissão, isto é, apresenta uma antecipação ideal de uma realidade futura. Dito de outro modo:

(...) a atividade teleológica traz implícita uma exigência de realização, em virtude da qual se tende a fazer da finalidade uma causa da ação real. Com efeito, enquanto antecipação ideal de um resultado real que se pretende alcançar, o objetivo é também a expressão de uma necessidade humana que só se satisfaz atingindo-se o resultado que aquele prefigura ou antecipa. Por isso não se trata apenas de uma antecipação ideal do que está por vir, mas sim de algo que, além disso, queremos que venha. E, nesse sentido, é causa de ação e determina — como futuro — nossos atos presentes. (Vázquez, 1968: 191).

Ou seja, para que este projeto profissional adquira legitimidade na categoria, faz-se necessária a sua objetivação na prática dos assistentes sociais; isto só acontecerá se os profissionais articularem os princípios e valores do código de ética ao seu exercício profissional cotidiano. Faz-se necessário, portanto, pensarmos e criarmos estratégias para que os princípios e valores do Código de Ética adquirira hegemonia no meio profissional.

A consolidação e a efetivação do projeto ético-político profissional na prática profissional cotidiana dos assistentes sociais é, sem dúvida um dos maiores desafios para os sujeitos políticos identificados com esta perspectiva teórico-metodológica na atualidade. A

efetivação do projeto ético-político profissional, contudo não depende somente da qualificação e do compromisso individual do assistente social: requer o compromisso da categoria como um todo, exige organização política e análise crítica da realidade para compreensão do momento histórico no qual vivemos e suas implicações para o exercício profissional, exige construção de ações que levem à superação do quadro macro-societário.

A consolidação deste projeto profissional na prática dos assistentes sociais é a condição *sine qua non* para da atual direção social no meio profissional, ou seja, é a condição para que o profissional transcenda o plano da petição de princípio ou da mera intencionalidade e ouse construir uma prática direcionada à consolidação dos direitos dos usuários dos serviços.

A afirmação de um *perfil profissional propositivo* requer um profissional de *novo tipo*, comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo em que “tudo que é sólido, desmacha no ar”. Profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho — ali presentes como possibilidades — transformando-as em alternativas profissionais. (Iamamoto, 1998: 145, grifos no original).

Todavia, passados mais de 20 anos do processo de renovação do Serviço Social brasileiro e 10 anos da construção do projeto ético-político profissional, a prática dos assistentes sociais inseridos na Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro ainda permanece atrelada aos ideais conservadores e tradicionais, os quais colaboram para manutenção de práticas reiterativas e burocratizadas no meio profissional, conforme podemos verificar na pesquisa realizada por Vasconcelos (2002).

A maioria dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, apesar de afirmarem defender os princípios e valores do Código de Ética profissional — que implica na adesão teórica e política de uma determinada teoria social: o marxismo —, na sua efetivação, isto é, na sua prática, acabam por reproduzir ações reiterativas e burocratizadas que, muitas vezes, inviabilizam o exercício dos direitos sociais pelos usuários dos serviços:

Contrariando os direitos dos usuários, as rotinas vigentes nas unidades de saúde impedem que as informações necessárias circulem entre os usuários, na medida em que os isolam, individualizam, fragilizam. Por outro lado, os espaços que possibilitariam o debate, a crítica, o acesso a informação são substituídos por espaços de apoio, alívio de tensão, de criação de ambiente harmônico, submissão, através da atenção vertical, impositiva, focalizada, ainda que pareça espaço/atendimento articulado aos interesses dos usuários, como a maioria dos plantões do Serviço Social. Como o plantão, as consultas médicas, sem produzir diagnóstico algum, não informam, não referenciam, não educam, ou seja, constituem **uma atenção deseducativa e despolitizante**. Nos plantões de Serviço Social, o usuário frequentemente chega chorando, reclama, pede e é ouvido atentamente pelo assistente social — um ouvido de qualidade e de autoridade. Por vezes, é atendido em seu pedido — encaminhamento para um recurso externo, inserção na rotina para uma consulta rápida —, mas mesmo não tendo a demanda atendida, recebe atenção (com explicações, informações, apoio e alívio de tensão) que, sem perceber, é reprimido e imobilizado na luta pelo seu direito, ainda que com o maior “carinho e respeito”. (Vasconcelos, 2002:246, grifos no original).

Os assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde, ao “(...) não conseguirem perceber a complexidade das mediações necessárias para superar a conquista formal do direito à saúde (...), encaram e realizam as ações de saúde e também na assistência como favor, caridade, benemerência, ajuda”. (Vasconcelos, 2002:440).

A manutenção de práticas reiterativas e burocratizadas entre os assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde evidencia que a incorporação da teoria social marxiana não redundou em uma alteração da prática profissional dos assistentes sociais uma vez que, apesar da renovação teórico-cultural experimentada pela profissão nos últimos anos, no âmbito da prática profissional parecem imperar os ditames do pensamento conservador (de cunho positivista). Dito de outro modo:

Não é na teoria, no conhecimento e na qualificação do embate ético-político que a maioria dos assistentes sociais busca a base de sustentação para ver respeitados os princípios que defende e/ou a realização de seus objetivos. Buscam sustentação nas suas crenças, nos seus valores pessoais, na sua visão aparente da realidade; **aí está uma das medidas da sua subalternidade, que se estende à profissão que escolheram**. Constitui-se, assim, problema que a categoria vem enfrentando e reproduzindo desarticuladamente nos espaços acadêmico e nos espaços de trabalho: **os assistentes sociais**

que estão na implementação e operacionalização dos serviços sociais não tiveram e continuam não tendo acesso a um mínimo de formulações para implementação dos princípios básicos de um Serviço Social que realmente possa contribuir no desenvolvimento de sujeito de direito — princípios expressos, principalmente, no Código de Ética profissional dos assistentes sociais. Deparamo-nos com os assistentes sociais voltados totalmente para a atenção a demandas espontâneas. (Vasconcelos, 2002:425/6, grifos no original).

Conforme nos afirma Bravo, os avanços e conquistas obtidos pela profissão nos anos 80 não rebateram no exercício profissional; por isso, a autora relata que:

É impossível falar do Serviço Social sem se referenciar aos anos 80. Estes são fundamentais para o entendimento da profissão hoje, pois significam o início da maturidade da tendência atualmente hegemônica na academia e nas entidades representativas da categoria — intenção de ruptura — (...) e com isso, a interlocução real com a tradição marxista. No entanto, os profissionais desta vertente se inserem, na sua maioria, nas Universidades, onde, dentro do processo de renovação da profissão, pouco efetivamente intervêm nos serviços. Se o Serviço Social cresceu na busca de fundamentação e consolidação teóricas, poucas mudanças conseguem apresentar na intervenção. Sem dúvida, para se avançar hoje na profissão, se faz necessário recuperar as lacunas da década de 80. E a intervenção é uma prioridade, pois poucas alterações trouxeram os ventos da vertente de intenção de ruptura para o cotidiano dos serviços. (...) ⁶⁴. (Bravo, 2004:34).

A interlocução do marxismo com a profissão, como podemos perceber, redundou na construção de um novo *ethos* profissional afinado com os avanços conquistados por esta categoria nos últimos 30 anos, mas não foi ainda capaz de imprimir ao âmbito da prática profissional seus ganhos ⁶⁵. Vale ressaltar que, o fato desta interlocução não ter redundado em prática profissional diferenciada não significa que esta perspectiva teórica não tenha legitimidade no meio profissional; entretanto, somente esta legitimidade não é suficiente para que esta tendência teórico-metodológica adquira hegemonia no meio profissional.

⁶⁴ Segundo a autora, a resolução dos dilemas em relação à concretização dos princípios e valores do projeto ético-político profissional está hipotecada à resoluções das lacunas existentes na profissão nos anos 80. Sobre o assunto, cf. Bravo (2004).

⁶⁵ Vale ressaltar que alterações desta natureza levam algum tempo para serem efetivadas e dependem substantivamente da correlação de força no interior da sociedade que, atualmente, encontra-se bastante desfavorável para o florescimento de uma cultura democrática e humanista.

A partir dos dados levantados por Vasconcelos (2002), podemos afirmar que os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde apenas reproduzem o discurso das **vanguardas** profissionais⁶⁶, sem, no entanto, se apropriarem do significado real deste projeto para seu exercício profissional; os assistentes sociais não conseguem expressar em ações concretas, os princípios e valores do projeto ético-político profissional.

Para nós, isto acontece porque os profissionais não conseguem se apropriar do debate teórico-político que dá sustentação ao referido projeto: a teoria social crítica marxiana — vale ressaltar que não pensamos ser esta a única questão que impossibilita a efetivação do projeto ético-político profissional na prática dos assistentes sociais; outros elementos contribuem, significativamente, para a complexificação desta situação, a saber: a rearticulação de tendências conservadoras e neoconservadoras no interior da profissão e a crise do sistema capitalista que acarreta inúmeras conseqüências para o país e para a profissão. Por isso, não conseguem plasmar este projeto no cotidiano de trabalho, conforme nos afirma Vasconcelos:

Se, para o cidadão comum, está cada vez mais difícil e longínqua a possibilidade de entender as contradições e a complexidade da organização social capitalista, para um profissional que trabalha com a “questão social”, fruto desta organização social, um mínimo de preparação teórica, técnica, política e ética torna-se determinante e, dependendo dos objetivos propostos, uma preparação necessária. Neste sentido, o desvendamento e a compreensão da realidade para o cidadão comum são necessários para o exercício de sua cidadania, ainda que facultativos, na medida de sua consciência, interesses e possibilidades. Mas para os profissionais que têm como objeto dar respostas às demandas postas pela maioria dos trabalhadores, a clareza e a segurança da perspectiva teórica e ética e preparação política com o objetivo de compreender e desocultar e se definir diante dos meandros/movimentos da realidade é uma necessidade. Esta clareza e segurança são determinantes e essenciais, não só na qualificação da preparação técnica, mas no planejamento e realização de um trabalho profissional de qualidade, em que não cabe “a flexibilidade teórico-metodológica” como possibilidade de apreensão do objeto de trabalho, expressão da totalidade social. Ou seja, principalmente após a Constituição de 1988, a defesa ética, política e prática, pelos

⁶⁶ Denominamos vanguarda, com base em Lênin, os estratos mais esclarecidos de um grupamento social; no caso da profissão, esta vanguarda, ao nosso ver, é constituída, esmagadoramente, mas não só por docentes.

profissionais, dos interesses e necessidades da maioria dos trabalhadores brasileiros, no serviço público ou privado, não é faculdade é **dever**. No entanto, a redução do trabalho profissional ao engenho ou talento do assistente social em tratar bem e/ou com humanidade o usuário ou ao desejo e boa intenção é fruto não só da falta de preparação ética, política, teórica e técnica — preparação que nunca está pronta de forma acabada —, mas, antes de tudo, da aceitação histórica pelos próprios assistentes sociais da pouca exigência em relação à formação graduada e continuada, começando pela escolha de uma profissão que exige baixa pontuação em relação às demais profissões pra aprovação no vestibular e da justificativa continua dessa percepção a partir — e aqui não resultado de má consciência e sim de falta de consciência — da concepção de que cabe a pobreza uma atenção humana, não importando que seja pobre. (Vasconcelos, 2002:421).

Além de não ser referência para a prática profissional, o projeto ético-político também não penetrou suficientemente no âmbito da academia. No âmbito acadêmico, além das críticas à atual direção da profissão, percebemos que há um desconhecimento desta matriz teórico-metodológica por parte dos professores alunos. Os professores, agentes privilegiados da formação profissional, não conhecem e não conseguem se apropriar da perspectiva teórico-metodológica que orienta o projeto ético-político profissional⁶⁷. Nos vários encontros de que participamos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), observamos que parte significativa dos professores não incorpora a teoria social que embasa o projeto profissional⁶⁸ — isto, com certeza, acarreta grandes implicações para a formação profissional dos assistentes sociais. Em outras palavras:

A primeira grande questão que se coloca nesse bloco⁶⁹ é o não conhecimento das Diretrizes Curriculares, por parte do conjunto dos

⁶⁷ Vale ressaltar que esta afirmação está assentada nas observações que tomamos parte nos vários espaços de debate da categoria, principalmente nas oficinas e congressos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁶⁸ Quando afirmamos que os professores têm dificuldade de compreensão da teoria social que orienta o projeto profissional, estamos tomando como base os relatos dos professores que participam das oficinas e encontros da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, entretanto sabemos que somente estes relatos são insuficientes para dar conta da complexidade deste tema. Por isso, reconhecemos que a pesquisa realizada pela ABEPSS sobre a avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares nas unidades de ensino, poderá contribuir significativamente para um conhecimento mais profundo desta questão. Sobre o assunto, cf. relatórios da ABEPSS, 2002.

⁶⁹ Tal bloco refere-se ao debate no interior da oficina sobre as implicações das Diretrizes Curriculares no processo de ensino-aprendizagem e sobre a dimensão ético-política da profissão.

docentes e supervisores presentes. E nem todos o que conhecem, conseguem apreender a lógica por ela colocada (por exemplo, áreas temáticas confundidas com os núcleos de fundamentação expresso nas Diretrizes Curriculares, ou apropriação dos núcleos de fundamentação como grupo de pesquisas nas Unidades de Ensino). Tal constatação, por si só, inviabiliza a discussão das implicações das Diretrizes Curriculares no processo ensino-aprendizagem. (Relatório da oficina regional – Leste, 2002:6).

Quando tomamos conhecimento dos resultados da pesquisa realizada por Vasconcelos (2002) em relação ao exercício profissional dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro⁷⁰, área de maior concentração de profissionais, nos perguntamos: quais são as bases de hegemonia deste projeto profissional entre os assistentes sociais — isto é, qual a sua capilaridade no meio profissional?

Os dados explicitados por Vasconcelos (2002), nos levaram a concluir que, os princípios e valores do projeto ético-político profissional ainda não são hegemônicos⁷¹ na categoria; apesar de ser a referência teórico-metodológica para a formação e o exercício profissional, este projeto não se plasma no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Hegemonia segundo Gramsci (*apud* Coutinho, 1996:54), implica em “ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso”, para o projeto ético-político constitui-se como uma direção hegemônica ele necessitaria ser a referência para o trabalho dos assistentes sociais. Conforme vimos em Vasconcelos (2002), parte significativa dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde desconhece os princípios e valores preconizados pelo Código de Ética profissional.

Uma outra questão importante a considerar é que a defesa dos princípios e valores do projeto ético-político profissional não é assumida, exclusivamente, por marxistas. No interior

⁷⁰ Uma questão importante que temos que levar em conta é que o Rio de Janeiro é um dos centros mais desenvolvidos do país, tanto economicamente quanto culturalmente; se a prática profissional dos assistentes sociais na cidade encontra-se neste patamar, como não estará em outros municípios menores.

⁷¹ Nos termos de Gramsci, *apud* Coutinho (1999).

deste projeto profissional coabitam diversas tendências teórico-políticas, nem sempre convergentes. Esta coexistência, nem sempre pacífica, constitui uma característica dos projetos profissionais, já que, conforme nos afirma Netto, a profissão é “(...) uma unidade não-identitária, uma unidade de elementos diversos; nela estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, ela é um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes”. (Netto, 1999:96). Entretanto, o fundamental é saber qual perspectiva teórico-política tem hegemonizado o debate profissional, isto é, qual tendência tem direcionado a prática e a formação profissional dos assistentes sociais brasileiros⁷².

Diante deste cenário complexo e contraditório, cabe nos perguntar: quais são as mediações/determinações necessárias para a efetivação destes princípios e valores na prática dos assistentes sociais? quais são as determinações que possibilitam uma real articulação do projeto ético-político profissional à prática dos assistentes sociais?

Pensamos que as determinações que possibilitam a efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político na prática profissional dos assistentes sociais passam, necessariamente, mas não exclusivamente, pela formação do profissional. A esta formação profissional sólida, deve aliar-se formação política e cultural dos profissionais.

A formação profissional necessita proporcionar ao assistente social, através de uma formação generalista, a capacidade de desvendar da realidade social, ou seja, de conectar o profissional “à análise das tendências macroscópicas (o que supõe forte investimento na pesquisa da realidade e a apropriação de categorias e procedimentos da teoria social moderna) e aos objetivos e valores do projeto social (...)”. (Netto, 1996a: 123). Isto é, a formação profissional precisa fornecer ao assistente social as ferramentas necessárias para a

⁷² As várias tendências teórico-políticas que atuam no debate profissional, tem visões diferenciadas deste projeto, entretanto, no debate político todas afirmam defende-lo. Até mesmo, as tendências que são totalmente contrárias a perspectiva teórica que embasa o referido projeto, afirmam defende-lo, como é o caso do Serviço Social clínico. Os princípios e valores defendidos pelo projeto ético-político profissional parecem agradar a todos, mas com certeza a concepção que cada tendência tem deles são diferenciadas.

compreensão das grandes matrizes do pensamento social, em especial da teoria social crítica (marxiana), que é, segundo Lowy, o mirante mais alto do conhecimento social. Dito de outra forma:

(...) a superioridade epistemológica da perspectiva proletária não é somente a das classes revolucionárias em geral, mas tem um caráter particular, qualitativamente diferente das classes do passado, específica ao proletariado enquanto última classe revolucionária e enquanto classe cuja revolução inaugura o “reino da liberdade”, isto é, a dominação consciente e racional dos homens sobre sua vida social. Neste sentido, a ciência ligada à visão proletária de mundo (por exemplo, o marxismo) é uma forma de transição para a ciência da sociedade sem classes, que poderá atingir um grau muito mais elevado de objetividade, porque o conhecimento da sociedade deixará de ser o palco de uma luta política e social entre as classes antagônicas. (...) Neste sentido, parafraseando Sartre, o ponto de vista do proletariado é o horizonte científico de nossa época. (Lowy, 1998:209).

A construção deste perfil profissional requer que os assistentes sociais decifrem a realidade social em toda sua complexidade e totalidade; segundo Yamamoto, esta é a condição para a consolidação do projeto ético-político no meio profissional; por isso, faz-se necessário que o profissional se comprometa com a análise criteriosa da realidade social e de seu cotidiano de trabalho. Dito de outro modo:

Orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mais também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa, ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade. (...) Um horizonte é incorporar a pesquisa como atividade constitutiva do trabalho profissional, acumulando dados sobre as múltiplas expressões da questão social, campo em que incide o trabalho do assistente social. (...) A pesquisa é ainda um recurso importante no acompanhamento da implementação e avaliação das políticas, subsidiando a (re) formulação de propostas de trabalho capazes de ampliar o espaço ocupacional dos profissionais envolvidos. A consolidação acadêmica da área supõe o reforço da produção

acadêmica, do investimento em pesquisa, e estímulos à publicação dos resultados alcançados. (Iamamoto, 1998: 144/6).

A reformulação do currículo de 1993, efetuada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, tinha como objetivo a construção deste novo perfil profissional, calcado na defesa do rigoroso trato teórico, histórico e metodológico, com a adoção de uma teoria social crítica que possibilitasse a apreensão das dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. Ou seja, buscou-se construir um projeto de formação profissional que oportunizasse ao profissional adquirir novas capacidades para o desvendamento e intervenção na realidade social. Em outras palavras, “a competência profissional crítica é indissociável da elevação da qualidade do ensino superior (...). Ela fornece bases para a leitura da realidade e o desempenho profissional voltado para a materialização do projeto profissional (...)”. (Iamamoto, 1998:147). Vale ressaltar que somente uma sólida formação teórica não contribui para superação dos mecanismos sincréticos que permeiam o universo profissional. Uma sólida formação teórica pode abrir o caminho para a “construção de novas alternativas no exercício profissional”. (Iamamoto, 1998:53).

Para a efetivação desta formação profissional de qualidade, a Universidade adquire um papel fundamental na formação e a capacitação continuada dos assistentes sociais⁷³; cabe ela a formação teórica dos profissionais; todavia, a universidade brasileira, desde início dos anos 90, vem passando por um processo de dismantelamento que a tem impedido de cumprir seu papel de propulsora do conhecimento social, de socializadora do saber científico.

Este modelo de ensino em curto prazo produzirá conseqüências desastrosas para o sistema educacional em nosso país; os rebatimentos desta crise na profissão são notórios:

⁷³ Vale ressaltar que, as entidades da categoria, muitas vezes, em parceria com as universidades tem realizado cursos de capacitação continuada dos assistentes sociais, como por exemplo, o curso Ética e Movimento (do Conjunto CFESS/CRESS) e o curso de capacitação realizado em conjunto com a UNB. Entretanto, estas ações ainda são isoladas e descontínuas.

assistimos a abertura desenfreada de cursos de Serviço Social, principalmente em estabelecimentos particulares, nos quais o controle da qualidade do ensino e da direção social dos cursos é quase impossível. Estas unidades de ensino dificilmente se filiam à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), instância de articulação acadêmica e política da formação profissional, o que dificulta a ação política exercida por esta entidade na consolidação da atual direção social da profissão; tais instituições, em sua maioria, direcionam seus currículos tendo como referência teórico-metodológica, as teorias do Serviço Social tradicional. É, pois, provável que, esta reforma educacional tenha, em curto e médio prazo, implicação de grande monta para a formação profissional dos assistentes sociais⁷⁴. Dito de outro modo:

A dimensão teórica do projeto ético-político, com a redução do Estado, e suas conseqüentes restrições orçamentárias, poderá enfrentar dificuldades quanto a restrições aos financiamentos públicos de pesquisa, como também, por conta da progressiva mercantilização das universidades públicas, com degradação das condições de trabalho dos docentes que poderão atingir direto as bases acadêmicas pelas quais, historicamente, o Serviço Social brasileiro pôde avançar teoricamente, conquistando reconhecimento nos espaços universitários. Isto pode acarretar uma fragilização da base teórico-acadêmica do projeto profissional, a saber, dos espaços de formação e dos grupos de pesquisa consolidados que, por meio dos seus cursos de graduação e, notadamente, de suas pós-graduações, plantaram os pilares acadêmicos que sustentam e contornam a dimensão teórica do projeto ético-político, materializada em extensa e qualificada produção de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, a irresponsável política de ampliação do ensino superior gestada no governo FHC, que colocou um novo problema ao projeto profissional: a dificuldade de incorporar os novos cursos à agenda político-profissional de suas entidades. Ao mesmo tempo, se persistir a tendência de redução do Estado, de desregulamentações e flexibilizações dos seus mecanismos regulatórios, poderemos nos deparar com situações que concorrem no sentido de enfraquecimento de nossos instrumentos coletivos de direção social da formação profissional. As alterações das Diretrizes Curriculares realizadas ainda na gestão Paulo Renato no Ministério da Educação são exemplares neste sentido, uma vez que indicaram um claro intuito de fragilizar os instrumentos coletivos de direção social, flexibilizando seus conteúdos, fundamentos e princípios. (Braz, 2004:60/1).

⁷⁴ Sobre o assunto, cf. capítulo II.

A não incorporação dos referenciais das Diretrizes Curriculares pelas unidades de ensino, em sua maioria particulares, reforça uma concepção de formação profissional profundamente instrumental, conservadora e tradicional. Como observamos nos encontros realizados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, os currículos dessas unidades de ensino reproduzem a dicotomia entre teoria e prática em seus projetos pedagógicos: na maioria destes currículos há uma separação clara entre formação geral e formação profissional⁷⁵; esta orientação da formação profissional talvez explique por que não há uma diferença significativa entre os assistentes sociais formados nas décadas anteriores à vigência do projeto ético-político e os formados em sua vigência, conforme nos revela Vasconcelos (2002)⁷⁶:

(...) independente da unidade e do ano de formação; das leituras realizadas e das referências teóricas que adotam; de uma aproximação maior ou menor com as indicações do Código de Ética do assistente social e da Constituição; das características da unidade de saúde onde realizam o trabalho e das características da população atendida; de uma articulação maior ou menor com os órgãos de representação da categoria/usuários/cidadãos; de ser supervisor de alunos ou não e ter uma articulação e/ou aproximação, maior ou menor, com as unidades de ensino; de uma análise mais superficial ou mais crítica da realidade social; de gostar ou não da profissão e de considerar necessário investir na formação profissional continuada; de uma aproximação maior ou menor com os diferentes Conselhos de Saúde e órgãos de representação dos usuários, **os assistentes sociais da SMS, majoritariamente, prestam seus serviços a uma demanda, em sua maioria, espontânea ou encaminhada por outros profissionais de saúde, o que como vimos, em grande parte, reproduz as ações do plantão.** Ademais, os assistentes sociais, em sua maioria, se não portam condições de articular os dados da realidade a que têm acesso no cotidiano de sua prática, também não os valorizam, o que resulta na sua **não sistematização**, dificultando ainda mais a **projeção, priorização e avaliação de suas ações.**(Vasconcelos, 2002: 418/9, grifos no original).

⁷⁵ Para maior aprofundamento sobre o assunto, cf. relatórios da ABEPSS (2002).

⁷⁶ Conforme vimos defendendo neste trabalho, a adesão da profissão ao marxismo não redundou em uma mudança radical da prática profissional; esta permanece atrelada aos ditames do pensamento conservador; somente uma parcela ínfima da categoria tem conseguido se apropriar e conseqüentemente, expressar em ações concretas, os avanços e conquistas obtidos nos últimos trinta anos na sua prática profissional. Sobre o assunto, cf. Vasconcelos (2002).

Além da formação acadêmica propriamente dita, pensamos que o profissional necessita ter vivência política para melhor efetuar a relação teoria e prática. A política, segundo a tradição marxiana, é uma das formas de objetivação humana; ela é uma instância ineliminável da vida social. Em outras palavras:

(...) Na medida em que sua atividade toma por objeto não o indivíduo isolado, mas sim grupos ou classes sociais, e inclusive a sociedade inteira, ela pode ser denominada de práxis social, ainda em sentido amplo toda prática (inclusive aquela que tem como objeto direto a natureza) se revista de um caráter social, já que o homem só pode levá-la a cabo contraindo determinadas relações sociais (relações de produção na práxis produtiva) e, além disso, porque a modificação prática do objeto não humano se traduz, por sua vez, numa transformação do homem como ser social. Num sentido restrito, a práxis social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política. (...) Se o homem existe, enquanto tal, como ser prático, isto em face da natureza exterior e em face de sua própria natureza, a práxis revolucionária e a práxis produtiva constituem duas dimensões essenciais de seu ser prático. Mas, por sua vez, uma e outra atividade, junto com as restantes formas específicas de práxis, nada mais são do que formas concretas, particulares, de uma práxis total humana, graças a qual o homem como ser social e consciente humaniza os objetos e se humaniza a si próprio. (Vázquez, 1968:200/2)

A atividade política constitui-se no

(...) choque e contraposição de idéias, projetos, programas, etc., e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política se vale de greves, manifestações, comícios e inclusive de métodos violentos. (...) a atividade política gira em torno da conquista, conservação, direção ou controle de um organismo concreto como é o Estado. O poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade. A práxis política pressupõe a participação de amplos setores da sociedade. Mas não se trata de uma atividade espontânea, ainda que nela se dêem atos espontâneos de determinados indivíduos ou grupos. Persegue determinados objetivos que correspondem aos interesses radicais das classes sociais, e em cada situação concreta a realização desses objetivos está condicionada pelas possibilidades objetivas inscritas na própria realidade. (Vázquez, 1968: 200/1).

Para nós, a atividade política possibilita a passagem do “reino da necessidade para o reino da liberdade”, ou seja, possibilita a supressão de um modo de organização social e a construção de uma outra sociedade pautada na liberdade e na igualdade entre os homens. Esta nova forma de organização social está assentada no:

(...) desaparecimento da subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho for somente meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades. (Marx, sem data: 214/5).

Além de possibilitar a construção de uma outra forma de organização social, a atividade política tem a capacidade de elevar, de suspender os mecanismos reiterativos do cotidiano. Dito de outro modo:

Em sua acepção ampla, política é identificada com liberdade, com universalidade, ou, a manipulação dos dados imediatos da realidade (recepção e manipulação que caracterizam grande parte da práxis técnico-econômica e da práxis cotidiana em geral), e que se dirigem, conscientemente, ao contrário, para a totalidade das relações objetivas e subjetivas (...) todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, ou seja, que todas elas contêm a política como um elemento real ou potencial ineliminável. (Coutinho, 2003:48).

Ao compreender as contradições existentes na realidade social, os sujeitos sociais podem elaborar com mais precisão as estratégias e ações para o seu enfrentamento. Quando pensamos, especificamente, na prática dos assistentes sociais nas instituições, avaliamos que se os profissionais dispõem de qualificação política, eles conseguem analisar com mais precisão as lutas e as disputas em seu ambiente de trabalho e, ao analisar as relações de poder existentes na instituição, conseguem perpesctivar com mais propriedade os limites e as possibilidades da sua prática profissional. A qualificação política possibilita ao profissional compreender os:

(...) liames do poder institucional, reforçando alianças que possibilitem reorientar as políticas institucionais, sensibilizando-as para as demandas reais e potencias das classes que conformam o público de nosso trabalho. Isso supõe dar densidade histórica, competência intelectual e técnica às nossas pretensões de vontade. Exige recursos teóricos e em horizonte político para decifrar a dinâmica conjuntural, os sujeitos coletivos aí presentes e suas relações com a profissão. (Iamamoto, 2000:125).

Quando afirmamos que o profissional necessita ter qualificação política, não estamos igualando a prática profissional à militância político-partidária; pelo contrário, estamos reforçando que a participação nos organismos de representação política (como partidos políticos, movimentos sociais etc) possibilitariam, aos profissionais, adquirirem esta qualificação política, que para nós constitui-se num elemento fundamental para o exercício profissional. Cabe aos assistentes sociais, segundo o Código de Ética Profissional, promover “a articulação com os movimentos de outras categorias que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores” (CRESS, 2000:16). Dito de outro modo:

O domínio teórico-metodológico só se completa e se atualiza ao ser frutificado pela história, pela pesquisa rigorosa das condições e relações sociais particulares em que se vive. Requer o acompanhamento da dinâmica dos processos sociais, como condição, inclusive, para a apreensão das problemáticas cotidianas que circunscrevem o exercício profissional. Expresso de outra forma, talvez mais clara: só o domínio de uma perspectiva teórico-metodológica, deslocada seja de uma aproximação à realidade, do engajamento político, ou ainda de descobrir e imprimir novos caminhos ao trabalho profissional. Corre-se o risco de cair no *teoricismo estéril*, uma vez que a metodologia nos oferece uma lente para leitura e explicação da realidade social, o que supõe a apropriação dessa mesma realidade. Por outro lado, a mera inserção política, desvinculada de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, mostra-se inócua para decifrar as determinações dos processos sociais. Conquanto a militância tenha impulsionado o potencial questionador da categoria profissional, dela não se pode derivar diretamente uma consciência teórica e uma competência profissional. (...) O Serviço Social dispõe de um caráter contraditório que não deriva dele próprio, mas do caráter mesmo das relações sociais que presidem a sociedade capitalista. (Iamamoto, 1998:54).

As instâncias de participação e organização política contribuem, decisivamente, para a elevação da consciência política dos sujeitos sociais; os partidos e movimentos sociais são

instâncias fundamentais para a construção da consciência e da organização política. Os sujeitos sociais que participam de uma determinada organização política têm uma consciência política mais elevada, isto é, mais elaborada do que aqueles sem nenhuma participação política.

O debate sobre a importância da dimensão política para o trabalho profissional ganhou importância a partir da interlocução da teoria social crítica (marxiana) com a profissão; deste momento em diante, a dimensão política da prática profissional começou a adquirir centralidade no debate profissional:

A partir de 1993, o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores. (...) Com isso, o Código contribui para o processo contraditório de construção de uma nova moralidade profissional direcionada socialmente para a ruptura com o conservadorismo e para a construção de uma nova cultura profissional democrática que colide com a hegemonia política do capital (...). Tais avanços permitem situar o atual Código de Ética como uma expressão significativa do acúmulo profissional dos anos 1980 e dos avanços teórico-políticos conquistados na sequência do Código de 1986, assinalando um novo e sólido patamar na trajetória do Serviço Social no Brasil. (Barroco, 2003:206/7).

Para a efetivação de uma prática profissional consciente, criativa e de qualidade, os profissionais necessitam ter, além de uma sólida formação profissional e política, vivência cultural. Para nós, cultura é o conjunto complexo de manifestações, representações e criações artístico-culturais determinadas pelo momento histórico, ou seja, a cultura de um país ou de uma época é a expressão ideal das relações sociais de produção e reprodução vigentes⁷⁷. Dito de outro modo:

Não se trata, (...) de postular uma significância adjetiva para a política cultural (e, por decorrência, para a cultura, como se esta forma um epifenômeno ou um subproduto da reprodução e do desenvolvimento sociais). Ao contrário: trata-se de inserir a política cultural (e a cultura) no tecido social e político vivo — o requerimento de colocar especificidades da questão cultural simultaneamente ao

⁷⁷ Sobre o assunto, cf. Netto (1998) e Reis (1998).

equacionamento de problemas candentes da vida social situa, à partida, o dilema da congruência da política cultural como o conjunto das políticas sociais de que ela faz parte. (Netto, 1998:44/6).

Sob o capitalismo, a cultura e as expressões culturais ganham um “outro valor de uso, o de um valor simbólico-ideológico significativo ao capital para sua legitimação e para reprodução existencial dos sujeitos”. (Reis, 1998:66).

Considerando todos os condicionantes sócio-históricos impostos pela realidade social à cultura ou às expressões culturais, entendemos que ela possibilita a expansão e a elevação dos indivíduos sociais; segundo Vázquez, a cultura e as expressões artísticas constituem a práxis artística:

(...) criação de objetos humanos ou humanizados que elevam a um grau superior a capacidade de expressão e objetivação humanas, que já se revela nos produtos do trabalho. A obra artística é, acima de tudo, criação de uma nova realidade, e posto que o homem se afirma, criando ou humanizando o que toca, a práxis artística — ao ampliar e enriquecer com suas criações a realidade já humanizada — é uma praxis essencial para o homem. Como toda verdadeira praxis humana, a arte se situa na esfera da ação, da transformação de uma matéria que perderá sua forma original para adotar outra nova: a exigida pela necessidade humana que o objeto criado ou produzido há de satisfazer. A arte não é mera produção material nem pura produção espiritual. Mas justamente por seu caráter prático, realizador e transformador, está mais perto do trabalho humano — sobretudo quando este não perdeu seu caráter criador — do que de uma atividade meramente espiritual. (Vázquez, 1968:198/9).

A cultura ajuda a expandir o universo dos sujeitos sociais: por exemplo, quando lemos um livro, assistimos a uma peça teatral (ou musical) ou vamos ao cinema, de alguma forma estamos expandindo nosso universo cultural; isto contribui para elevação de nossas habilidades intelectivas e abstrativas.

Por isso, pensamos que a vivência cultural possibilita uma melhor compreensão da realidade social e, conseqüentemente, melhor apreensão da relação teoria e prática. Em relação à formação profissional, propriamente dita, pensamos que a vivência cultural pode alargar o horizonte dos assistentes sociais. Segundo Albiero, a inclusão de atividades culturais

no curso de Serviço Social da Universidade de Bauru trouxe um ganho de qualidade na formação profissional dos estudantes. Nas palavras da autora:

Com as novas exigências do mercado de trabalho, alguns elementos como o domínio de línguas estrangeiras e da informática, tornam-se necessárias na formação profissional das alunas (...). No entanto, podemos afirmar que 66,67% não possuem domínio de línguas estrangeiras. Já em relação à informática, a realidade difere um pouco, pois cerca de 60% possuem domínio. Quanto ao universo cultural das alunas, aferido aqui pelas viagens nacionais e internacionais, pode-se afirmar que 5,56% não saíram de Bauru, 63,89% realizaram até cinco viagens no Brasil. Com relação ao âmbito internacional, nenhuma das alunas viajou ao exterior, sendo justificado em alguns casos a falta de oportunidade, o que confirma o baixo poder aquisitivo das alunas e de repertório cultural. (...) Diante deste perfil, foram introduzidas outras atividades complementares ao estágio, como informática, viagens técnicas (uma nacional e outra em país da América Latina), núcleos temáticos. (...) Fica evidente, portanto, a necessidade da Faculdade oportunizar atividades complementares, que possam contribuir para que haja mudanças na vida acadêmica do aluno, bem como proporcionar a ampliação do seu universo informacional e cultural. (...). (Albiero, 1997:46/7).

O universo cultural dos assistentes sociais na atualidade é totalmente diferente dos primeiros assistentes sociais (que eram oriundos das classes mais favorecidas da sociedade), cujo acesso à formação cultural era com certeza mais fácil. O universo cultural dos assistentes sociais brasileiros tem seguido o movimento geral da sociedade, qual seja, o de empobrecimento deste universo cultural. Segundo Netto,

(...) está em curso uma “transição paradigmática” (...), no quadro da qual esbate-se a relevância do patrimônio cultural elaborado pela Modernidade. O novo irracionalismo instrumentaliza vulgarmente este vetores e dissemina simultaneamente a recusa seja de qualquer sistematização teórica mais inclusiva, seja a preocupação da formação de uma cultura humanista capaz de envolver mais que as expressões imediatistas das conjunturas. (...) Um dos traços que melhor caracteriza esta ambiência cultural pós-moderna — para além de um surpreendente banalismo nas suas formulações — reside em que, nela, o antiontologismo associa-se a uma concepção clara e grosseiramente idealista do mundo social. A regressão teórica contida nessa recada idealista aparece especialmente na entificação da razão moderna pelos pós-modernos, entificação que a torna um demiurgo onipotente de fazer inveja ao Espírito hegeliano: a razão é a responsável pelas “falácias” que se revestiram do caráter de “promessas” da Modernidade — o controle otimizado da natureza (que, de fato,

revelar-se-ia como destruição e vestíbulo da catástrofe ambiental) e a interação humana emancipada (que, na verdade, mostrar-se-ia como opressão e heteronomia). Na imanência da razão moderna, a dimensão instrumental estaria inevitavelmente vocacionada para “colonizar” a dimensão emancipatória. (...) É evidente que as implicações políticas dessa regressão teórica também são regressivas: entre os pós-modernos, as alternativas à sociedade capitalista ou não se põem ou, quando se põem, estão no limbo das utopias. A inofensividade dessas construções em face da ordem do capital — assim como são inofensivas ao domínio capitalista as defesas extremas do “multiculturalismo” e do “direito à diferença” — é tão mais cristalina quanto mais “radicais” (e menos politizados) são os “discursos” que as atualizam. (Netto, 2004: 154/8/9).

As pesquisas sobre o universo cultural dos profissionais e dos alunos de Serviço Social demonstram que os profissionais não investem na formação cultural como forma de fortalecer sua formação profissional; todavia, para profissionais com um universo cultural diminuto e restrito, não bastam

(...) disciplinas teóricas e a prática (...). É preciso proporcionar (uma formação) que oportunize trocas culturais, ampliação do universo informacional, criatividade, iniciativa, ampliação das relações sociais, novas paisagens culturais e a inclusão no currículo de novos recursos como informática, inglês. Só se pode pensar a formação profissional, partindo-se do universo de vida dos alunos. (Albiero, 1997: 49).

A objetivação/efetivação do projeto ético-político no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais requer um investimento maciço na formação profissional, política e cultural dos assistentes sociais; tal investimento constitui-se numa possibilidade objetiva de superação do *ethos* tradicional do Serviço Social e na construção de um novo *ethos* profissional, calcado nos princípios e valores do projeto ético-político. Conforme Iamamoto (*apud* CFESS, 2002), a consolidação deste projeto profissional implica em

(...) reforçar uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada para definir propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e da necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços, com suas organizações para efetivação dos mesmos. (...). Nesse sentido, faz-se necessário, também extrapolar, (...) e reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do

debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais, mas não no trabalho de campo. É necessário ter a clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida a priori, porque são espaços de disputa. (...). Encontra-se aí uma provocação no nível da formação profissional, no sentido de re-pensar o trabalho de mobilização e educação popular, o que não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios presentes. (Iamamoto, *apud* CFESS, 2002:32/3).

Na construção deste novo *ethos* profissional, faz-se necessário que os sujeitos políticos identificados (principalmente, o conjunto CFESS/CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social) com este projeto construam ações articuladas que o viabilizem. Conforme nos afirma Vasconcelos (2002), a efetivação do projeto ético-político na prática profissional requer a “superação de grande número de obstáculos” (VASCONCELOS, 2002:101); um deles é, com certeza, a falta de articulação entre a universidade e o meio profissional:

Dito isto, está posta a exigência de, na conexão entre o meio profissional e academia, pontuarmos o projeto de profissão e a realização profissional como a tarefa que, na direção pretendida, só tem condições de se efetivar caso se enfrente continuamente a dicotomia teoria — prática, gestada e reproduzida de forma ininterrupta pela sociedade capitalista. Tarefa essa que tem uma sustentação no trabalho conjunto entre academia e meio profissional. (...) Reiterando, a unidade dialética entre teoria e prática não vai ser obtida no Serviço Social apenas com base nas referências teórico-metodológicas, mas a partir da qualidade da relação que os profissionais — pesquisadores, docentes e assistentes sociais — estabeleçam com a realidade, o que passa por uma relação sistemática, projetada e permanente, ou seja, numa relação consciente, entre academia e meio profissional (totalidades de menor complexidade) como expressão da totalidade social (totalidade de maior complexidade), sustentada também na referência ético-política. (Vasconcelos, 2002:129).

A efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político profissional na prática dos assistentes sociais é imprescindível para sua manutenção no meio profissional; conforme nos afirma Netto (1996a), a permanência desta tendência teórico-política no meio profissional

dependerá das respostas que esta tendência der à atuação prática dos assistentes sociais, ou seja, este projeto só mostrará que é viável se puder construir uma prática profissional diferenciada, isto é, calcada nos princípios e valores que defende.

Acreditamos, portanto, que para que este projeto se fortaleça, isto é, se torne hegemônico no meio profissional, faz-se necessário que os sujeitos políticos (professores, alunos e profissionais de campo) identificados com esta perspectiva teórico-metodológica e ídeo-cultural estejam comprometidos com sua expansão e consolidação no meio profissional.

Sabemos que a articulação entre os princípios e valores do projeto ético-político profissional no trabalho dos assistentes sociais não é uma tarefa simples e não se resolve em curto prazo; conforme nos afirma Netto (1996a), esta é uma luta de longo prazo, que requer muita dedicação e muitas ações organizadas conjuntamente pelos sujeitos profissionais.

A conquista da hegemonia do projeto ético-político profissional no interior da profissão também requer uma conjuntura favorável à expansão e à consolidação de valores mais libertários e humanistas. Resta-nos saber se contaremos como uma conjuntura favorável para a manutenção e a ampliação de princípios e valores que, com certeza, caminham na contramão dos valores hegemônicos em nossa sociedade.

Bibliografia

ABEPSS. **A metodologia no Serviço Social**. Cadernos ABESS. São Paulo: Cortez, 1989. Nº. 3.

_____. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. Temporalis I - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: Valci, 2000. Ano I Nº1.

ABRAMIDES, M. B. C e CABRAL, M. S. R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. **Tendências atuais da função pedagógica do assistente social na sociedade brasileira — recomposição de perfis pedagógicos da prática profissional**. In: Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1982.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Retomando a temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social**. In: Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, UERJ: 1997. Nº 10.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a metamorfose do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Universidade de Campinas, 1999. 6ª ed.

BARBOSA, Mário da Costa. **A práxis do Serviço Social nas instituições**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1992. Ano XIII. Nº 40.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2003. 2ª ed.

BRAVO, Maria Inês de Souza. **Gestão democrática na saúde: o potencial dos conselhos**. In: Política Social e democracia. Rio de Janeiro: Cortez & UERJ, 2001.

BRAVO, Maria Inês de Souza e MATOS, Maurílio de Castro. **Reforma sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate**. In: Saúde e Serviço Social. Rio de Janeiro: Cortez & UERJ, 2004.

BONETTI, Dilséa Adeodata et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez & CFESS, 2003. 5ª ed.

CASTRO, Manuel Marinque. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução José Paulo Netto e Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez e Celats, 1993. 4ª ed.

CERQUEIRA, Filho, G. A **“questão social” no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social – Documento do Alto da Boa Vista**. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

CFESS (Org.). **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Capacitação continuada em Serviço Social e política social - módulo 4. Brasília: Unb, Centro de educação aberta, continuada a distância, 2000.

COHN, A. **Mudanças econômicas e políticas de saúde no Brasil**. In: LAUREL, A. C (org.). Estado e Política Social no Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e democracia no Brasil**. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Encontros com a Civilização Brasileira – V. 17.

_____ **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____ **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1996. 2ª ed.

_____ **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**. In: Gramsci: um estudo do seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Pg.191-219.

_____ **O estreito fio da navalha**. In: Política Democrática. Revista de Política e Cultura. Brasília/DF: Fundação Astrogildo Pereira, 2003. Nº 5.

COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréia de Paula (org.). **O conceito de Política nos Cadernos do Cárcere**. In: Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pg. 46-57.

DAHMER, Larissa Pereira. **Condições de trabalho, Saúde e Serviço Social – uma radiografia dos seus limites e possibilidades**. Dissertação de mestrado-UFRJ/ESS. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Pg. 184. (mimeo).

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2000.

_____ **Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares?** In: Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, 2000. Ano 1 - Nº. 2.

FAUTO, Bóris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 13ª Ed.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de Formação Profissional**. In: Cadernos Abess. São Paulo: Cortez, 1993. Nº 6.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social: Esboço de uma interpretação histórico-crítico**. São Paulo: Cortez, 2000a. 13ª ed.

KARSCH, Ursula. **O Serviço Social na era dos serviços**. São Paulo, Cortez: 1985.

KOIKE, Maria Marieta. **As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade**. In: CFESS et al. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, 1999.

LAURELL, Asa Cristina. **A saúde-doença como processo social**. In: Revista Latino-Americana de Saúde. São Paulo: Ática, 1983. Pg. 33-58.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985. 2ª Ed.

_____. **As paisagens da verdade e a alegoria do mirante: para uma sociologia crítica do conhecimento**. In: As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. São Paulo, Cortez: 1998. 12ª Ed. Pg.195-212.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Tradução Carlos Eduardo Silva Matos et all. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. Engels, Fredrick. **A ideologia alemã e Teses sobre Feuerbach**. Tradução de José Carlos Bruniu e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2003. 8ª Ed.

MÉSZÁROS, Istávan. **A ordem da reprodução sociometabólica do capital**. In: Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro Setor e a Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Solange da Silva. **A formação profissional e o papel do movimento estudantil de Serviço Social na década de 90: um estudo sobre o processo de construção das Diretrizes Curriculares.** Trabalho de conclusão de curso – UFRJ/ESS. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Pg.92. (mimeo).

NETTO, José Paulo Netto. **O Serviço Social e a tradição marxista.** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1989. Ano X – Nº 30.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996. 2ª Ed.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996a. Ano XVI - Nº 50.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1998. 4ª Ed.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: CFESS et al. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, 1999.

_____. **George Lukács: um exílio na pós-modernidade.** In: Marxismo Impenitente: Contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova.** IN Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2004. Ano XXIV – Nº 79.

NETTO, José Paulo e CARVALHO, M.C.B. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 2000. 5ª Ed.

NICOLAU, Maria Célia Correia. **O aprender do fazer (as representações sociais dos assistentes sociais sobre o seu saber-fazer profissional).** In: Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, 2001. Ano 2 - Nº 4.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1997.

QUIROGA, Consuelo. **A invasão positivista no marxismo – manifestações no ensino de metodologia no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1991.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Primeiro Interregno: capitalismo pós-fordista e cultura.** In: Dinâmica capitalista e cultura – episódios brasileiros. Dissertação de mestrado – UFRJ/ESS. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. Pg. 153.

_____ **O debate teórico acerca dos novos movimentos sociais no Brasil: um balanço crítico.** In: Serviço Social e Movimento Social. São Luís: Universidade Federal do Maranhão:2000. Nº .2 – V. 1.

_____ **O Governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2004. Ano XXV. Nº. 78

SADER, Emir et al. **Pós-neoliberalismo: o Estado e as Políticas Sociais.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 3ª Ed.

SANTOS, Yara Maria Frizzera. **Serviço Social: afinal do que se trata?** In: Praia Vermelha – Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Nº 5.

SERRA, Rose Mary Souza. (Coord.). **O Serviço Social e seus empregadores: o mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **A crise de projetos de transformação social e a prática profissional do Serviço Social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1990. Ano XI - Nº 34.

SOARES, Josiane Santos. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** Dissertação de mestrado – UFRJ/ESS. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Pg.155. (mimeo).

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000. V. 78.

SOUZA, Aione Maria da Costa. **“A ética e o trabalho cotidiano do assistente social”.** In: Presença Ética: Ética, política e emancipação humana - Revista do grupo de estudos sobre ética do Programa de Pós-graduação da UFPE. Recife: UFPE, 2002. Ano II, Nº 2.

TRINDADE, Rosa Lúcia Priedes. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social.** Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Serviço Social, 1999. Tese de doutorado. Pg. 340. (mimeo).

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde.** São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Ana Maria de et al. **Profissões de saúde, ética e seguridade social.** In: Saúde e Serviço Social. Rio de Janeiro: Cortez & UERJ, 2004.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

YASBEK, M. Carmelita. **“A política social brasileira dos anos 90: refilantropização da questão social”.** In: Cadernos Abong. São Paulo: ABONG, 1995. Nº 3.

DOCUMENTOS, ENTREVISTAS, REVISTAS E BROCHURAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996. (mimeo).

_____ **Relatório da Oficina Nacional para implementação das Diretrizes Curriculares**. Brasília, 2000.

_____ **Relatório da Oficina Nacional: O ensino do trabalho do assistente social**. Rio de Janeiro, 2002. (mimeo).

_____ **Programa de gestão (1995-1997) da Regional Leste**. Rio de Janeiro, 1996.

_____ **Relatório da Oficina Regional/Leste**. Rio de Janeiro, 1998. (mimeo).

_____ **Relatório da Regional/Leste**. Rio de Janeiro, 2002. (mimeo).

_____ **Relatório da Regional/Leste**. Rio de Janeiro, 2003. (mimeo).

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos pra o estudo do perfil profissional**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2005.

_____ **Atribuições privativas do (a) Assistente Social: em questão**. Brochura do Conselho Federal de Serviço Social. Brasília/DF: CFESS, 2002.

_____ **Revista Inscrita**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 1998. Nº 3. Pg.13/39.

_____ **Revista Inscrita**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2000. Nº 6. Pg.41/44.

_____ **CFESS Manifesta: Análises conjunturais**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2004.

CRESS. **Assistente Social: ética e direitos**. Coletânea de Leis do CRESS - 7ª- Região. Rio de Janeiro: CRESS, 2000.

_____ **O Serviço Social em Hospitais: orientações básicas**. Rio de Janeiro: CRESS, 2003.

CRESS et al. **O Serviço Social Clínico e o projeto ético-político do Serviço Social**. In: Em Foco – Revista do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região. Rio de Janeiro: Rio Center, 2003.

_____ **Atribuições privativas do Assistente Social e o “Serviço Social Clínico”**. In: Em Foco – Revista do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região. Rio de Janeiro, Rio Center: 2003.

FEREIRRA, Ivanete Boechetti. **A atuação da ABEPSS no Ensino e Pesquisa em Serviço Social: Balanço da gestão 1988 – 2000.** In: Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, 2001, Ano II - Nº 3.

GEPE. **Coletânea de códigos de ética profissional do assistente social.** Programa de estudos e pesquisas sobre ética da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: CTC, 2003.

LESSA, Carlos. **Entrevista para Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo.** São Paulo, 2000. (mimeo).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde.** Brasília, 1986.

NETTO, José Paulo. **A esquerda e as duas almas do governo Lula.** In: Jornal do Brasil, 19 de janeiro de 2003.

ENDEREÇOS DA INTERNET

www.inpe.gov.br